



Associação Mutualista
Montepio

Relatório e Contas 2018

Índice

1	ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS	3
2	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
3	ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES.....	6
4	FACTOS RELEVANTES E INDICADORES GLOBAIS	11
5	VISÃO E ESTRATÉGIA.....	13
6	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	16
7	COOPERAÇÃO E DIFUSÃO DO MUTUALISMO	20
8	COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA E DA OFERTA MUTUALISTA	22
9	BASE DE ASSOCIADOS, MODALIDADES E BENEFÍCIOS.....	30
10	REDE DE GESTORES MUTUALISTAS	34
11	POLÍTICA DE INVESTIMENTO E GESTÃO DE RISCOS.....	35
12	EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS.....	38
13	PROPOSTAS.....	48
14	EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO.....	56
15	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	61
16	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	131
17	ANEXOS.....	141
17.1	Relatório Atuarial	141
17.2	Imputação de Custos Administrativos pela Modalidades Associativas e Rendas	155
17.3	Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	158
17.4	Carteira de Imóveis	168
17.5	Carteira de Títulos	169
17.6	Contas das Fundações.....	170

1 ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2019-2021, que iniciaram funções no dia 3 de janeiro de 2019, é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado nº	033 151-5	Vítor José Melícias Lopes
1º Secretário	Associado nº	031 560-9	António Pedro de Sá Alves Sameiro
2º secretário	Associado nº	045 139-8	António Dias Sequeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado nº	038 670-6	António Tomás Correia
Vogal	Associado nº	044 857-6	Carlos Vicente Morais Beato
Vogal	Associado nº	032 309-9	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal	Associado nº	963 792-2	Idália Maria Marques Salvador Serrão
Vogal	Associado nº	054 663-0	Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado nº	110 347-0	Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
Vogal	Associado nº	165 192-2	Ana Paula de Jesus Harfouche (ROC)
Vogal	Associado nº	044 194-2	Isabel Margarida Carvalho Simões Cidrais Guimarães

CONSELHO GERAL

Efetivo	Associado nº	034 130-1	Maria de Belém Roseira Coelho Henriques de Pina
Efetivo	Associado nº	850 976-3	Alípio Barroso Pereira Dias
Efetivo	Associado nº	044 630-3	Alberto José dos Santos Ramalheira
Efetivo	Associado nº	129 230-7	João António Morais da Costa Pinto
Efetivo	Associado nº	397 063-0	Viriato Monteiro da Silva
Efetivo	Associado nº	636 752-5	Alberto Jorge Alves Gomes de Sá
Efetivo	Associado nº	035 170-2	Carlos Manuel Melo Gomes Areal
Efetivo	Associado nº	132 285-3	Manuel Rui dos Santos Caseirão
Efetivo	Associado nº	031 000-2	António Fernando Menezes Rodrigues
Efetivo	Associado nº	033 582-5	Manuel Rogério Dias Ferreira
Efetivo	Associado nº	047 074-8	Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
Efetivo	Associado nº	036 199-6	Gonçalo Nuno Caetano Alves

2 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apresenta-se, nas páginas seguintes, o relatório do trabalho desenvolvido e dos resultados obtidos em 2018.

O ano de 2018 foi mais um ano em que o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) voltou a demonstrar a sua resiliência e impressionantes capacidades, para superar grandes desafios e dificuldades e conseguir transformá-las em oportunidades para se renovar e desenvolver.

Um dos principais desafios relaciona-se com o desempenho e a rendibilidade das empresas do grupo, em especial do setor bancário e segurador, que constituem os seus principais ativos estratégicos, em particular a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que, no corrente ano, se passou a designar comercialmente por Banco Montepio. Contando com um contexto mais favorável em 2018, tanto o Banco Montepio, como o grupo segurador Montepio Seguros, onde se inclui a Lusitania - Companhia de Seguros, obtiveram uma melhoria dos resultados e dos indicadores fundamentais, como se dá nota no ponto 14 deste relatório.

É de salientar que, em 2018, deram-se passos muito importantes para um novo patamar de evolução do Banco Montepio. Procedeu-se à reforma do seu modelo de governo, mais alinhado com os modelos de governo que têm sido adotados no setor bancário e, foram nomeados os membros dos novos órgãos, que iniciaram funções em 16 de março de 2018, assumindo o compromisso de alinhamento estratégico com as finalidades do MGAM. Após a estabilização dos órgãos de governo, foi reformulado o modelo de negócio e definido um plano de transformação a médio prazo, que irá, certamente, potenciar o posicionamento do Banco Montepio como uma entidade diferenciada na natureza, nas finalidades, na oferta e no serviço a prestar à comunidade, assumindo-se como um grande grupo bancário da economia social.

Este desígnio, pelo qual nos temos batido ao longo de mais de uma década e, com maior ênfase neste passado recente, colheu a adesão de 33 instituições diversas da economia social, que, em 2018, assumiram participações de capital na CEMG/Banco Montepio. Essas participações poderão não ser relevantes em termos de valor, mas, são muito significativas em termos estratégicos, sinalizando a convicção e união em torno de uma visão e de um projeto comuns.

Após os anos de crise, que originaram a constituição de significativos volumes de imparidades para as participadas e acrescidas exigências de capital, que o MGAM teve que satisfazer, cumprindo os seus deveres como acionista, entrámos num novo período, em que estão criadas condições para que o MGAM venha a registar os impactos favoráveis das melhorias de desempenho das empresas do grupo no futuro próximo.

Outro desafio relevante tem sido o da incessante inovação tecnológica e da acentuada competitividade. O MGAM tem acompanhado as tendências tecnológicas, concretizando vários projetos e lançando novas funcionalidades e serviços, que permitiram manter a instituição e o seu grupo na linha da frente, como uma instituição moderna e inovadora, que compara, favoravelmente, com as demais, com a particularidade de aliar uma longa história de 178 anos de vida, comemorados em 2018, com um presente de modernidade, em prol do futuro.

Mas, o desafio mais importante para o MGAM tem sido o de manter a satisfação e a confiança dos associados, que, no final de 2018, atingiam 613 mil. Os associados são o principal ativo da associação. É para eles e, a pensar neles, que trabalhamos no dia-a-dia, desenvolvendo diversas iniciativas, com o intuito de corresponder, cada vez mais, às suas necessidades, nos domínios da oferta mutualista, de proteção e previdência complementar, dos equipamentos sociais e dos serviços de saúde e de lhe proporcionar outros benefícios, que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal, o seu bem-estar e qualidade de vida.

O ano de 2018 ficou ainda marcado pela publicação e entrada em vigor, em 2 de setembro, do novo Código das Associações Mutualistas (CAM), aguardado há muito (desde a publicação da Lei nº 30/2013 – lei de bases da economia social), o qual veio introduzir novos requisitos para as associações mutualistas de maior dimensão económica, com maior complexidade de gestão e maiores exigências técnicas e de capacitação. Para essas maiores associações, em que se inclui o MGAM, o novo quadro jurídico veio determinar novos requisitos de governo e um regime especial de supervisão, a aplicar pela ASF-Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, sujeito a um regime transitório de 12 anos, para adaptação das regras do setor segurador às especificidades das associações mutualistas.

O MGAM tem vindo a desenvolver trabalho interno, de diagnóstico e de preparação, para dar resposta a esses novos requisitos, designadamente, a nível do sistema organizacional e das funções de controlo interno, de que se dá conta neste relatório, sendo que alguns desses desenvolvimentos já estavam previstos nas orientações estratégicas e no programa de ação definido.

O ano de 2018 foi também um ano marcado pela eleição dos atuais membros dos órgãos associativos para o mandato 2019-2021, que iniciaram funções em 3 de janeiro do corrente ano.

Após um período eleitoral conturbado, marcado por um ambiente de crispação por parte de alguns concorrentes, que muito lamentamos, mas, que atesta a importância e notoriedade que o MGAM já atingiu, no dia 7 de dezembro de 2018, os associados fizeram a sua escolha e manifestaram a sua confiança na continuidade do trabalho que tem sido empreendido, na construção de uma visão de desenvolvimento e modernização da instituição e do mutualismo e no reforço da sua presença na vida de cada associado e na sociedade portuguesa.

Em meu nome e, em nome dos restantes membros do Conselho de Administração, agradecemos aos associados os votos expressos, bem como a confiança que têm depositado na sua associação, a qual é vital para atingir o futuro de modernidade que delineámos.

Também os colaboradores são merecedores do nosso agradecimento e reconhecimento especial, pelo notável esforço, dedicação e grande profissionalismo com que ultrapassaram os desafios e dificuldades, mantendo elevados padrões de desempenho na concretização da nobre missão da nossa associação mutualista, cumprindo o lema: *“O que fazemos por si diz muito sobre nós”*.

António Tomás Correia

3 ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

3.1 Enquadramento Macroeconómico

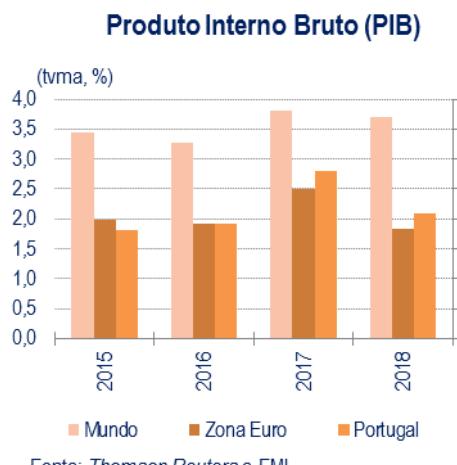
De acordo com as estimativas do FMI, a economia mundial deverá ter crescido 3,7% em 2018, o que representa uma desaceleração de 0,1 p.p. em relação ao observado em 2017, refletindo o recrudescimento da incerteza e dos fatores de risco nas economias mais desenvolvidas no segundo semestre do ano. Já para 2019 e 2020, o FMI prevê um crescimento de 3,5% e 3,6%, respetivamente.

Zona Euro

A economia da Zona Euro prosseguiu a recuperação ao longo de 2018, tendo, no entanto, registado um crescimento médio anual do PIB de 1,8%, inferior ao observado no ano anterior (+2,5%), num ano marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB ligeiramente inferiores aos observados no passado recente, de apenas 0,2% nos dois últimos trimestres do ano, depois de ter crescido 0,4% nos dois primeiros trimestres do ano.

Ao longo do ano de 2018, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma política monetária expansionista, mantendo inalteradas as suas taxas de referência, com a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – a fixar-se em 0,00% e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósitos em 0,25% e -0,40% respetivamente, ao mesmo tempo que prolongou o programa de compra de ativos (*asset purchase programme – APP*) até dezembro de 2018, com um ritmo médio de compras mensais de ativos de 30 mil milhões de euros até ao final de setembro de 2018, e de 15 mil milhões de euros, entre outubro e dezembro de 2018.

Portugal



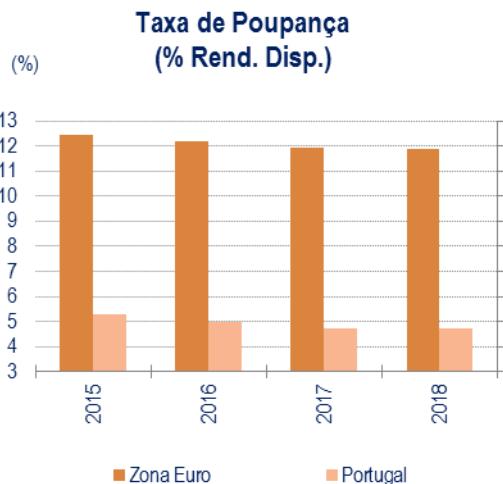
Ao nível nacional, após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015 e 1,9% em 2016 e acelerando fortemente no ano de 2017, para 2,8%, mas tendo desacelerado em 2018, com o PIB a crescer 2,1%. O crescimento da economia em 2018 refletiu apenas o contributo da procura interna, observando-se um contributo negativo das exportações líquidas. Para 2019, perspetiva-se um novo crescimento da atividade económica, mas em nova desaceleração, para 1,9%, um valor abaixo dos 2,2% previstos pelo Governo no OE 2019.

O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2018, após o agravamento observado em 2017, que resultou, essencialmente, do impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Com efeito, o défice orçamental em 2017 ascendeu a 3,0% do PIB, representando uma deterioração anual do saldo de 1,0 p.p. (-2,0% em 2016), mas com o défice a ficar-se pelos 0,92%, se excluído o

impacto acima referido. Para 2018, estimamos uma redução do défice orçamental, para 0,6% do PIB, um valor que se apresenta ligeiramente mais favorável do que os 0,7% do PIB previstos pelo Governo no OE 2019, devendo representar o défice mais baixo de toda a história democrática de Portugal.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 8,9% em 2017 para 7,0% em 2018, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%).

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,0% em 2018, menos 0,4 p.p. que o apurado para 2017, ao passo que a inflação core abrandou para 0,7% em 2018 (+1,1% em 2017).



Fonte: Thomson Reuters e Comissão Europeia.

A taxa de poupança dos particulares manteve-se em níveis muito baixos, tendo registado uma redução dos 4,7% observados no quarto trimestre de 2017, para 4,0%, no terceiro trimestre de 2018, embora se estime que possa ter terminado o ano novamente em torno dos 4,7%, valores muito abaixo dos observados na Zona Euro.

O VAB do setor da construção tinha regressado aos crescimentos em 2017, registando uma forte expansão de 6,3%. Já em 2018, o VAB da construção recuou 2,6% em cadeia no terceiro trimestre, apesar de ter observado acréscimos de 0,4% no segundo trimestre e de 0,7% no primeiro trimestre.

De realçar, no entanto, que os últimos dados sobre os preços e as vendas de casas, referentes igualmente ao terceiro trimestre de 2018, sugerem que o mercado imobiliário se encontra em fase de recuperação. De facto, os preços das casas exibiram um crescimento homólogo de 8,5% nesse trimestre, ao passo que as vendas de casas cresceram 18,4%, acompanhando a gradual recuperação a que se vem assistindo na economia portuguesa desde o primeiro trimestre de 2013.

2.2 Mercados Financeiros

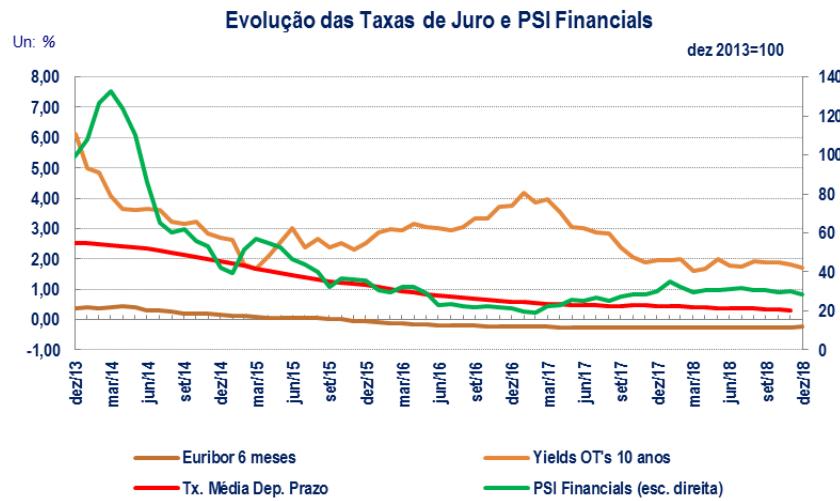
O ano de 2018 contou com uma evolução negativa do sentimento nos mercados financeiros, devido ao comportamento muito negativo registado no quarto trimestre, nomeadamente ao nível do mercado acionista, observando-se movimentos maioritariamente negativos nos principais índices de ações no conjunto do ano. Nos EUA, registaram-se desvalorizações no Nasdaq, no Dow Jones e no S&P 500 (-3,9%, -5,6% e 6,2%, respetivamente), na Europa, o britânico FTSE 100 caiu 12,5% e o Eurostoxx 50 cedeu 14,3%, com o português PSI-20 a registar também uma forte queda (-12,2%), sendo também de destacar, na Ásia, as descidas no japonês Nikkei 225 (-12,1%) e no chinês Shanghai Composite (-24,6%). O índice MSCI para os mercados emergentes recuou (-16,6%).

As *yields* da dívida alemã subiram ligeiramente no curto prazo (dois anos), mas desceram no longo prazo (10 anos), enquanto, nos EUA, subiram nos dois casos. Os spreads a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã aumentaram, tendo sido Portugal uma exceção, e os spreads do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente desfavoráveis.

Nas *commodities*, assistiu-se a fortes descidas dos índices compósitos, refletindo essencialmente a queda dos preços do petróleo.

As *yields* da dívida portuguesa a 10 anos desceram de 1,943%, no final de 2017, para 1,722%, no final de 2018.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas do dólar (Libor) subiram em todos os prazos em 2018, como consequência dos aumentos do target para os *fed funds* realizados pelo Fed ao longo do ano (quatro em 2018). As taxas do euro (Euribor) também subiram ligeiramente em 2018, mas mantiveram-se próximas de mínimos históricos, refletindo a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE até ao final do ano, tendo apresentado valores negativos ao longo do ano nos três meses (subiu apenas 2 p.b., para -0,309%), nos seis meses (subiu apenas 3 p.b., para -0,237%) e nos 12 meses (subiu 7 p.b., para -0,117%).



Fonte: Thomson Reuters.

Neste contexto, as taxas de juro dos depósitos a prazo prosseguiram em 2018 a trajetória de descida, tendo a taxa média de juro dos depósitos (novas operações) a sociedades não financeiras atingido um novo mínimo histórico, de 0,10%, em dezembro de 2018, o mesmo sucedendo no caso dos depósitos a particulares, onde caiu para 0,15%, valores que comparam, respetivamente, com os 0,15% e 0,19% registados em dezembro de 2017, e os 0,27% e 0,34% registados em dezembro de 2016.

O sentimento dos mercados ao longo de 2018 foi suportado pela manutenção do clima favorável nas relações entre os EUA e a Coreia do Norte. Todavia, foi fortemente prejudicado pela materialização dos riscos de abrandamento na segunda metade de 2018 em algumas das principais economias mundiais, penalizadas pela guerra comercial global instalada, que prejudicou os resultados das grandes empresas tecnológicas e da distribuição, que por sua vez arrastaram com elas a generalidade dos setores e dos principais índices mundiais, pela turbulência nos mercados emergentes, com destaque para as crises na Turquia e na Argentina, e pelas perspetivas orçamentais de Itália.

2.3 Enquadramento Demográfico e Social

De acordo com os últimos dados disponíveis sobre a estrutura demográfica portuguesa, referentes ao ano de 2017, a população portuguesa mantém a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a agravar-se de -23,4 mil em 2016, para -23,6 mil pessoas, em 2017. Esta alteração reflete a diminuição do número de nascimentos, com o número de casamentos celebrados a manter-se num valor historicamente baixo, de 33,6 mil, em 2017, a idade média do primeiro casamento para os dois sexos a aumentar entre 2016 e 2017 de 32,8 para 33,2 anos para os homens e de 31,3 para 31,6 anos para as mulheres, e, ainda, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho a estabilizar em 30,3 anos, entre 2016 e 2017.

Positivamente destaca-se a evolução do saldo migratório negativo de 8,3 mil, em 2016, para positivo de 5,1 mil pessoas, em 2017, refletindo a consolidação da recuperação da economia nacional e a melhoria das condições de vida. De facto, as condições de vida em Portugal são caracterizadas por uma elevada esperança de vida à nascença, de 80,8 anos em 2016, e por um baixo valor de mortalidade infantil, que se fixou em 3,2‰, em 2016, um dos valores mais baixos ao nível da OCDE (18.º lugar no *ranking* da organização, em 2016) e em 2,7‰ em 2017. Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação fixou-se em 11,8%, em 2018, estando o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, respetivamente, em 32.º, 54.º e 28.º lugar no *ranking* do *World Economic Forum (The Human Capital Report 2017)*.

De notar que, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se ainda aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O rendimento médio disponível das famílias fixou-se em 31,4 mil euros em 2017, evidenciando uma trajetória de recuperação nos três últimos anos, mas situando-se ainda abaixo do nível de 2010, de 32,2 mil euros. Também o rendimento bruto *per capita* subiu de 17 643,4 para 18 481,4 euros entre 2016 e 2017. O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) tem vindo a diminuir nos últimos quatro anos, passando de 33,5% em 2016 para 32,6% em 2017, o que qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

A taxa de risco de pobreza após transferências sociais fixou-se nos 18,3% em 2017, um valor superior à média europeia, de 16,9%, número que, ainda assim, representa uma melhoria, de 0,7 p.p., face ao ano de 2016. Salienta-se, igualmente, o inquérito realizado em 2016 relativo à pobreza, que identificou 2,6 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, isto é, pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa.

A taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos) manteve-se elevada em 2018, em 20,3%, mas com tendência de redução (3,6 p.p. abaixo do estimado para 2017) e já substancialmente abaixo dos 38,1% de 2013. Igualmente, a taxa de desemprego de longa duração tem evoluído favoravelmente, de 7,9% em 2015 para 6,9% em 2016, tendo caído novamente em 2017, para 5,1%, e em 2018, para 3,6%.

De acordo com os resultados da edição de 2018 do estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, este índice continuou a evoluir positivamente tendo subido de 126,6 pontos, em 2016, para 131,4 pontos, em 2017, suportado no contributo da dimensão Qualidade de Vida, que aumentou de 141,2 para 145,9 pontos no mesmo período, e, também, na melhoria recente da outra componente do índice, a relativa às Condições Materiais de Vida, que, dos 85,3 pontos em 2014, passou para 97,5 pontos em 2017 (92,5 pontos em 2016).

Em 2016 e 2017, a despesa corrente em saúde aumentou 4,4% e 3,0%, respetivamente, dando continuidade à inversão da tendência de decréscimo iniciada em 2014. No entanto, o peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB continuou a diminuir,

representando 8,9% em 2017 (9,0% em 2016). Entre 2016 e 2017, a importância relativa da despesa corrente pública face à despesa privada cresceu ligeiramente de 66,4% para 66,6%. Em 2017, a despesa corrente pública e privada *per capita* foi de 1 123,27 euros e 562,15 euros, respetivamente.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado, constituindo um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social. De acordo com os últimos dados disponíveis, estas despesas representaram 16,1% do PIB, em 2016, e a percentagem da população ativa que contribuía para o sistema de Segurança Social era de 86,3% em 2018 (84,3% em 2017), sendo, neste ano, o rácio “contribuinte/beneficiário” de 1,45 (1,44 em 2017).

2.4. Quadro Regulatório da Economia Social

Em abril de 2018, foi assinada a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, para o biênio 2017-2018, em reunião plenária da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, pela União das Mutualidades Portuguesas, juntamente com os Ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e da Educação e as entidades parceiras representativas do setor da economia social e solidária. A relevância de um plano estratégico no âmbito do desenvolvimento social, que garanta a sustentabilidade das instituições do setor social e a acessibilidade aos serviços sociais por parte dos cidadãos, privilegiando a qualidade dos serviços prestados às populações, é reiterada com este ato regulatório.

Ainda no primeiro semestre de 2018, as regras em matéria de proteção de dados pessoais, por força da aplicação das normas do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de

Novo Código das Associações Mutualistas

Em 2 de agosto de 2018, foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM reformula o conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, introduz fins de desenvolvimento humano e a indicação de que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descreve, em vários artigos, os princípios mutualistas, enfatiza a participação dos associados, a reafirmação da gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à segregação das associações mutualistas que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e o valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros, e que sejam indicadas em despacho ministerial específico, impondo-lhes novos requisitos à estrutura e sistema de governo e um regime de supervisão, tendo por base, com as devidas adaptações, os requisitos do setor segurador, aplicável pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ficou definido (Artigo 6º, ponto 4 do referido diploma) um regime transitório, com um prazo de 12 anos, a contar da data do mencionado despacho ministerial, para a adaptação ao novo regime de supervisão. Para acompanhar e apoiar os trabalhos de adaptação regulatória e das associações será criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da DG da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas.

Em 29 de novembro de 2018, foi publicado o Despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF, definida como Supervisor Financeiro.

Durante o período do regime transitório, a ASF irá exigir, às associações abrangidas pelo regime, um plano detalhado, que inclua as fases e atos essenciais para a adaptação ao futuro regime de supervisão, poderá solicitar informações e exercer os seus deveres como entidade supervisora, para o exercício dos quais, determinou o legislador, deverá definir, por norma regulamentar, o âmbito, a natureza e o formato da informação que lhe deverá ser prestada, tendo sido comunicado pela ASF, em Nota Informativa do dia 13 de dezembro de 2018, que “este normativo deve ainda ser submetido a audição da Comissão de Acompanhamento do período transitório prevista no artigo 10.º do Decreto – Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto”.

Dados – e legislação nacional conexa, entraram em vigor. O Montepio Geral Associação Mutualista agiu em conformidade, implementando, desde o dia 25 de maio de 2018, os requisitos adequados à proteção dos dados pessoais dos seus Associados.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º-A - no RJASR-Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

4 FACTOS RELEVANTES E INDICADORES GLOBAIS

Descrevem-se, em seguida, os factos relevantes ocorridos em 2018, com alcance estratégico para o presente e para o futuro do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) e do Grupo Montepio.

► Constituição do Agrupamento Complementar de Empresas – ACE In Posterum

O MGAM subscreveu uma participação, de 50%, no ACE In Posterum, juntamente com a União das Misericórdias Portuguesas. Este ACE tem em vista o desenvolvimento de atividades na área da saúde, nomeadamente, melhorar as condições de exercício e resultado das atividades nas áreas assistencial e da saúde, desenvolvidas pelas associações que fazem parte da Economia Social.

► Entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas

Em 2 setembro 2018, entrou em vigor o DL nº 59/2018, de 2 de agosto, que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), o qual define que as associações de maior dimensão (com um volume bruto anual de quotas das modalidades superiores a 5 milhões de euros e um valor total bruto dos fundos que lhe estejam associados superior a 25 milhões de euros) e que sejam indicadas em despacho ministerial específico, ficam abrangidas por um novo regime de supervisão, cuja adaptação e aplicação, a efetuar pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, fica sujeita a um período transitório de 12 anos.

Em 29 de novembro de 2018, foi publicado o despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Despacho nº 11392-A/2018, o qual determina que o MGAM fica abrangido pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela ASF, com início a partir dessa data e que terminará em 2030.

► Eleição dos órgãos associativos para o triénio 2019-2021

Em 7 dezembro 2018, teve lugar a Assembleia Geral eleitoral que elegeu os membros dos órgãos associativos, que irão governar o MGAM durante o mandato 2019-2021.

Os novos membros dos órgãos tomaram posse e iniciaram funções em 3 de janeiro de 2019.

► Alterações estatutárias da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) – novo modelo de governo e novos membros dos órgãos sociais

Foram aprovados novos estatutos da CEMG, que definiram um novo modelo de governo, alinhado com os modelos vigentes no setor bancário. Decorrente dessa alteração estatutária, foram nomeados os novos membros dos órgãos sociais, designadamente do Conselho de Administração, que passou a englobar membros executivos e não executivos.

A nova administração, que tomou posse em 16 de março de 2018, elaborou e subscreveu uma carta de missão, na qual assume o compromisso de alinhamento estratégico da CEMG com as finalidades mutualistas, reconhecendo o seu papel como entidade instrumental estratégica para a sua casa mãe, designadamente, na colocação das modalidades mutualistas e na criação de estruturas comuns que permitam a obtenção de sinergias no grupo.

► Alienação de parcela do capital social da CEMG a entidades da economia social

Após as alterações estatutárias, ocorridas em 2017 e 2018, nomeadamente, a transformação da CEMG em sociedade anónima e o seu capital institucional em capital social, representado por ações, criaram-se condições para a abertura do capital da CEMG à entrada de entidades da economia social, com vista a criar um grande grupo financeiro da economia social.

Neste quadro, foi aprovada, pelo Conselho Geral, em 28 de junho de 2018, a alienação de um limite máximo de 2% do capital social da CEMG a essas entidades.

Em 2018, concretizou-se a entrada de diversas entidades da economia social no capital da CEMG, incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo sido alienadas 158 920 ações, que, embora tendo uma expressão monetária reduzida, têm um significado estratégico relevante, na medida em que a CEMG reforçou os elos e a sua representação como banco da economia social.

► Plano de transformação e marca comercial da CEMG

Na sequência das alterações descritas, a CEMG definiu uma nova estratégia e aprovou um Plano de Transformação a 5 anos, que prevê a reconfiguração do seu modelo de negócio, com novas propostas de valor para os segmentos de clientes particulares, empresas e economia social, medidas de fortalecimento do balanço, de agilização da organização e de modernização tecnológica, com reforço da digitalização.

Já em 2019, a CEMG mudou a sua marca comercial para Banco Montepio, a qual continua a fortalecer a característica de diferenciação e os laços com o mutualismo e a economia social, representados no símbolo mutualista do pelicano.

INDICADORES GLOBAIS	2018	2017	2016
DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Associados (unidades)	612 607	625 419	632 477
Inscrições (número)	970 125	1 004 655	1 044 124
Inscrições por associado (número médio)	1,61	1,64	1,65
Pensionistas (unidades)	8 558	8 434	8 362
Ativo líquido (milhares de euros)	3 776 547	3 947 127	3 741 872
RENTABILIDADE			
Resultado líquido do exercício (milhares de euros)	1 634	587 554	7 360
Receitas associativas (milhares de euros) (a)	487 130	711 167	477 702
Cash flow do exercício (milhares de euros)	3 320	818 378	22 402
Resultado líquido do exercício / Ativo líquido médio	0,04%	16,86%	0,20%
SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capitais próprios (Fundos próprios, reservas e resultados) (milhares de euros)	753 048	774 736	188 456
Capitais próprios / Ativo líquido médio	19,6%	22,2%	5,1%
Grau de cobertura das responsabilidades (b)	1,250	1,059	1,052

(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui "Rendas Vitalícias" e "Rendas Temporárias", por não serem consideradas modalidades mutualistas)

(b) Fundos, reservas e provisões técnicas / Provisões Técnicas

5 VISÃO E ESTRATÉGIA

A visão estratégica, subjacente às Linhas de Orientação Estratégica 2018-2020, que conduziram a gestão e a atuação em 2018, comporta o reforço do posicionamento e da ação do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) como a principal entidade da economia social em Portugal, que prossegue fins mutualistas, através da sua oferta própria, de modalidades mutualistas e de benefícios complementares, e da oferta das entidades do Grupo Montepio, de que é o motor e a base de desenvolvimento.

Esta visão tem subjacente o reconhecimento do potencial das respostas mutualistas para colmatar necessidades da sociedade, nos domínios da poupança para fins de proteção e segurança social, bem como nas áreas da saúde e dos equipamentos sociais, complementadas com benefícios diversos, que promovem o desenvolvimento pessoal e a cidadania, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida.

Associada à visão definida está também presente a assunção da importância estratégica da economia social, para o país e para a sociedade portuguesa, cabendo ao Grupo Montepio, como o seu maior protagonista, com dimensão e capacidades para responder aos desafios, potenciar essa importância, assegurando o seu desenvolvimento, como grande grupo financeiro da economia social, considerando a expressão relevante que detém no setor bancário, através da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que, atualmente, se passou a designar comercialmente por Banco Montepio.

Linhos de Orientação Estratégica

Para captar o potencial e aproveitar as oportunidades identificadas foram definidas as seguintes Linhas de Orientação Estratégica (LOEs):

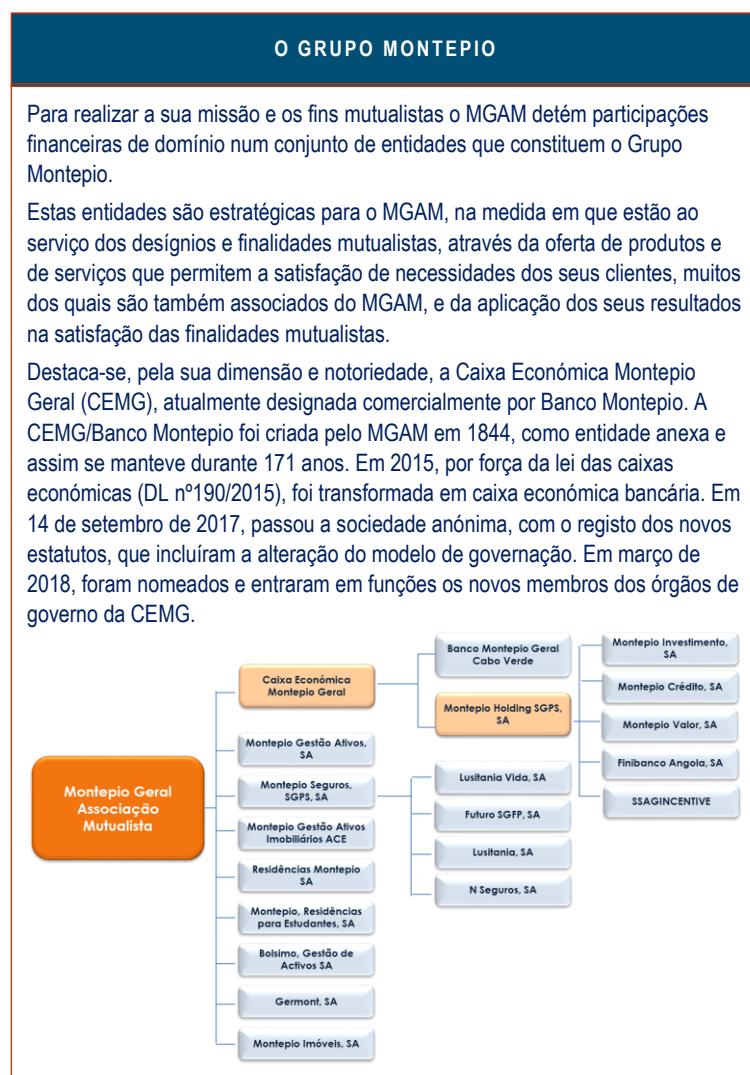
1. Racionalizar e otimizar o Grupo;
2. Vincular os associados e aumentar as receitas;
3. Criar valor mutualista;
4. Reforçar competências;
5. Prosseguir a comunicação e a cooperação;
6. Desenvolver a política de responsabilidade social e sustentabilidade.

Com base nestas LOEs foi preparado o Programa de Ação e Orçamento para 2018, que foi aprovado pela Assembleia Geral, em 27 dezembro 2017, contendo os objetivos e as medidas a empreender em cada um desses domínios, como se descrevem de seguida.

1. Racionalizar e otimizar o Grupo

A carteira de participadas aumentou a sua expressão no ativo neste passado recente, em consequência do período de crise e dificuldades, que ditaram fortes exigências de capital, particularmente no setor bancário e segurador, a que o MGAM teve que dar resposta na qualidade de acionista.

As orientações definidas neste domínio são no sentido da racionalização e redimensionamento da carteira de



participações, em função do valor estratégico de cada entidade, bem como de reforço do controlo e do alinhamento estratégico das empresas com os desígnios e as finalidades mutualistas do Grupo.

Dando continuidade às ações iniciadas em 2017, prosseguiram, em 2018, os trabalhos de preparação da CEMG/Banco Montepio para um novo patamar de desenvolvimento. Após a sua transformação em sociedade anónima e do seu capital institucional em capital social, representado por ações, promoveu-se a alteração dos seus estatutos e do seu modelo de governo, em linha com as recomendações na matéria e os modelos mais utilizados no setor bancário, tendo sido reformulada a composição dos órgãos sociais, com a tomada de posse dos novos membros, em 16 de março de 2018.

A nova administração da CEMG/Banco Montepio elaborou e subscreveu uma carta de missão, na qual assumiu o alinhamento estratégico com as finalidades mutualistas, nomeadamente, o reconhecimento do seu papel como entidade instrumental na colocação das modalidades mutualistas e na criação de estruturas comuns, que permitam a obtenção de sinergias no grupo.

A concretização destas medidas criou condições para a abertura do capital da CEMG/Banco Montepio à entrada de entidades da economia social, com a aprovação, pelo Conselho Geral, em 28 de junho de 2018, da alienação de um limite máximo de 2% do capital social da CEMG a essas entidades, tendo em vista criar um grande grupo financeiro da economia social.

Foi assim possível concretizar, em 2018, a entrada de diversas entidades da economia social no capital da CEMG/Banco Montepio, incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a qual tinha sido estabelecida uma parceria para o efeito, em 2017, tendo sido alienadas 158 920 ações, que, embora tendo uma expressão monetária reduzida, têm um significado estratégico relevante, na medida em que o Banco Montepio reforçou os elos e a sua representação como banco da economia social.

2. Vincular os associados e aumentar as receitas

Esta é uma das principais áreas de atuação, que se refere às ações de fidelização dos atuais associados, captação de novos associados e de poupanças em receitas de modalidades mutualistas, através da dinâmica de atuação dos Gestores Mutualistas, do aproveitamento dos canais de distribuição do Grupo, da revitalização da rede de promotores mutualistas, do potencial das parcerias e das campanhas de comunicação sobre a oferta.

Nos pontos seguintes deste relatório são descritas as muitas iniciativas desenvolvidas neste domínio em 2018, e que deverão prosseguir em 2019 e nos anos seguintes, no sentido de reter e vincular os atuais associados e captar novos, tendo em vista tornar a associação cada vez mais presente nas respetivas vidas, que se traduz na valores de poupanças aplicadas e de benefícios atribuídos, significando níveis de satisfação crescentes.

3. Criar valor mutualista

Esta orientação estratégica refere-se ao desenvolvimento da relação e ao alargamento da oferta de benefícios mutualistas, de segurança social complementar, de saúde, de equipamentos sociais e de outros benefícios complementares, propiciadores da melhoria da qualidade de vida dos associados e do seu crescente envolvimento nas atividades da associação.

Englobam-se neste domínio os trabalhos, em curso, de revisão do Regulamento de Benefícios, como condição base para renovar a oferta, ajustar o perfil e as características das modalidades existentes e criar novas modalidades, que se adequem às necessidades emergentes.

Salienta-se o desenvolvimento da oferta de benefícios de saúde, já iniciada, com o lançamento do cartão Montepio Saúde, que deverá prosseguir, bem como a oferta, em 2018, de modalidades de subscrição digital e de novos equipamentos sociais de residências para estudantes e de uma nova residência sénior.

Para além da oferta base de benefícios mutualistas, acresce a oferta, cada vez mais abrangente e estruturada, de benefícios complementares, tangíveis e intangíveis, decorrentes de parcerias estabelecidas com entidades diversas, a nível nacional.

4. Reforçar competências

As orientações neste domínio vão no sentido de consolidar a autonomia funcional do MGAM, em termos dos recursos humanos, processos e tecnologia, e de prosseguir o seu desenvolvimento tecnológico e digital, bem como dos sistemas, processos e políticas, em linha com os novos requisitos exigíveis no futuro próximo.

Esta foi uma área de intenso trabalho em 2018, com o desenvolvimento de iniciativas diversas, tanto no que se refere à digitalização dos processos de admissão de associados, de subscrição de modalidades e de pagamentos, como no desenvolvimento de aplicativos de apoio à gestão da relação associativa (ver caixa).

São de relevar neste domínio, em 2018, os trabalhos de adaptação às novas exigências do Regime Geral de Proteção de Dados – RGPD e o reforço de recursos humanos em áreas de apoio operacional e, em áreas chave, para desenvolver o sistema de controlo interno, em linha com os novos requisitos regulamentares, previstos no novo Código das Associações Mutualistas (ver caixa).

5. Prosseguir a comunicação e a cooperação

Continuar a política de comunicação e de divulgação da identidade e da diferenciação da associação, bem como a política de cooperação com entidades, nacionais e internacionais, com vista a afirmar e difundir o mutualismo e a economia social, foram áreas de significativa intervenção e envolvência em 2018, como se dá conta em pontos específicos deste relatório.

6. Desenvolver a política de responsabilidade social e sustentabilidade

Neste domínio, ficou definido o reposicionamento e dinamização do Comité de Sustentabilidade, a elaboração e implementação de uma política de sustentabilidade, convergente no seio do grupo, a integrar na estratégia de cada entidade, e a reportar nos respetivos relatórios anuais e no Relatório Anual de Sustentabilidade do Grupo Montepio.

Como se refere em ponto próprio deste relatório, em 2018, procedeu-se à reformulação da designação e composição do Comité de Sustentabilidade, à elaboração conjunta da estratégia de sustentabilidade, para o período 2019-2021, bem como aos trabalhos de preparação do relatório de sustentabilidade.

As Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) descritas foram revistas e atualizadas no final de 2018, como é habitual no quadro das disposições estatutárias e da prática de governo instituída, tendo sido aprovadas, pelo Conselho Geral, em 13 de novembro, as LOEs 2019-2021. Este trabalho de revisão das LOEs incluiu uma atualização da análise prospectiva do contexto, com vista a identificar os riscos e desafios, bem como o potencial e as oportunidades de crescimento e de desenvolvimento das atividades. Essa análise foi complementada com o diagnóstico de capacidades, com base no qual foram validadas as medidas estratégicas de crescimento, de capacitação e de desenvolvimento funcional e tecnológico.

A conjugação das análises efetuadas neste domínio permitiram validar, globalmente, a visão estratégica e as orientações e medidas estratégicas definidas e ajustar as metas para o próximo triénio em conformidade.

Projetos estratégicos desenvolvidos em 2018

Foram desenvolvidos, em 2018, diversos projetos, com vista à consecução das orientações estratégicas, designadamente no domínio de reforço das competências e modernização, dos quais se destaca:

Projeto AM360º - Desenvolvimento da plataforma de gestão da relação com os associados, dotando a rede de gestores mutualistas de uma ferramenta vocacionada para a gestão da relação, de modo a melhor servir os associados naquilo que é o acompanhamento da sua envolvência e dimensão associativa.

Projeto MOIC – Trata-se de um projeto estruturante e estratégico que consiste em habilitar a associação para admitir novos associados utilizando um IBAN de qualquer banco português. Com este projeto foi ainda possível avançar, consideravelmente, na transformação da solução de *front-end* transacional, que estava em curso na CEMG desde 2015 e que, em 2018, abrangeu a operativa inerente à Associação Mutualista.

Projeto BI – Na senda da segregação da informação entre o MGAM e a CEMG, por força do quadro regulatório vigente, teve início em 2018, um projeto de “*Business Intelligence*” que visa a dotação da Associação Mutualista de um *datawarehouse* próprio e exclusivo, com toda a informação sobre os seus associados, a dimensão associativa dos mesmos e a sua relação com o MGAM, independentemente do canal de relação. Sobre este *datawarehouse* estão a ser criados processos de emissão automática de todos os *dashboards* e *reports* de suporte à rede de gestores, a criação de estruturas de informação com vista ao desenvolvimento de processos analíticos preditivos para geração de campanhas e melhor servir o associado, e, ainda, como fonte de toda a informação para os mais diversos processos de reporting.

Programa de desenvolvimento organizacional e do sistema de controlo interno – no final de 2018, iniciaram-se os trabalhos internos de diagnóstico e de preparação para as exigências do novo Código das Associações Mutualistas (CAM – DL 59/2018, de 2 de agosto), na sequência do despacho nº 11392-A/2018, segundo o qual o MGAM fica sujeito ao regime transitório de 12 anos, nos termos do artigo 6.º do CAM, de adaptação para um novo regime de supervisão especial, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que, com as devidas adaptações, venha a definir requisitos para o sistema de governo e prudenciais adequados às especificidades das associações mutualistas.

Ainda em 2018, teve início a reformulação e alargamento da estrutura orgânica, destacando-se a criação e capacitação de unidades orgânicas autónomas que respondam ao que são denominadas por “Funções Chave” neste novo quadro regulatório.

6 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) manteve, ao longo de 2018, uma significativa dinâmica na área da responsabilidade social, interna e externa, a que se juntou a atuação da Fundação Montepio, em estreita parceria com os demais atores, como sejam os colaboradores e as entidades do Grupo Montepio, bem como com outras organizações da economia social, entidades públicas, privadas e comunidade em geral.

As intervenções neste domínio contam com estruturas internas dedicadas – Gabinete de Responsabilidade Social do MGAM e um Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio, responsável pela definição das orientações e políticas de responsabilidade social e sustentabilidade, harmonizadas para todo o Grupo, bem como pela elaboração do relatório de sustentabilidade do Grupo.

O Gabinete de Responsabilidade Social tem funções de secretariado e coordenação técnica dos trabalhos do Comité, de coordenação do Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio e na coordenação do apoio a iniciativas de responsabilidade social externa, como os programas de capacitação para benefício de organizações da economia social ou através dos projetos sociais da Fundação Montepio ou apoiados por esta.

Voluntariado Montepio



O Programa de Voluntariado Corporativo é uma das bandeiras mais emblemáticas da responsabilidade social do Grupo Montepio. Procura abranger todos os colaboradores e reformados do Grupo e estende a sua atuação por todo o país e regiões autónomas. Todas as ações desenvolvidas estão alinhadas com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e atua nas áreas social, ambiental, proteção animal e cultural, com projetos próprios como o PIS (Projeto de Intervenção Social), os Jantares Comunitários e os Pequenos Arranjos, entre outros, trabalhando para servir as pessoas das comunidades.

O ano de 2018 foi marcante para o Programa de Voluntariado, nomeadamente pela adesão às 2 principais redes mundial e europeia de voluntariado (IAVE e CEV/EVEN), que valeu uma presença efetiva como Júri da Capital Europeia de Voluntariado 2020, e o recebimento do Diploma de Reconhecimento em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, atribuído pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

Em 2018 realizaram-se um total de 63 ações de voluntariado (coletivo e de competências) que contaram com a participação de 764 colaboradores e reformados do Grupo Montepio.

O programa de voluntariado coletivo abrangeu 62 entidades, de norte a sul do país, e contou com a participação de 726 voluntários.

De referir a realização da 6ª edição do Dia do Voluntariado do Grupo Montepio que abrangeu, em simultâneo, 54 ações de voluntariado, em 31 locais diferentes, com a participação de 604 voluntários, e que permitiu apoiar organizações da economia social para benefício dos seus clientes e da comunidade em geral.

Em termos do voluntariado de competências é de destacar a participação na Carta da Diversidade, nos Grupos de Trabalho do Fórum e da Comunicação, a presença de uma colaboradora voluntária no Café Memória de Castelo Branco e ainda a participação de 37 voluntários do Grupo Montepio nos programas da *Júnior Achievement Portugal*, que permitiu estabelecer a ponte entre a teoria aprendida nas escolas e a prática.

Aliança ODS Portugal



A Aliança para os ODS é uma iniciativa da *Global Compact Network Portugal*, rede portuguesa do *United Nations Global Compact* que reúne entidades que se comprometem a trabalhar para a realização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015.

No âmbito da comemoração do 2º Aniversário da Aliança, o Gabinete de Responsabilidade Social, em representação da Fundação Montepio (membro da Aliança ODS Portugal desde 17

de dezembro de 2015, enquanto representante do Grupo Montepio), participou num painel em que entidades do setor público, privado e social deram exemplos do seu contributo para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O Presidente da Aliança ODS Portugal e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal apresentaram na ONU, em 2018, um Relatório de Execução dos ODS em Portugal e a colaboração estabelecida no âmbito desta rede foi considerada uma boa prática de partilha de projetos e desempenhos.

Geofundos

Lançada em maio de 2016, a GEOfundos surge de uma iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Associação Mutualista Montepio, Fundação PT e CASES, às quais se associou o consórcio operacional constituído pelo IES-SBS, TESE, Stone Soup Consulting e Call to Action.



A GEOfundos disponibiliza, numa plataforma digital, todas as oportunidades de financiamento de financiadores públicos e privados, locais, nacionais e internacionais, para as Entidades da Economia Social e Empreendedores sociais portugueses. Trata-se de uma plataforma *online*, única e inovadora, que permite um acesso simples, rápido e customizado a oportunidades de financiamento e ferramentas de capacitação à Economia Social.

A GEOfundos é reconhecida a nível nacional e internacional como uma boa prática de filantropia de impacto, sendo um exemplo na cooperação e partilha de recursos entre financiadores privados, que permitiu a criação deste projeto de inovação social.

A GEOfundos iniciou o seu processo de internacionalização em Itália, em março de 2018, através de um *franchising* social realizado em parceria com a Fondazione Triulza. O objetivo do *franchising* GEOfundos é alargar o número de utilizadores da plataforma a outros países, promovendo um maior impacto social de forma sustentável.

A GEOfundos investiu, em 2018, na formação “Sobre como elaborar candidaturas de sucesso a oportunidades de financiamento” e, desta forma, cumpriu um dos propósitos subjacentes à sua criação capacitar as Entidades da Economia Social e, em simultâneo, aumentou a notoriedade da Plataforma GEOfundos.

Projeto Comunicatorium



A Associação Mutualista Montepio apoia, desde 2016, o Programa Comunicatorium, no âmbito da capacitação das organizações da economia social, que visa o desenvolvimento de um processo de formação específica no domínio da comunicação através do acesso à plataforma Comunicatorium.

Esta plataforma tecnológica vem dar uma resposta inovadora às necessidades das organizações, ajudando-as na construção de uma estratégia de comunicação e no tratamento da informação de uma forma estruturada e sistemática, que apoia a divulgação e comunicação das instituições, permitindo angariar mais associados, investidores e clientes.

A Associação CAIS, o CEIFAC – Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra, a Fundação Ross McDonald e o NECI – Núcleo Especializado para o Cidadão Incluso (Lagos) foram as quatro instituições que, em 2018, beneficiaram deste programa de capacitação.

TURNAROUND Social - Programa Criar Valor (ES)

Em 2018, a Associação Mutualista Montepio apoiou o Programa Criar Valor-ES, em parceria com a Turnaround Social, que é um programa de capacitação para organizações da economia social, que visa a adequação de competências de liderança, comunicação, inovação e marketing, a partir de uma abordagem integral da organização, na análise do contexto interno e externo, que identifique linhas de desenvolvimento e indicadores que dinamizem e balizem o processo de sustentabilidade e criação de valor partilhado nestas organizações.

Em 2018, ficou concluída a 2ª edição do Programa Criar Valor-ES, em que foram abrangidas oito IPSS, indicadas pelas UDIPSS de Braga e de Viana do Castelo, a saber: Casa dos Rapazes de Viana do Castelo, Centro Paroquial e Social de Lanhenses (Riba Lima), Centro Social de Dornelas, Centro Social Vale do Homem, Posto de Assistência Social de Alvarães – PASA, Venerável Ordem Terceira

de S. Francisco, Associação de Reformados e Pensionistas de Viana do Castelo, Engenho – Associação de Desenvolvimento Local de Vale de Este.

APQ - Associação Portuguesa de Qualidade



A Associação Mutualista Montepio estabeleceu, em 2015, um protocolo com a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), que tem por objetivo o financiamento de um Programa de Certificação da Qualidade - Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no Modelo de Certificação *EQUASS Assurance*, com vista à capacitação das organizações da economia social.

Pretende-se incrementar a capacitação dessas organizações na área da certificação da qualidade, mote essencial para a alteração do paradigma da gestão das organizações, para o autoconhecimento das equipas e para a melhoria do serviço prestado à comunidade, reforçando as suas capacidades de gestão e melhorando o seu nível de resposta e de satisfação das diferentes partes interessadas.

Em junho de 2018, a entidade selecionada na 2^a edição deste Programa foi a Comunidade Vida e Paz – Centro Terapêutico de Fátima, que concluiu com sucesso este esquema europeu de certificação.

A Associação Vale de Acór, entidade selecionada para a 3^a edição deste Programa, que se iniciou em fevereiro de 2018, encontra-se atualmente em fase de consultoria, estando prevista a Auditoria Prévia (validação) para a primeira quinzena de maio de 2019, a qual antecede o processo de conclusão da certificação – Auditoria de Certificação, previsto para a 2^a quinzena de junho de 2019.

Programa de Impacto Social



A Associação Mutualista Montepio tem vindo a apoiar o Programa Impacto Social com o objetivo de capacitar as organizações da economia social para a medição e demonstração do impacto social das suas intervenções, com o recurso à metodologia SROI (*Social Return on Investment*). Este programa é desenvolvido em parceria com a Fundação Montepio, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a 4Change.

Em 2018, este programa criou a Comunidade de Impacto Social, com o objetivo de diversificar a tipologia e origem geográfica das organizações da economia social envolvidas, abranger mais entidades do setor público, aumentar a acessibilidade de recursos de capacitação e encorajar a colaboração entre entidades. A Comunidade de Impacto conta já com 113 adesões.

O Programa Impacto Social permitiu ainda a participação de 104 instituições nos *Webinars* de capacitação, sendo que apenas 10 serão beneficiadas com a prototipagem (capacitação intensiva).

APEE – Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social



Em 2018 foi dada continuidade ao financiamento do Prémio de Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, promovido pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, que permitiu a realização da sua 4^a edição, tendo sido reconhecidas as seguintes organizações: Instituição Particular de Solidariedade Social “Os Pioneiros” – Associação de Pais de Mourisca do Vouga, Cáritas - Ilha Terceira, e Biovilla.

Relatório de Sustentabilidade



No âmbito do Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio, com a intervenção dos diversos responsáveis das unidades orgânicas das entidades participantes, que mais se relacionam com as funções de reporte, foi elaborado e publicado, em 2018, o quarto Relatório de Sustentabilidade do Grupo Montepio, abrangendo, para além da Associação Mutualista Montepio e da Fundação Montepio, a Caixa Económica Montepio Geral e, pela primeira vez, a Residências Montepio S.A..

Este Relatório de Sustentabilidade, relativo a 2017, foi elaborado em alinhamento com as mais recentes tendências de reporte, de acordo com a nova versão do *Global Reporting Initiative – GRI Standards*, apresentou a correspondência entre a Estratégia de Sustentabilidade

do Grupo e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável dando, assim, cumprimento ao compromisso assumido com a Aliança ODS Portugal.

Tal como no reporte de informação não financeira dos anos anteriores, também o de 2017 foi sujeito a verificação independente.

Ainda em 2018, foi realizada uma auscultação aos *stakeholders* das entidades do Grupo que efetuam este reporte, designadamente colaboradores, associados, clientes particulares e clientes empresa, fornecedores e parceiros de responsabilidade social, para validar os temas relevantes para a atividade. Com esta consulta será efetuada a revisão da matriz de materialidade, já referenciada no Relatório de Sustentabilidade de 2017, que foi publicado este ano.

Com o objetivo de divulgar interna e externamente, a informação não financeira que tem vindo a ser construída nos últimos anos, foi produzido um curso de *e-learning* para os colaboradores, que são os melhores embaixadores do Grupo atendendo à sua proximidade e ao seu nível de envolvimento.

Considerando que as preocupações com a sustentabilidade devem ser partilhadas com a cadeia de valor, o Grupo Montepio continuou o processo de homologação e qualificação de fornecedores, ponderando critérios ambientais, sociais e de governo.

Fundação Montepio



No quadro da concretização das suas Linhas de Orientação Estratégica e do seu Plano de Ação para 2018, a Fundação Montepio deu continuidade aos seguintes projetos de apoio: projeto Frota Solidária, programa FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social, e Prémio Voluntariado Jovem.

O projeto Frota Solidária concretizou, em 2018, a sua 11^a edição, tendo atribuído mais 21 viaturas adaptadas a igual número de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Realizou-se também a 2^a edição do programa FACES, que permitiu financiar 19 projetos apresentados por organizações da economia social, e cujos objetivos são: promover a empregabilidade das pessoas com deficiência, promover a autonomização ou regresso à família de crianças e jovens em situações de risco e promover respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem-abrigo.

O prémio Voluntariado Jovem pretendeu, em 2018, potenciar o trabalho entre entidades públicas, privadas e sociedade civil, incentivando o encontro, a participação e a partilha de boas práticas, entre jovens e entidades de vários pontos do país sob o mote “Olhar, Refletir, Planear e Agir”, tendo beneficiado 7 organizações que estiveram diretamente envolvidas no mesmo.

A Fundação Montepio manteve ainda o apoio a alguns projetos, em parceria, como são os casos da Mobilidade Positiva, do CRIDEM e do projeto Cuidar Melhor.

7

COOPERAÇÃO E DIFUSÃO DO MUTUALISMO

Panorama evolutivo do setor mutualista em Portugal

Desde 2013 e até ao final de 2018 foram constituídas duas mutualidades, O Porvir da Família Telégrafo Postal (Lisboa) e AMUT – Associação Mutualista de Gondomar, ambas em 2017.

Das 109 mutualidades que se estima existirem atualmente em Portugal, cerca de 30 deverão estar sem atividade ou com atividade muito reduzida.

Sublinhe-se que a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) deverá ter 55 mutualidades filiadas (algumas das quais com atividade reduzida) e a Associação Portuguesa de Mutualidades (APM) tem 22 filiadas, havendo duas mutualidades com filiação simultânea nas duas uniões. Sem filiação nas uniões, deverão existir cerca de 5 mutualidades com atividade regular.

As mutualidades filiadas na UMP deverão representar cerca de 335 mil associados e as filiadas na APM, cerca de 825 mil, havendo cerca de 60 mil associados nas duas mutualidades que pertencem a ambas as uniões. No total, as mutualidades portuguesas deverão abranger cerca de 1.100 mil associados, valor que se tem mantido constante ao longo dos últimos anos, cabendo mais de metade a uma só mutualidade, a Associação Mutualista Montepio (AMM), que, em 1990, tinha pouco mais de 17 mil e terminou 2018 com cerca de 613 mil associados.

Dada a sua relevância no setor mutualista, a Associação Mutualista Montepio (MGAM) tem uma responsabilidade acrescida na difusão do mutualismo, dos seus valores, princípios e finalidades, bem como na dinamização da vida associativa e na cooperação com outras entidades do setor e da economia social.

Difusão do mutualismo e cooperação com entidades da economia social

O Artigo 17º do Código das Associações Mutualistas (CAM), que entrou em vigor no passado dia 2 setembro de 2018, estabelece que “as associações mutualistas promovem a educação para a cidadania e a formação dos seus associados, trabalhadores e público em geral, fomentando a difusão do mutualismo, dos seus valores, práticas e vantagens e a dinamização da vida associativa”.

O Artigo 18º do CAM define que “para melhor prossecução dos seus fins e desenvolvimento do mutualismo, devem as associações mutualistas privilegiar as relações de cooperação entre si, bem como com outras entidades da economia social”.

As ações de difusão do mutualismo e de cooperação têm sido uma constante ao longo da existência da Associação Mutualista Montepio, tendo, nos últimos anos, merecido crescente destaque, contando com uma equipa dedicada (GESM - Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas), que, de forma especializada e estruturada, desenvolve as ações neste domínio.

Em 2018, concretizaram-se as seguintes iniciativas no domínio da educação e formação:

- Segunda edição da Universidade de Verão Montepio - Autónoma com o tema “Economia Social e Proteção Social”, entre 25 e 29 de junho, em Lisboa (UAL), que contou com a participação presencial de 20 alunos e 27 oradores, e a assistência média online de cerca de 80 pessoas;
- Coordenação editorial da página semanal “Economia Social” no Jornal de Negócios, com publicação regular desde 20 de julho de 2017;
- Organização, em colaboração com a Direção de Recursos Humanos da CEMG, da abertura e processo de inscrições de colaboradores da Associação Mutualista Montepio e da CEMG, para os cursos de formação pós-graduada em Economia Social, em Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém, tendo-se inscrito 18 alunos para o ano letivo 2018-2019;
- Apoio à publicação e apresentação do livro “Ensaio sobre Economia Solidária”, de Paul Singer, com prefácio de Rui Namorado e edição da Almedina – Coleção Horizontes Solidários.

Foram também desenvolvidos estudos internos, com vista ao melhor conhecimento dos associados e das suas necessidades, tais como:

- “Abandono associativo - 1.º quadrimestre de 2018” (perfil dos associados, modalidades e motivos de saída);
- “Retrato Associativo MGAM 2017”;
- Infografia “Caracterização do Agregado Familiar da MGAM”;
- Apresentação de dados dos estudos Pro.Mo Saúde, com: Poster “Preditores de ansiedade e depressão”, no XII Congresso Nacional de Psiquiatria, em Vilamoura; Posters “Diferenças regionais no excesso de peso/obesidade em Portugal: habilitações literárias e hábitos alimentares” e “Caracterização de uma amostra de crianças e adolescentes portugueses: excesso de peso/obesidade e suas determinantes”, no 25.º Congresso Europeu de Obesidade, em Viena (Áustria); Poster “Diferenças nas expectativas, motivações e estratégias para perda e controlo de peso”, no 22.º Congresso Português de Obesidade, em Lisboa.

Tendo em vista a difusão do mutualismo e da economia social, o MGAM continuou a desenvolver a cooperação com diversas entidades, sendo de relevar a participação nas seguintes iniciativas em 2018:

- Semana do Mutualismo, entre 20 e 27 de outubro, promovida pela APM – Associação Portuguesa de Mutualidades, com duas conferências “O novo Código das Associações Mutualistas”, em Gaia e em Lagos, e a sessão “Testemunhos de Fraternidade”, em Torres Vedras. O MGAM ocupa uma das vice-presidências da APM.
- Conferência “Um banco da Economia Social em Portugal: porquê e para quê?”, em 26 de fevereiro, em Lisboa, no ISCTE-IUL., promovida pelo CIRIEC Portugal.
- 32.º Congresso Internacional do CIRIEC, entre 30 de maio e 1 de junho, em Liège.
- Conferência “Social Economy and its access to the Internal Market”, em 8 de março, em Bruxelas, organizada pela AIM - Association Internationale de la Mutualité. O MGAM ocupa uma das vice-presidências da AIM.
- 45.º Encontro do IPSE - Institut de la Protection Sociale Européenne, em 22 e 23 de novembro, em Bruxelas. O MGAM participa no Conselho de Administração e no Conselho de Orientação desta organização.
- Estudo “Update of the mapping of social enterprises and their eco-systems in Europe”, promovido pela EURICSE – European Research Institute on Cooperative e pela EMES International Research Network.
- Refira-se, ainda, que o MGAM fez parte, até maio 2018, da Direção do IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais e passou a estar representado na presidência do respetivo Conselho Fiscal, desde junho de 2018.



8

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA E DA OFERTA MUTUALISTA

O ano 2018 ficou marcado por uma aposta forte na marca Associação Mutualista Montepio.

Novas ofertas, funcionalidades e novos serviços, disponibilizados a partir de plataformas digitais, tornaram a Instituição e a sua marca mais relevante na vida dos associados, com a APP a merecer um número crescente de instalações e o site a assegurar uma atividade nunca antes registada.

A atividade de comunicação foi fortemente orientada à proximidade, criação e fortalecimento de laços com a comunidade associativa e demais partes interessadas, mas também à afirmação da identidade associativa e mutualista, veiculação de valores e revelação de iniciativas e vantagens.

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

O papel crucial que a comunicação assume no fortalecimento de laços entre a Associação e a sua comunidade de mais de 600 mil associados foi reforçado, em 2018, com a disponibilização de novas funcionalidades e serviços, por via das plataformas digitais – o site e a APP – que tornaram a marca mais relevante na vida dos associados.

As novas plataformas de comunicação detidas pela Associação Mutualista registaram um número crescente de instalações e uma atividade inédita, permitindo que, aos suportes de comunicação impressos e de edição periódica se somassem outros, mais imediatos.

Publicações periódicas impressas



A **Revista Montepio**, publicação de maior tiragem a nível nacional (superior, em 2018, a 470 mil exemplares) apresentou um novo conceito editorial e gráfico no início de 2018. De periodicidade trimestral e distribuição gratuita, constitui um suporte de comunicação incontornável na relação da Associação Montepio com os seus associados.

Lida por cerca de um milhão de portugueses, promove a vida associativa e afirma-se pelo jornalismo de antecipação quanto às grandes questões locais ou de dimensão e interesse global, ao mesmo tempo que oferece aos associados e leitores entrevistas, reportagens e artigos de opinião que abordam os temas mais fraturantes da atualidade.

Em 2018, a qualidade editorial e o *design* da Revista Montepio foram distinguidas com o prémio Fundacom – Subcategoria Publicação Externa, e com o prémio Excelência em Comunicação, atribuído pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) na categoria Publicação Externa.

A Revista Montepio está disponível na App Store e Google Play e em pdf no site montepio.org.



O **jornal Montepio Jovem**, publicação trimestral de informação geral, dirigida aos associados com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, desenvolve o seu conceito editorial a partir da vida, questões, interesses, inquietações e preferências dos mais jovens, assegurando uma abordagem editorial positiva e ajustada ao perfil do leitor.

Com tiragem média de 58 000 exemplares, o jornal procura levar aos seus leitores uma visão de tendência sobre o que de melhor se faz em Portugal e o que mais inquieta os adolescentes.

A **revista VOA**, principal suporte de comunicação da Associação Montepio com o público infantil - associados até aos 10 anos de idade, assume-se como motor de dinamização e principal cartão-de-visita do Clube Pelicas.

Esta publicação pretende aproximar os mais jovens dos valores do mutualismo, sustentabilidade, solidariedade, amizade e entreajuda, mas também criar laços entre os associados mais jovens, transmitindo estes valores de forma lúdica, didática e pedagógica e fortalecendo sentimentos de pertença.



Cada edição, de periodicidade trimestral e tiragem média de 48 mil exemplares, constitui uma oportunidade de aprendizagem de novas temáticas e histórias, sempre suportadas em dinâmicas de leitura, passatempos, reportagens, passeios, jogos e sugestões culturais.

Divulgação da Oferta Mutualista

Para além da divulgação da oferta nas revistas Montepio, Jornal Montepio e Revista Voa, foram desenvolvidos novos suportes de divulgação da oferta das modalidades mutualistas e de outros benefícios, com o propósito de melhorar a comunicação, garantindo clareza e sistematização de informação.

Folhetos de Modalidades Mutualistas - Dirigidos a associados e potenciais associados, reúnem a oferta do MGAM e são disponibilizados nos postos mutualistas, balcões CEMG e em ações destinadas à ativação de marca

Agenda Experiências - Divulga o Programa de Experiências e a respetiva agenda, com periodicidade bimensal.

Comunicação Digital

Em Direto digital semanal	Mailshot Campanhas pontual	Mailshot datas especiais pontual	Mailshot Experiências semanal
Dirigido ao universo de colaboradores do Grupo Montepio, inclui entrevistas, reportagens e artigos que destacam iniciativas e projetos em curso nas várias empresas do Grupo	Expedição para cerca de 150 mil associados com registo de e-mail ativo e informação relativa a modalidades mutualistas, benefícios, vantagens e atividades promovidas pela Associação	Destaca informações específicas de vantagens e descontos	Destinado à promoção do Programa de Experiências Montepio (AMMe)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Ei – EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO

Em 2018, o Portal Ei – Educação e Informação foi reforçado com uma nova plataforma dedicada à disponibilização de conteúdos e ferramentas de educação financeira, materializada numa página em montepio.org e no Facebook.

Esta aposta permitiu que, das 150 mil visitas mensais registadas em 2017, o tráfego médio registrado no site ascendesse às 570 mil visitas. A rubrica *Ei - O seu dinheiro* permitiu que o site figurasse mais de 85 milhões de vezes* nas pesquisas efetuadas.



* Número de impressões. Fonte: Search Console.

Em 2018, cresceu a base de fãs do Ei no Facebook, com o alcance médio diário a ascender às 68 000 pessoas. As modalidades de poupança representaram 87% das visualizações, sendo que 7 em cada 100 visitas navegaram, pelo menos, por uma página de modalidade.

Associar os espetáculos às modalidades do MGAM constituiu aposta ganha, já que 56% das subscrições ou reforços foram associados a um espetáculo. A ação de dinamização realizada a propósito do Festival Panda e Os Caricas registou o maior número de subscrições e/ou reforços.

NOVAS FUNCIONALIDADES E SERVIÇOS

Subscrição e reforço de modalidades no SITE E APP

Foram desenvolvidas, em 2018, novas funcionalidades e serviços, que garantiram maior relevância à marca Associação Mutualista Montepio (MGAM).

A APP registou um crescimento na ordem das 30 mil instalações. Já o site assegurou 11 milhões de visualizações e 4 500 000 novas visitas, muitas das quais motivadas pela subscrição de modalidades *online*, consulta de benefícios ou inscrição em experiências.

O número de consultas às páginas referentes às modalidades mutualistas, disponíveis em montepio.org duplicou em 2018, facto justificado pela possibilidade de subscrever ou reforçar modalidades a partir do site, mas também da disponibilização de soluções de pagamento tão simples quanto uma referência multibanco.

Estes novos desenvolvimentos simplificaram processos, garantiram um serviço 24 horas por dia, 365 dias por ano, e dotaram os gestores mutualistas de um novo canal para atividade. Em apenas 6 meses registaram-se 2 300 subscrições, correspondendo a mais de 28 milhões de euros de subscrições da modalidade de prazo certo Expresso Net e Poupança+ Net.

CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

O ano de 2018 foi rico em campanhas de comunicação que permitiram reforçar e veicular a inovação e diversidade de soluções da Associação para satisfazer as necessidades dos associados.

MONTEPIO PROTEÇÃO FUTURO

A estratégia de comunicação que inspirou a mensagem Montepio Proteção Futuro alavancou as modalidades Montepio Poupança Outros Encargos e Montepio Proteção Vida a partir de uma mensagem inspirada no princípio de que a vida é feita de riscos e incertezas que não controlamos mas podemos prever e proteger.



A campanha de imprensa foi veiculada através dos principais *publishers* nacionais diários e semanais, rádio, digital com *display* e *search*, e a dinâmica da rede de gestores mutualistas, alavancada na campanha digital, permitiu um crescimento em cerca de 400 novas subscrições nestas modalidades.

MONTEPIO ÀS VEZES O AMOR

Em complemento ao apoio atribuído ao Festival Montepio Às Vezes o Amor foi realizada uma campanha de comunicação que permitiu concretizar subscrições no montante total de 1 104 641 euros.

JUNTOS FAZEMOS O PRIMAVERA



Em abril 2018, foi dada continuidade à estratégia de comunicação de iniciativas orientadas ao segmento jovens adultos (festivais de verão) e apresentada a campanha “Juntos fazemos o NOS Primavera Sound”, divulgada no site montepio.org e na APP, mas também em Facebook, Spotify, Xaxis Interest e Retargeting, Youtube Trueview, Outrider Search Marketing e Sizmek.



A utilização destas plataformas para veiculação da mensagem reforçou a dinâmica da marca Associação Mutualista Montepio (MGAM) enquanto a aproximou à comunidade de associados entre os 25 e os 45 anos de idade.

O QUE FAZEMOS PELOS OUTROS DIZ MUITO SOBRE NÓS

Afirmar o valor da marca e da atuação da Associação e aproximar a sociedade da importância do mutualismo, da economia social e da intervenção da Associação Mutualista Montepio no país, foram objetivos da campanha institucional “O que fazemos pelos outros diz muito sobre nós”.

A mensagem assentou em quatro eixos de intervenção fundamentais para a Associação - economia social, música, teatro e desporto – e inovou sobremaneira ao reunir 31 figuras públicas destes setores-chave da sociedade portuguesa em torno da marca e da sua mensagem. Para otimizar a mensagem foram desenvolvidas mensagens específicas para cada um dos 4 temas



MODALIDADES DE PRAZO CERTO

A estratégia de comunicação desenvolvida para as modalidades mutualistas foi fortemente orientada ao objetivo de tornar a oferta mais apelativa, simplificando o processo de subscrição. Neste entendimento, a modalidade mutualista Capital Certo passou a ser disponibilizada em montepio.org, sendo comunicada com as designações – Poupança Expresso Net – poupança a 3 anos e Poupança + Net – poupança a 6 anos.

Pela primeira vez na história, o MGAM disponibilizou uma solução de subscrição exclusiva *online*, modalidade de pagamento a partir de referência multibanco e uma simplificação de processos que permitiu, entre agosto e dezembro, que os associados subscrevessem 28 milhões de euros em modalidades.



POLÍTICA DE PATROCÍNIOS

A política de patrocínios, sempre complementada com a atribuição de benefícios aos associados, orientou-se para o reforço da ligação da marca à cultura, ao fortalecimento da língua e cultura portuguesas, à música e ao teatro, tendo contribuído para a divulgação de novos projetos musicais, de artistas revelação e de novas sonoridades.

A dinâmica de atuação da Associação e a política de patrocínios levada a cabo permitiram registar mais de 3 milhões de euros em modalidades e 352 novos associados.

APOIO À CULTURA

O apoio a novos projetos culturais ou às tournées de Blind Zero, Miguel Gameiro, Cuca Roseta, Banda Sinfónica Portuguesa, Rodrigo Leão, Dead Combo, Helder Moutinho, Paulo de Carvalho, João Pedro Pais, Celina da Piedade, Jorge Palma e UHF permitiram-nos levar a música a todo o país e às mais variadas salas de espetáculos, aproximando as iniciativas da comunidade de associados.

O patrocínio a Rodrigo Leão, na celebração dos seus 25 anos de carreira, mereceu especial destaque e permitiu à Associação Montepio realizar dois espetáculos, nos coliseus de Lisboa e Porto, que assinalaram o seu 178º aniversário.

São igualmente merecedoras de destaque as iniciativas orientadas à proximidade com os associados jovens, ao rejuvenescimento da marca e ao crescimento da comunidade associativa.

Constituem disso exemplo os festivais de verão NOS Primavera Sound, realizado no Porto, NOS Alive, em Lisboa, Vodafone Paredes de Coura e Montepio Fado de Cascais, mas também o Festival Montepio Às Vezes o Amor, realizado de norte a sul do País.



Mas a atuação da Associação Mutualista na esfera cultural não se esgotou na música, tendo sido alargada a projetos na área do Teatro, com o apoio a peças como “O Deus da Carnificina”, “A Pior Comédia do Mundo”, “Boa Noite Mãe”, “Grease” ou “Insónia”, iniciativas que garantiram a atribuição de descontos exclusivos a associados, mas também, e tendo como especial objetivo os associados infantojuvenis, os projetos “Rapunzel”, “Feiticeiro de Oz”, Festival Panda e Panda e os Caricas.

Estas iniciativas permitiram impactar milhões de portugueses, captar novos associados, além de afirmar o posicionamento da Associação enquanto organização determinada a acompanhar a vida dos seus associados com respostas complementares às necessidades de proteção e previdência, de abrangência nacional e âmbito multigeracional.

FESTIVAL PANDA

A presença da Associação Mutualista no Festival Panda resulta do objetivo de responder às expectativas e necessidades da comunidade de associados que constituem o Clube Pelicas, promovendo, num mesmo passo, a modalidade Poupança Complementar Jovem.



Para fidelizar e fortalecer a comunidade de associados menores, foram realizadas, nos meses de junho e julho, ações de dinamização que associaram a oferta de um presente Clube Pelicas – lancheira exclusiva – à subscrição ou reforço das soluções mutualistas Poupança Complementar Jovem e Capital Certo.



A forte adesão às iniciativas permitiu o reforço dos laços com os associados mas também a admissão de 200 novos membros no Clube Pelicas.

JUNTOS VIVEMOS O NOS ALIVE

A associação da marca Montepio a um dos melhores festivais da Europa – NOS Alive, em junho 2018, reforçou a estratégia de patrocínios orientados para a geração de novos benefícios para associados.

“Juntos vivemos o NOS Alive” foi a mensagem que suportou a campanha de comunicação veiculada numa data em que os ingressos para alguns dos dias do Festival já se encontravam esgotados, associando à poupança e proteção à possibilidade de viver momentos de bem-estar e diversão.

A adequação da estratégia desta oferta ficou confirmada com a relação estabelecida com 450 associados.

Queres ir ao NOS Alive? Faz uma Poupança na Associação Mutualista Montepio.



JUNTOS FAZEMOS O VODAFONE PAREDES DE COURA

À semelhança do ano anterior, a Associação Mutualista associou-se ao festival Vodafone Paredes de Coura e desenvolveu uma ação de comunicação digital, que permitiu atribuir cem passes de 4 dias a cerca de duas centenas de associados.

Esta iniciativa, inspirada na mensagem “Juntos fazemos o Vodafone Paredes de Coura”, dinamizou as modalidades dos Grupos I, II e III e levou a mensagem às plataformas digitais (motores de busca e redes sociais, nomeadamente Facebook, Google Display Network e Google Search).



JUNTOS SENTIMOS O FADO



Pelo segundo ano consecutivo, a Associação Mutualista garantiu uma forte presença no Festival Montepio Fado Cascais, na qualidade de *naming sponsor*, e comunicou esta parceria através de uma campanha suportada nas plataformas digitais e centrada no estímulo à poupança.

A iniciativa permitiu apoiar a admissão de novos associados e reforçar a relação com os atuais: cerca de 260 associados responderam ao convite, garantindo reforço de poupança e a presença nos vários dias do Festival.

KIT PRESENTE-POUPANÇA

Os desenvolvimentos informáticos e de processos assegurados ao longo de 2018 permitiram à Associação Mutualista desenvolver um novo projeto - admitir associados sem conta bancária sedeada na Caixa Económica Montepio Geral.

A tradição centenária que tornava indissociáveis as instituições deu lugar a uma nova prática e a um novo mundo de oportunidades para o crescimento da Associação.

Entre as oportunidades geradas por estes desenvolvimentos, destaque para o projeto *Kits Presente Poupança* Associação Mutualista, dirigidos a novos e atuais associados e que integrou a imagem da fadista Cuca Roseta enquanto rosto associado à campanha de lançamento.

Com o primeiro lote de *kits* a esgotar em 5 dias, a ação gerou a aprendizagem necessária à disponibilização permanente de *kits* de admissão dirigidos a associados e não associados e suportados numa jornada digital – realizada a partir de montepio.org – que permite a admissão de novos associados sem necessidade de atendimento presencial. A marca ganhou em inovação, rapidez e eficiência.



PROGRAMA DE EXPERIÊNCIAS

O Programa de Experiências, lançado em setembro de 2017 com o objetivo de robustecer as relações, apoiar o estreitamento de laços com a comunidade associativa, fomentar uma relação mais emocional com a marca e dar maior visibilidade aos benefícios colocados à disposição de quantos integram a família Montepio, foi reforçado em 2018 com a diversificação das iniciativas culturais, formativas, lúdicas e de bem-estar colocadas ao dispor dos associados e a consolidação do novo conceito AMMe – Associação Mutualista Montepio Experiências.



Estruturado a partir de 7 categorias – CONHECER (Cultura e Património), DESCOBRIR (Aventura e Ar Livre), CRESCER (Jovens e Famílias), DESFRUTAR (Lazer e Bem-estar), CORRER (Running), APRECIAR (Arte e Espetáculo) e SABER (cursos e workshops), o Programa reuniu, ao longo de 2018, 5514 associados em cerca de 30 experiências mensais realizadas de norte a sul do país.



Alqueva", "Voo de Balão de ar quente", "Escola de Magia do Harry Potter", "Meet & Greet com os de The Script", "Chef's on Fire", são apenas algumas das iniciativas que garantiram 371 experiências e 7 157 participações, das quais 6 004 de associados e 1 153 de potenciais associados, confirmado o sucesso deste projeto.

Para a afirmação do projeto muito contribuiu a inovação introduzida na forma de realizar a inscrição nas atividades, suportada numa experiência de utilização simples, prática e cómoda. De forma automática, via *site* ou *APP*, a tarefa foi simplificada com o preenchimento de formulário de inscrição e pagamento por referência multibanco.

A categoria AMMe APRECIAR (Arte e Espetáculo) somou o número mais elevado de participações (3 095), seguida da categoria DESCOBRIR (Aventura e Ar Livre) que contabilizou, em igual período, 1 271 participações.

CLUBE PELICAS



Foram muitas as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Clube Pelicas em 2018, destinadas a disseminar os valores do mutualismo e a promover a igualdade, respeito pelo próximo, não discriminação ou solidariedade junto dos associados mais novos.

A realização de atividades em áreas de interesse dos mais jovens e/ou dos pais e educadores constituiu prioridade para o Clube, que assegurou *workshops* nas áreas da cultura, tecnologia, ciência, dança, desporto, além da Corrida Pelicas, Corrida Montepio, Corrida São Silvestre da Pequenada ou Meia Maratona de Cascais.

ESPAÇOS ATMOSFERA M

Os espaços atmosfera *m* garantem uma oferta diversificada, orientada à comunidade associativa e à sociedade em geral. Ao longo de 2018 a utilização dos espaços continuou a ser intensa, seja ao nível da realização de exposições, apresentação de livros, formações e atividades lúdico-pedagógicas.

Em 2018, os espaços de Lisboa e Porto acolheram 1 149 eventos, totalizando 4 131 horas de ocupação e a participação de 25 888 pessoas, 54% das quais associadas. De referir que contataram com os espaços 120 612 pessoas, seja em atividade proposta em agenda ou apenas para um encontro informal.

Em parceria com organizações da sociedade civil foram realizadas 19 exposições, 10 na cidade do Porto e 9 em Lisboa, das quais 74% tiveram a assinatura de artistas associados.

Para o público infantojuvenil, os espaços atmosfera *m* mantiveram uma oferta de atividades lúdico-pedagógicas abrangente, que impactou 889 crianças e jovens dos 6 meses aos 15 anos de idade.

As parcerias com a Academia das Ciências de Lisboa e com a Rutis Porto – Rede de Universidades Seniores garantiram, ao longo do ano, parte da formação e atividades orientadas ao público sénior.

Manteve-se a colaboração com instituições públicas e sem fins lucrativos, nomeadamente a Associação Alzheimer Portugal e a Entrajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social.

Já as bibliotecas do Porto e Lisboa, com um acervo dedicado à temática da Economia Social, registaram, ao longo do ano, uma crescente frequência de estudantes universitários que procuram um espaço tranquilo para a elaboração de trabalhos individuais, de grupo e de preparação para exames, totalizando 3 592 utilizadores.

Os espaços mantiveram ainda a tradição de promover, em parceria com os Serviços Sociais Montepio e o Instituto Português do Sangue, três recolhas de sangue ao longo do ano.

RUNNING E APOIO AO DESPORTO



O investimento, apoio e envolvimento da Associação Mutualista Montepio na área do Desporto, com especial enfoque no *running*, tem garantido um enorme reconhecimento, além de níveis crescentes de participação nas iniciativas promovidas.

Realizou-se em 2018, a 6ª Corrida Montepio que, pelo número de inscritos, é a 8ª prova mais participada do país, constitui uma iniciativa de cariz solidário de grande dimensão que reúne associados, clientes e amigos da Associação Mutualista Montepio.

Em 2018, entre atletas profissionais e amadores, os cerca de 8 mil participantes permitiram angariar, com os valores das inscrições, o montante de 40 mil euros, integralmente entregue pela Associação Mutualista à ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal.

Realizou-se ainda a 4ª edição da Corrida Pelicas, que reuniu cerca de 2 500 pessoas no estádio do Inatel, em Lisboa, numa realização que registou o maior número de participantes desde o lançamento desta iniciativa. A Corrida Pelicas voltou a posicionar-se como iniciativa desportiva dirigida às famílias e alinhada pelo objetivo da promoção de um estilo de vida saudável. Dos cinco aos 13 anos de idade, as crianças e jovens inscritos puderam participar em provas de corrida divididas por vários escalões.

De cariz solidário, a Corrida Pelicas permitiu angariar 9 500 euros provenientes das inscrições, que reverteram a favor da Associação Passo a Passo.

Para promover a proximidade e o reconhecimento da marca, acompanhando tendências e movimentos sociais, a Associação Mutualista assegurou, ainda, ao longo de 2018, presença noutras provas desportivas com diferentes distâncias e/ou níveis de desafio desportivo e reforçou, uma vez mais, o seu posicionamento na área do desporto, saúde e vida ativa.

Exemplo disso foi o suporte dado à Montepio Meia Maratona de Cascais, que reuniu 5 000 participantes, em torno da Montepio Meia Maratona, Montepio 5 km de Cascais e Corrida das Crianças.

Entre outras provas e projetos de natureza desportiva, destacaram-se ainda a realização da Montepio Sintra Trail X'treme, que reuniu 1000 atletas em 4 distâncias distintas; a Ultramaratona Atlântica Melides Troia, composta por duas provas e que agregou atletas nas praias do Carvalhal, Comporta e Troia; o apoio, na qualidade de parceiro oficial, à Câmara Municipal de Lisboa na realização das Olisipiadas, iniciativa que envolveu 3 500 crianças e mais de 20 federações desportivas; ou a Corrida Clube Pelicas São Silvestre da Pequenada, que contou com a participação de 500 crianças.



INICIATIVAS DE ÂMBITO INSTITUCIONAL

Na qualidade de maior associação e maior mutualidade portuguesa, a Associação Mutualista marcou presença, pelo 3º ano consecutivo, no Fórum de Debate “Portugal Economia Social”, encontro de empreendedorismo e inovação social realizado no Centro de Congressos de Lisboa que, ao longo de dois dias, serviu de montra para o setor, dando a conhecer os mais recentes desenvolvimentos nesta área.

Associação Mutualista, Caixa Económica Montepio Geral e Fundação Montepio comunicaram, de forma integrada e a partir de um mesmo espaço, a atividade desenvolvida nas áreas da economia social, empreendedorismo, intervenção social e solidariedade.

9

BASE DE ASSOCIADOS, MODALIDADES E BENEFÍCIOS

9.1 Base de Associados

O MGAM encerrou o ano de 2018 com 612 607 associados efetivos (625 419 no final de 2017).

Após um primeiro trimestre de crescimento, a evolução da base associativa registou, a partir de abril, um decréscimo progressivo, influenciado pelo vencimento de séries da modalidade Montepio Capital Certo.

No que concerne aos fluxos de movimento associativo, verifica-se que, embora em número inferior ao de 2017, registaram-se 27 963 admissões de novos associados. As readmissões dizem respeito a associados que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente, por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa.

No que respeita às saídas, houve um acréscimo, tanto no número de falecimentos como em cessões de direitos, desistências e eliminações, originando um fluxo líquido de -12 812 Associados no final de 2018.

Movimento Associativo

	2018	2017	VARIAÇÃO	
DESIGNAÇÃO			Nº	%
Associados existentes no início do ano	625 419	632 477	-7 058	-1,1
Entradas				
Admissões	27 963	38 111	-10 148	-26,6
Readmissões	1 439	2 253	-814	-36,1
Saídas				
Falecimentos e habilitações	1 410	1 309	101	7,7
Desistências, cessões de direitos e outras	40 804	46 113	-5 309	-11,5
TOTAL DE ASSOCIADOS NO FINAL DO ANO	612 607	625 419	-12 812	-2,0

No que se refere à distribuição etária, verificou-se que, em 2018, o grupo etário mais representativo é o dos associados com mais de 30 anos e até aos 49 anos, sendo que a maioria dos associados, ou seja 62%, encontrava-se nos escalões etários mais jovens (0 a 49 anos), com 24% até aos 29 anos e com 38% dos 30 aos 49 anos.

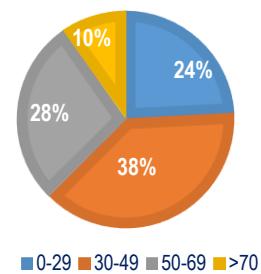
No que diz respeito à representação do género, constata-se a predominância do sexo feminino, que tem mantido uma progressiva tendência de reforço da sua expressão na estrutura associativa, representando, no final de 2018, 51,4% do total de associados (51,2% em 2017 e 51,0% em 2016).

Em termos geográficos, os associados apresentam uma distribuição semelhante à da população residente no país, com maior concentração nos grandes centros urbanos do litoral, nomeadamente em Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro, onde se encontram 66% do total de associados.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira encontram-se 6,4% do total de Associados do MGAM, representação que se tem mantido constante.

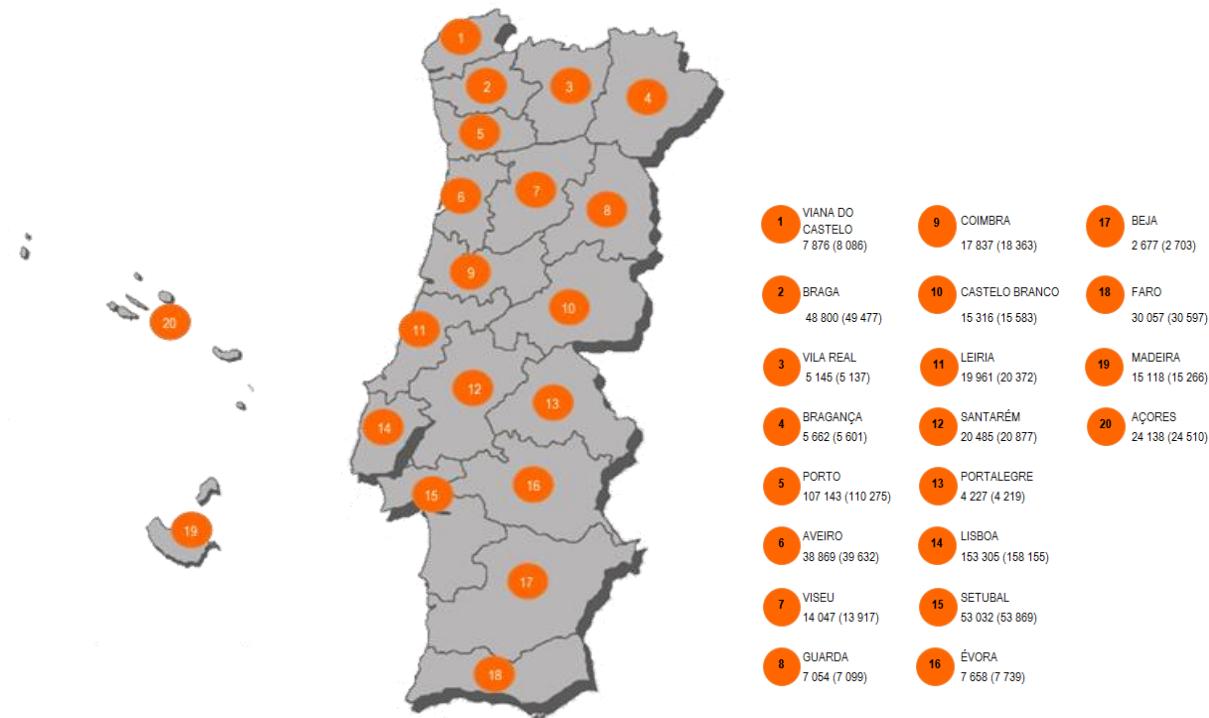
Entre os distritos que evidenciaram crescimentos do número de associados, em 2018, temos Vila Real, Bragança, Viseu e Portalegre. Ao invés, os distritos de Viana do Castelo, Porto, Coimbra e Lisboa foram os que registaram maior redução de associados em 2018.

Distribuição etária dos associados em 2018



O número de associados sediados no estrangeiro evidenciou uma quebra em 2018, de 6%, perfazendo 13 111 associados (13 942 em 2017).

Distribuição geográfica do número de Associados em 2018 (2017)



9.2 Subscrições de modalidades

Prosseguindo a sua política de satisfação das necessidades dos associados e de aprofundamento do relacionamento associativo, a Associação Mutualista continuou, em 2018, a dinamizar a oferta de modalidades mutualistas, através de diversas iniciativas de comunicação, divulgação e promoção, referidas anteriormente, através da ação dedicada dos gestores mutualistas e da disponibilização de novas funcionalidades de tecnologia digital, APP e site.

Em relação às modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice, foram efetuadas, ao longo do ano de 2018, diversas ações de divulgação e dinamização junto das redes de distribuição.

À semelhança dos anos anteriores, efetuaram-se, em 2018, campanhas de divulgação e promoção da modalidade Montepio Poupança Complementar, dirigida à captação e fidelização de Associados menores de idade sob o nome “Montepio Poupança Complementar Jovem”.

Em 2018, o número de subscrições de modalidades mutualistas totalizou 970.125 (1 044 655, em 2017), apresentando uma média de subscrições por associado de 1,58 (1,61 em 2017). Ao longo do ano, a evolução das subscrições de modalidades mutualistas apresentou uma ligeira quebra, relativamente ao ano anterior, em consequência, sobretudo, do vencimento de algumas séries da modalidade de montepio capital certo.

Nas modalidades de poupança, que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças, venceram-se quinze séries (treze séries a cinco anos e um dia e duas séries a oito anos e um dia) da modalidade Montepio Capital Certo, em 2018, tendo sido emitidas vinte e três séries desta modalidade.

Estas novas emissões tiveram características diferenciadoras, em termos de prazos e canal de colocação. Para colocação nos balcões da CEMG/Banco Montepio, foram emitidas quatro séries pelo prazo de 5 anos e um dia. Para colocação exclusiva pela rede de

gestores mutualistas foram emitidas dez séries, com os prazos de 4 e 6 anos. Para subscrição exclusiva no site do montepio foram emitidas nove séries pelos prazos de 3 e 6 anos.

Embora com menor expressão, comparativamente com o ano passado, continuaram a ser subscritas modalidades de proteção, que irão permitir aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice. Algumas destas modalidades foram, também, alvo de novas ações de divulgação e dinamização ao longo do ano.

As novas subscrições efetuadas, em 2018, tiveram, uma vez mais, a excelente contribuição da Rede de Gestores Mutualistas, e, naturalmente, também, da rede comercial da CEMG/Banco Montepio. Relativamente ao ano anterior, registou-se uma diminuição de 38.226 das novas subscrições de modalidades, tendo as modalidades Montepio Poupança Complementar e Montepio Proteção 5 em 5 sido as que revelaram maior número de subscrições.

Número de Novas Subscrições por Modalidades

	2018		2017		VARIAÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MODALIDADES INDIVIDUAIS						
Montepio poupança complementar	27 263	33,7	32 571	27,3	-5 308	-16,3
Montepio capital certo	22 461	27,8	47 702	40,0	-25 241	-52,9
Montepio proteção 5 em 5	23 459	29,0	28 745	24,1	-5 286	-18,4
Montepio proteção encargos	4 097	5,1	4 609	3,9	-512	-11,1
Montepio proteção 18-30	1 570	1,9	1 966	1,7	-396	-20,1
Capitais previdência diferidos c/ opção	203	0,3	1 341	1,1	-1 138	-84,9
Outras	1 845	2,3	2 190	1,8	-345	-15,8
TOTAL	80 898	100,0	119 124	100,0	-38 226	-32,1

De realçar, também, as subscrições que foram efetuadas na modalidade Montepio proteção encargos que, num cenário de diminuição anual de subscrições, apresentaram um número de subscrição em linha com o ano anterior. Estas modalidades estão, sobretudo, vocacionadas para a cobertura do crédito à habitação e do crédito individual.

Continuam, em curso os trabalhos de revisão do Regulamento de Benefício das Modalidades com o intuito de melhorar a sua adequação às condições de mercado e às necessidades de todos os associados.

9.3 Benefícios de saúde e outros benefícios complementares

Plano Montepio Saúde - Cartão Montepio Saúde



O atual contexto socio demográfico, marcado pelo envelhecimento da população e aumento da esperança média de vida, conjugado com as restrições orçamentais do Estado, tem conduzido a um aumento das necessidades e da despesa das famílias em serviços de saúde. Estas necessidades têm motivado a crescente oferta de serviços de saúde por entidades privadas e potenciam o papel das associações mutualistas e outras entidades da economia social, na satisfação das necessidades dos seus associados neste domínio.

Neste contexto, a Associação Mutualista Montepio desenvolveu uma solução – o Plano Montepio Saúde – com o objetivo de integrar benefícios distintivos e complementares face às demais ofertas no mercado. O Plano Montepio Saúde comporta um conjunto de condições especiais e vantagens no acesso a cuidados de saúde praticados numa extensa e qualificada rede de prestadores, aos quais a Associação Mutualista Montepio se associou especificamente para este projeto.

A rede de prestadores associados ao Cartão Montepio Saúde tem uma configuração distinta da generalidade das redes existentes, na medida em que se estrutura em torno de parceiros estratégicos, que são entidades de referência no setor, e que partilham a matriz de valores da Instituição. Os parceiros estratégicos neste projeto são a José de Mello Saúde, Líder do mercado de saúde privada em Portugal, o Grupo HPA Saúde, prestador de referência no Algarve, Alentejo e Ilhas, e a União das Misericórdias Portuguesas, que reúne mais de quarenta unidades de saúde com presença preponderante no norte do país.

O Plano Montepio Saúde, lançado em 10 de julho de 2017, com distribuição de mais de 610 mil cartões ao universo de associados efetivos, tem vindo a ter níveis de utilização crescentes desde então. Em 2018, ultrapassou 6,5 milhões euros de valor global de

faturação, tendo registado mais de 100 000 utilizações em hospitais, clínicas generalistas e de medicina dentária, unidades de imagiologia e laboratórios. Desses utilizações resultaram benefícios, em descontos substanciais para os associados, na ordem dos 5,5 milhões de euros, o que corresponde a um desconto médio de 43% face às tabelas de preços privados.

A afirmação do Plano Montepio Saúde ao longo de 2018 constituiu o primeiro passo de um conjunto de iniciativas e ofertas inovadoras que a Associação Montepio se propõe desenvolver e consolidar, em benefício dos seus associados, no âmbito da proposta de valor na área da saúde e bem-estar.

No primeiro aniversário do lançamento do Cartão Montepio Saúde, a Associação Mutualista realizou uma ação centrada na oferta de *vouchers* gratuitos destinados à realização de uma consulta de nutrição, *check up* geral e sessão de higienização oral e ainda a oferta de um par de óculos na compra de outro.

Estes *vouchers*, dirigidos a um universo de 616 610 associados, traduziram, uma vez mais, a singularidade do Plano Montepio Saúde, nomeadamente a sua gratuitidade, reforçando o programa de vantagens, que constitui um dos melhores exemplos do modo como a Associação garante e concretiza uma visão e resposta integradas quanto à vida e necessidades da sua comunidade de associados.



Outros Benefícios Complementares

A atribuição de benefícios complementares aos associados, em descontos e condições preferenciais de acesso a um vasto leque de bens e serviços, através do estabelecimento de protocolos de parcerias, tem vindo a garantir uma resposta cada vez mais integrada às necessidades e expectativas da comunidade de membros da Associação.

Em 2018, foram celebradas 36 novas parcerias, que abrangeram áreas diversificadas de bens e serviços, designadamente, da saúde e bem-estar, educação e formação, alojamento e restauração, moda e beleza, transportes, cultura, lazer e turismo.

Neste domínio, importa assinalar a formalização da parceria estratégica com a Top Atlântico, que envolveu a negociação de condições preferenciais para associados assim como um programa de viagens exclusivas.



No final do ano registavam-se 1 233 parcerias ativas, destacando-se o contributo das parcerias firmadas com as empresas MEO e Repsol Portuguesa, nos setores das telecomunicações e dos combustíveis.

Esta parceria com a Repsol Portuguesa continua a revelar-se estratégica, garantindo aos associados o desconto imediato de 6 céntimos por litro na rede de estações de serviço Repsol aderentes, mantendo interessantes níveis de consumo. Ao longo de 2018 foram emitidos 36 815 novos cartões AMM Repsol, com uma média mensal de 118 mil utilizadores, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 6,2 milhões de euros.

O benefício total acumulado na aquisição de combustíveis, em 31 de dezembro de 2018, desde o início da parceria, em outubro de 2009, para o conjunto dos associados utilizadores do cartão AMM Repsol foi superior a 53,2 milhões de euros.

Ainda em 2018 foi efetuada uma renovação da imagem do Cartão AMM_Repsol, de acordo com a nova linha de comunicação da Associação Mutualista, tendo sido desenvolvida uma campanha de comunicação destinada a afirmar a relevância desta parceria e dos benefícios que lhe estão associados.



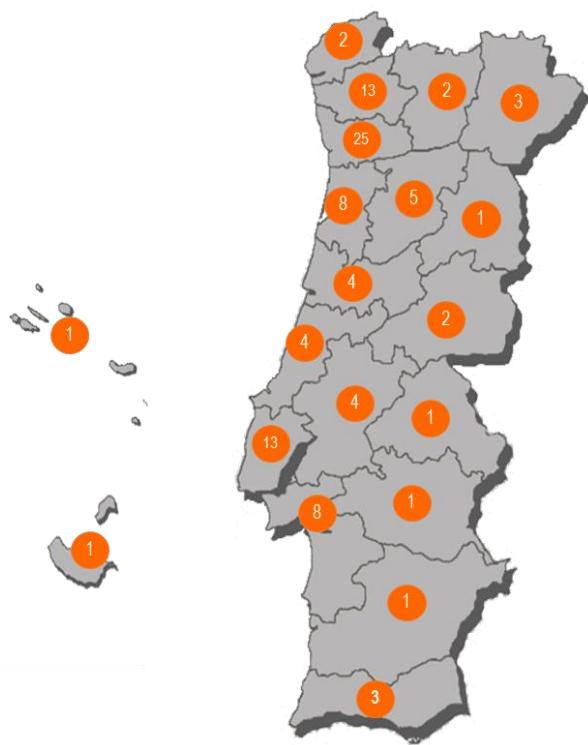
Entre o alargado leque de vantagens e descontos para associados é, também, de destacar a parceria com a Rede Nacional de Expressos/Renex que, na área dos transportes coletivos, proporcionou descontos em 21 755 viagens realizadas por associados (em 2017 foram realizadas 20 033 viagens).

Na área da Cultura e Lazer, os descontos nos Cinema City e nos principais parques temáticos - Aquashow e Zoomarine, no Algarve, Sea Life e World of Discovery, no Porto, Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, Diverlanhoso, em Braga e Fluvíario de Mora - continuaram a ser merecedores da preferência dos associados.

10 REDE DE GESTORES MUTUALISTAS

Dando seguimento ao desenvolvimento e consolidação da Rede de Gestores Mutualistas foram integrados em 2018 mais 3 postos de atendimento Mutualista, num total de 106, prevendo-se para 2019 mais aberturas de postos mutualistas e admissão de gestores em zonas do território nacional com menor acompanhamento, dando seguimento à política de maior proximidade na relação com os nossos associados.

Distribuição geográfica dos Gestores Mutualistas (nº)



geograficamente afetos, promovendo a diversificação do *portfolio* de modalidades mais adequada às suas necessidades, assim como a promoção dos benefícios associados à condição de associados, nomeadamente a divulgação das parcerias na área da saúde, lazer e comércio.

Com o apoio das campanhas de comunicação da oferta que têm sido desenvolvidas, foi possível promover e divulgar vantagens e benefícios para os nossos Associados, como o acesso, com condições muito especiais, a espetáculos de referência e ao vasto programa de experiências, alargando a abrangência da Associação a todos os membros dos respetivos agregados familiares, ampliando os benefícios mutualistas a toda a família.

Atualmente, os postos de atendimento Mutualistas assumem-se como o principal canal de relação com os Associados, sendo reconhecidos pelos mesmos como uma oportunidade de desenvolvimento do envolvimento com a Associação.

Saliente-se que estes gestores desenvolvem a sua atividade em balcões da CEMG, em postos devidamente identificados e exclusivamente dedicados ao atendimento mutualista.

Esta estrutura orienta a ação, dinamiza e executa os objetivos previstos no Plano Anual de Atividade Mutualista, que materializa os objetivos de atividade associativa definidos pela Assembleia Geral, em sede de Programa de Ação e Orçamento Anual. Esses objetivos referem-se à admissão e readmissão de associados, sua gestão e fidelização e à captação de poupanças mutualistas, através de uma oferta de modalidades mutualistas mais personalizada e orientada ao perfil de cada Associado.

Ao longo de 2018, a Rede de Gestores Mutualistas tem vindo a aumentar o acompanhamento dos associados que lhe estão

11

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E GESTÃO DE RISCOS

11.1 Política de Investimento

A política de investimentos define os princípios e as regras a seguir quanto aos ativos a considerar para realizar as aplicações patrimoniais do MGAM, que permitam concretizar a estratégia, no quadro da execução da sua missão e finalidades mutualistas e, tendo em atenção a rendibilidade, a liquidez ou maturidade e os riscos associados.

A política de investimentos do MGAM em 2018 continuou condicionada pela evolução do seu principal ativo estratégico, que se refere ao capital da caixa económica - CEMG, criada pelo MGAM em 1844, para prossecução dos fins mutualistas.

Relativamente aos ativos financeiros, a política seguida em 2018 teve em conta o comportamento dos mercados financeiros, de que se dá conta no ponto 3 deste relatório, designadamente o sentimento positivo, decorrente do melhor desempenho e de melhores perspetivas macroeconómicas, que conduziu ao aumento dos preços e valorizações dos ativos, em paralelo com significativos níveis de volatilidade, num quadro de manutenção de baixas, ou mesmo negativas, taxas de juro.

Face a este contexto e às características da atividade e das finalidades mutualistas, a política de investimentos financeiros do MGAM manteve o seu perfil conservador, procurando minimizar os riscos e assegurar o cumprimento dos compromissos para com os seus associados.

As aplicações orientaram-se, fundamentalmente, para os ativos líquidos de rendimento fixo e com *rating* de, pelo menos, uma das quatro principais agências de rating.

A seleção dos ativos financeiros tem por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e as publicações de research de bancos de investimento.

No que concerne à gestão da carteira de ativos financeiros, salientam-se, em 2018, ganhos com mais-valias líquidas resultantes de operações nos mercados, no montante de 1 milhão de euros, em consequência da evolução das condições de mercado.

A carteira de títulos do MGAM é composta, essencialmente, por dívida *corporate* e soberana de rendimento fixo, com denominação em euros e com duração média de 2,97 anos.

No que se refere aos ativos imobiliários, a política seguida tem como objetivo, por um lado, cumprir a missão estratégica no que se refere à natureza dos imóveis, como é o caso dos investimentos nos equipamentos residenciais, arrendados à Residências Montepio, S.A e, por outro, maximizar os proveitos, com as rendas recebidas dos inquilinos, e também realizar mais-valias com alienações, aproveitando as condições e oportunidades de mercado, como aconteceu em 2018.

11.2 Política de Gestão dos Riscos

A gestão de riscos do MGAM tem como objetivo a identificação, mensuração, gestão, monitorização e comunicação dos riscos materiais, de forma a garantir a melhor adequação possível entre os níveis de risco assumidos e a estratégia da atividade global.

Pretende-se, assim, assegurar que os compromissos assumidos pelo MGAM e os fins a que se propõe sejam cumpridos.

A política de gestão dos riscos assenta no controle da execução da política de investimentos, na identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade, no seu controlo sistemático e tempestivo e na adoção de medidas de mitigação dos principais riscos a que a atividade do MGAM está sujeita.

Como principais riscos, identificam-se o risco de mercado e de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o risco específico inerente às características das modalidades mutualistas, como se descreve em seguida.

► Risco de Mercado

O risco de mercado tem em atenção os fatores que possam afetar o valor de mercado dos ativos da instituição, designadamente as participações financeiras, a carteira de títulos e as propriedades de investimento.

A gestão do risco das participações financeiras tem por base o acompanhamento das empresas, particularmente a evolução dos seus desempenhos e a execução dos seus planos de negócios e orçamentos, e a respetiva avaliação numa base, pelo menos, anual.

O risco relativo à carteira de títulos é gerido através da identificação dos fatores que podem exercer pressão nos seus preços, como a evolução das taxas de juro e expectativas de evolução das cotações dos títulos nos mercados financeiros. Estão definidos limites de exposição das aplicações quanto à sua natureza, concentração de exposição por emitente, setor de atividade, zona geográfica e rating.

A gestão do risco do valor de mercado das propriedades de investimento implica a monitorização dos preços, a respetiva avaliação ao preço de mercado anualmente e a análise de sensibilidade ao impacto de uma variação dos preços nos mercados imobiliários.

► Risco de Liquidez

O risco de liquidez traduz-se na capacidade para realizar os investimentos e outros ativos a fim de cumprir as obrigações financeiras na data de vencimento.

A gestão do risco de liquidez tem por base a previsão dos fluxos de recebimentos e de pagamentos que possibilitem a construção de perfis de maturidade dos ativos e das responsabilidades.

O objetivo passa por, antecipadamente, identificar gaps que possam vir a suceder, assegurando, por um lado, os pagamentos dos benefícios aos subscritores das modalidades associativas e, por outro, rendibilizar, através de aplicações em ativos mais rentáveis, eventuais excessos de liquidez.

A gestão e o controlo da liquidez é efetuado numa base diária e os gaps de liquidez calculados são estáticos ou dinâmicos, permitindo uma análise mais profunda de eventuais desequilíbrios de tesouraria que possam vir a ocorrer.

São, ainda, realizadas análises de cenários com diferentes níveis de reembolsos antecipados, com a finalidade de avaliar o impacto dos mesmos na liquidez e na rendibilidade da instituição.

Apesar de os estatutos o preverem, o MGAM não recorre atualmente a emissões de dívida para financiar a sua atividade, pelo que as suas responsabilidades são essencialmente para com os associados subscritores das modalidades associativas.

► Risco de Crédito

O risco de crédito considera o risco de perda decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte, risco de *spread* ou risco de concentração.

A gestão do risco de crédito baseia-se no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à exposição por setores de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por rating), além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

No que concerne ao controlo das quotizações a receber por parte dos subscritores das modalidades associativas é realizada uma monitorização numa base diária.

► Risco Específico das modalidades associativas

O risco específico das modalidades associativas corresponde ao risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo, decorrentes da utilização de pressupostos inadequados na fixação de preços e no provisionamento. Inclui o risco de descontinuidade ou de reembolso antecipado, risco de invalidez e risco de mortalidade, bem como o risco de adequação das responsabilidades por alterações nas taxas de juro e, ou, na maturidade.

No âmbito da gestão do risco específico das modalidades associativas, são efetuadas as seguintes análises de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor das responsabilidades:

- i. Risco taxa de juro: uma alteração no valor das taxas de juro tem impacto direto no valor de mercado das responsabilidades das modalidades associativas.
- ii. Risco de mortalidade nas modalidades atuariais: uma variação positiva ou negativa nos pressupostos assumidos pode levar a um reforço das provisões matemáticas para fazer face às responsabilidades assumidas. O MGAM dispõe de um núcleo de atuariado especializado na mensuração e controlo deste risco.
- iii. Impacto de um aumento ou diminuição dos reembolsos nas modalidades de capitalização: um aumento dos reembolsos acima do estimado pode obrigar à venda de ativos para fazer face a necessidades de liquidez.

Na nota 33 anexa às contas, dedicada à Gestão dos Riscos, são apresentadas as análises de sensibilidade efetuadas.

12 EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS

12.1 Evolução e Composição do Ativo

O ativo líquido do Montepio Geral Associação Mutualista, no final de 2018, totalizava 3 777 milhões de euros, traduzindo uma variação, face ao final de 2017, de -4,3%.

	COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO ATIVO			(milhares de euros)
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Carteira de títulos	375 295	547 108	- 171 813	-31,4
Ações da CEMG / Banco Montepio	1 877 654	1 877 778	- 124	0,0
Outras participações financeiras	206 229	170 529	35 700	20,9
Propriedades de investimento	306 625	254 009	52 616	20,7
Disponibilidades e Aplicações em IC's	138 299	216 718	- 78 419	-36,2
Empréstimos a associados	7 087	7 015	72	1,0
Ativos tangíveis	35 070	60 848	- 25 778	-42,4
Ativos por impostos correntes	5 235	0	5 235	-
Ativos por impostos diferidos	816 770	805 159	11 611	1,4
Outros ativos	8 283	7 963	320	4,0
ATIVO LÍQUIDO	3 776 547	3 947 127	- 170 580	-4,3

Da evolução das principais componentes do ativo importa salientar a redução da carteira de títulos e das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, os acréscimos das participações financeiras e das propriedades de investimento, que incorporam a valorização ocorrida nos ativos imobiliários, no ano de 2018.

Apresenta-se, de seguida, a evolução verificada em cada uma destas classes de ativos, ao longo do ano de 2018.

Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de títulos ascendia a 375,3 milhões de euros, montante que compara com 547,1 milhões de euros registados no final de 2017.

Esta evolução traduz uma variação anual de -31,4%, que se justifica, essencialmente, pelo vencimento de algumas obrigações que serviam de cobertura às responsabilidades de modalidades associativas, nomeadamente, das séries emitidas da modalidade Montepio Capital Certo que se venceram durante o ano.

Na evolução da carteira de títulos importa destacar o aumento do investimento em obrigações de emissores públicos, designadamente, obrigações do tesouro emitidas pelo governo da República Portuguesa.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

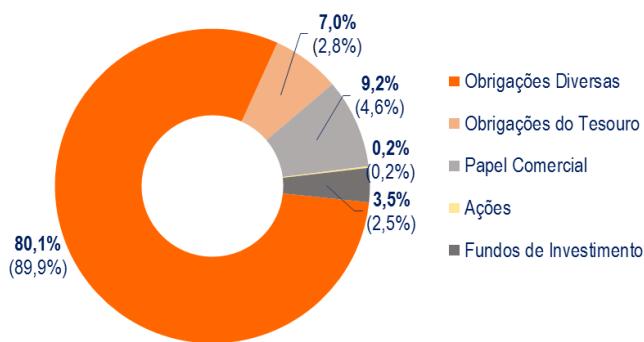
(milhares de euros)

	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponíveis para venda	378 185	551 386	- 173 201	-31,4
Obrigações do tesouro	25 218	14 593	10 625	72,8
Obrigações diversas	299 887	491 058	- 191 171	-38,9
Papel comercial	34 522	25 019	9 503	38,0
Ações	1 081	1 979	- 898	-45,4
Fundos de investimento	17 477	18 737	- 1 260	-6,7
Negociação	4 660	4 885	- 225	-4,6
Ações	0	28	- 28	-100,0
Obrigações do tesouro	1 079	1 002	77	7,7
Obrigações diversas	3 581	3 855	- 274	-7,1
Subtotal (valor bruto)	382 845	556 271	- 173 426	-31,2
Imparidade	7 550	9 163	- 1 613	-17,6
TOTAL (valor líquido)	375 295	547 108	- 171 813	-31,4

No final de 2018, a maioria dos títulos encontrava-se alocada à carteira de disponíveis para venda (98,8%). A carteira de negociação, que se destina à realização de mais-valias, em função das oportunidades do mercado, manteve-se com um saldo marginal, de 4,7 milhões de euros, semelhante ao do ano anterior.

Os investimentos realizados tiveram em consideração o perfil de responsabilidades das modalidades e os níveis de liquidez necessários para salvaguardar o pagamento dos benefícios aos subscritores das modalidades mutualistas, nas datas dos seus vencimentos.

O montante acumulado de imparidade alocado à carteira de títulos voltou a diminuir em 2018 (-1,6 milhões de euros), resultante da política de investimento e mitigação de risco.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2018 (2017)


Em termos de tipologia dos títulos é de destacar o facto de a carteira ser constituída, essencialmente, por obrigações, das quais, mais de 70% são obrigações de rendimento fixo.

A expressão das ações e fundos de investimento na carteira de títulos continua a ser marginal, representando, no final de 2018, menos de 4% do total.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE RATING

(milhares de euros)

	2018	2017		
Classes de Rating	Valor	%	Valor	%
A+	0	0,0	198	0,0
A-	5 988	1,8	3 440	0,7
BBB+	4 498	1,4	4 241	0,8
BBB	6 205	1,9	1 002	0,2
BBB-	34 026	10,4	17 108	3,4
<BBB-	194 809	59,6	409 444	80,7
NR	81 414	24,9	72 244	14,2
TOTAL	326.940	100,0	507.677	100,0

A carteira de títulos continua concentrada nas classes de rating inferior a BBB-, embora se deva sublinhar uma redução desta concentração em 2018, passando de 80,7%, em 2017, para 59,6%.

Essa redução decorre do aumento, em 2018, dos investimentos em títulos classificados em classes de rating de níveis superiores, designadamente, a classe A-, com mais 2,5 milhões de euros, a classe BBB, com mais 5,2 milhões de euros e a classe BBB-, com mais 16,9 milhões de euros.

Participação Financeira na Caixa Económica

Em 2018, manteve-se o valor da participação na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) / Banco Montepio, em 1 878 milhões de euros, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 376 milhões de euros, ao qual está associada uma imparidade de 498 milhões de euros, constituída nos anos anteriores, decorrente do período de crise.

O valor líquido desta participação registou uma ligeira variação, em 31 de dezembro de 2018, resultante da alienação de 158.920 ações da CEMG, a instituições diversas do setor social, num número expressivo de 33 entidades, incluindo a SCML, para concretizar a estratégia de reforço do posicionamento da CEMG como o banco da economia social em Portugal.

Em termos de valor, esta alienação foi irrelevante, mas, em termos estratégicos, teve um significado importante, permitindo alargar os vínculos de ligação e de representação da CEMG como o banco da economia social ao serviço das finalidades mutualistas e sociais.

Outras Participações Financeiras

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

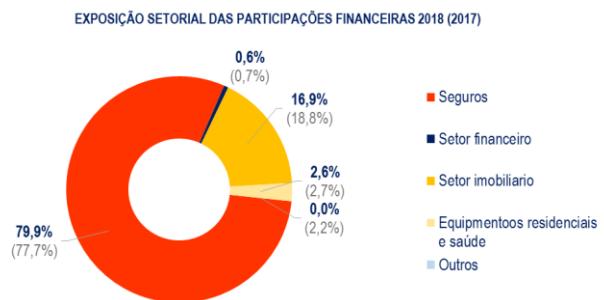
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Investimentos em subsidiárias	149 422	148 159	1 263	0,9
Montepio Seguros	120 340	120 340	0	0,0
Bolsimo	15 119	15 119	0	0,0
Montepio Gestão de Activos Imobiliários (ACE)	1 592	1 592	0	0,0
Residências Montepio	8 795	8 030	765	9,5
Montepio Imóveis	1 505	1 505	0	0,0
Montepio Gestão de Activos	1 331	1 331	0	0,0
Residências para Estudantes	498	0	498	0,0
Leacock	242	242	0	0,0
Investimentos em associadas	3 173	3 323	- 150	-4,5
Germont	1 700	1 700	0	0,0
Nebra Energias Renovables	0	611	- 611	-100,0
Nova Câmbios	527	527	0	0,0
Silvip	308	308	0	0,0
Sagies	97	97	0	0,0
Moçambique Companhia de Seguros	461	0	461	0,0
Bem Comum, SCR	80	80	0	0,0
Investimentos em entidades conjunt. controladas	50	0	50	-
In Posterum, ACE	50	0	50	-
Subtotal 1	152.645	151 482	1 163	0,8
Prestações suplementares/acessórias				
Montepio Seguros	170 500	135 500	35 000	25,8
Bolsimo	35 000	35 000	0	0,0
Montepio Imóveis	6 625	6 625	0	0,0
Residências Montepio	0	765	- 765	-100,0
Subtotal 2	212 125	177 890	34 235	19,2
Total (subtotal 1+ subtotal 2)	364 770	329 372	35 398	10,7
Imparidades	158 541	158 843	- 302	-0,2
TOTAL LÍQUIDO	206 229	170 529	35 700	20,9

A carteira de outras participações financeiras apresenta, em 31 de dezembro de 2018, um valor líquido de 206 milhões de euros, representando 5,5% do ativo líquido da Associação Mutualista. Esse valor compreende um valor bruto de 365 milhões de euros e uma imparidade registada de 158 milhões de euros.

Em 2018 verificou-se um acréscimo do valor de investimento na carteira de participações, de 35,4 milhões de euros, essencialmente originado no aumento das prestações acessórias de capital na Montepio Seguros, - SGPS, no montante de 35 milhões de euros, para reforço da sua margem de solvência.

As movimentações da carteira de participações em empresas, em 2018, foram motivadas pelas seguintes operações:

- A operação de reconfiguração do capital social das Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A., que implicou a conversão das prestações acessórias, de 765 mil euros, em capital social, mantendo-se o valor de investimento;
- A constituição da nova sociedade Montepio Residências para Estudantes, SA, com um valor de investimento, a cargo do MGAM, de 498 mil euros, representando 99,6% do capital social;
- O abate da participação na sociedade Nebra Energias Renováveis, na sequência da dissolução da empresa, para a qual já tinha sido constituída imparidade a 100%;
- A reclassificação da participação na Moçambique Companhia de Seguros, que passou da carteira de “ativos disponíveis para venda” para a carteira de participações financeiras, na sequência do aumento de capital realizado por esta empresa em 2018, de que resultou uma participação de 21,87% para o MGAM;
- A participação na constituição do *In Posterum-ACE*, com 50% no capital, cujo objeto social é o melhoramento das condições de exercício de atividades económicas nas áreas assistencial e da saúde, desenvolvidas pelas agrupadas.



Decorrente destes movimentos na carteira de participações, verificou-se um aumento da representação setorial das atividades seguradoras, de 77,7%, em 2017, para 79,9%, em 2018, seguindo-se o setor imobiliário, com 16,9% e o dos equipamentos residenciais e saúde (residências séniors e para estudantes) que representa 2,6%.

Verificou-se um aumento do rendimento proporcionado pelas participações financeiras em empresas, sob a forma de dividendos, de 0,4 milhões de euros, em 2017, para 1,8 milhões de euros, em 2018.

Propriedades de Investimento

O valor das propriedades de investimento aumentou, de 254 milhões de euros, em 2017, para 307 milhões de euros, no final de 2018, evidenciando, deste modo, uma variação anual positiva de 20,7%.

Este acréscimo, de 52,6 milhões de euros, teve por base a reclassificação contabilística de um terreno na Praça de Espanha, em Lisboa, que estava anteriormente registado como ativo fixo tangível e passou para imóveis de rendimento. Contou, também, com o investimento nas obras em curso da nova residência de Lisboa- Entrecampos, no montante de 7,8 milhões de euros, com a conclusão de algumas obras de beneficiação em imóveis e com a venda de dois edifícios e seis lotes de terrenos.

O aumento do valor das propriedades de investimento refletiu, também, a valorização do mercado imobiliário em 2018, com um impacto favorável de 20,3 milhões de euros, em consequência das avaliações efetuadas à carteira de imóveis no final do ano.

Em 2018, o rendimento líquido de imóveis, incluindo valias com alienações e valorizações, foi de 32 milhões de euros (19,5 milhões de euros em 2017).

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito

	DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INST. CRÉDITO			(milhares de euros)
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponibilidades em Instituições de Crédito	27 712	35 439	-7 727	-21,8
Aplicações em Instituições de Crédito	110 587	181 279	-70 692	-39,0
TOTAL	138 299	216 718	- 78 419	-36,2

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito totalizaram 138 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2018 (217 milhões de euros, em 2017).

A redução anual, de 78 milhões de euros, das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito deve-se ao custo de

oportunidade das taxas de remuneração dos depósitos, face a outras aplicações financeiras e, também, a alguns investimentos realizados durante o último mês do ano.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis, no montante de 35,1 milhões de euros, reduziram-se em 26 milhões de euros, face a 2017, em consequência da reclassificação do terreno da Praça de Espanha em Lisboa, que passou a integrar as propriedades de investimento, como referido anteriormente.

Empréstimos a Associados

	EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS			(milhares de euros)
	2018	2017	Variação	
				(Unidades)
Número de contratos novos	2 522	2 775	-253	
Sobre reservas matemáticas ⁽¹⁾	1 241	1 314	-73	
Sobre capitais	1 281	1 461	-180	
				(milhares de euros)
Montante de contratos novos	7 446	8 610	-1.165	
Sobre reservas matemáticas	2 568	2 450	118	
Sobre capitais	4 878	6 160	-1.283	
				(milhares de euros)
Montante médio por contrato novo	3,0	3,1	-0,1	
Sobre reservas matemáticas	2,1	1,9	0,2	
Sobre capitais	3,8	4,2	-0,4	
				(milhares de euros)
Posição no final do ano	7 087	7 015	72	
Sobre reservas matemáticas	2 411	2 262	149	
Juros corridos	7	7	0	
Sobre capitais	4 657	4 733	-76	
Juros corridos	12	13	-1	

⁽¹⁾ Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

O número e o montante de novos contratos de empréstimos a associados reduziu-se, em 2018, com -253 contratos. Ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, o número de novos contratos repartiu-se de uma forma muito idêntica entre empréstimos sobre reservas matemáticas (1.241 novos contratos) e empréstimos sobre capitais reembolsáveis (1.281 novos contratos).

Estes empréstimos sobre capitais incidem, em particular, sobre as séries da modalidade Montepio Capital Certo, dada a sua expressão significativa, continuando a ser a componente mais representativa do total de empréstimos concedidos pelo MGAM aos seus associados.

Em comparação com o ano anterior, observa-se, em 2018, um decréscimo de 1,2 milhões de euros no montante de novos empréstimos concedidos, uma situação que acabou, também, por contribuir para a diminuição do valor médio por novo contrato de empréstimo (3,1 mil euros, em 2017, para 3,0 milhões de euros, em 2018).

O montante acumulado dos empréstimos concedidos a associados manteve-se praticamente inalterado, entre 2017 e 2018, tendo terminado o ano com um valor total de 7 milhões de euros.

12.2 Passivo e Capitais Próprios

No final de 2018, o passivo situou-se em 3.024 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 149 milhões de euros em relação a 2017.

	EVOLUÇÃO DO PASSIVO			
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Provisões	3 005 179	3 157 837	- 152 658	- 4,8
Outras provisões	2 179	2 104	75	3,6
Provisões técnicas	3 003 000	3 155 733	- 152 733	- 4,8
Estatutárias	2 808 795	2 961 718	- 152 923	- 5,2
Rendas vitalícias	17 225	16 870	355	2,1
Rendas temporárias	925	850	75	8,8
Atuariais	116 465	114 431	2 034	1,8
Subvenções e melhorias de benefícios	59 590	61 864	- 2 274	- 3,7
Passivos por impostos correntes	0	90	- 90	- 100,0
Outros passivos	18 320	14 464	3 856	26,7
TOTAL	3 023 499	3 172 391	- 148 802	- 4,7

Esta diminuição, originada na rubrica das provisões técnicas teve por base, essencialmente, o vencimento de quinze séries da modalidade Montepio Capital Certo, no montante de 362 milhões de euros (capital e juros) e que, ao longo do ano, não foram suficientemente compensadas pela entrada de novos capitais.

No entanto, é de realçar que a redução das provisões técnicas, em 2018, correspondeu a cerca de 42% desse montante de vencimentos, significando uma retenção e entrada significativa de poupanças associativas ao longo do ano.

No que concerne às modalidades atuariais, é de referir o aumento das provisões técnicas, em 2 milhões de euros, em 2018.

Capital Próprio

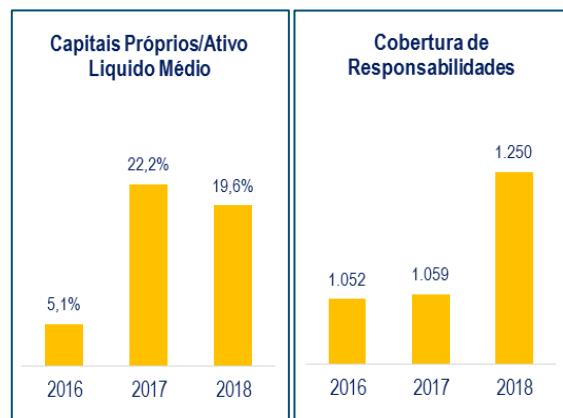
	CAPITAL PRÓPRIO			
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Fundos próprios	47 319	34 708	12 611	36,3
Fundo de administração	470	452	18	4,0
Fundo solidariedade associativa	5 859	6 177	- 318	- 5,1
Fundo para bolsas de estudo	949	996	- 47	- 4,7
Fundo montepio proteção encargos	39 780	26 787	12 993	48,5
Fundo serv. clínicos-montepio egitaniense	261	296	- 35	- 11,8
Excedentes técnicos	22 432	30 953	- 8 521	- 27,5
Reservas	681 663	121 521	560 142	>100
Reservas de justo valor líquidas de impostos	402	8 010	- 7 608	- 95,0
Reservas legais	679 660	76 223	603 437	>100
Outras reservas e resultados transitados	1 601	37 288	- 35 687	- 95,7
Resultados líquidos	1 634	587 554	- 585 920	- 99,7
TOTAL	753 048	774 736	- 21 688	-2,8

O capital próprio, constituído pelos fundos próprios, excedentes técnicos, reservas de justo valor, reserva geral, outras reservas e resultados transitados e resultado líquido do exercício, ascende a 753 milhões de euros, no final de 2018 (775 milhões de euros em 2017).

A distribuição dos resultados líquidos obtidos no ano de 2017 implicou um acréscimo significativo das reservas em 2018, particularmente, da reserva legal, que registou um aumento de 603 milhões de euros, e influenciou, positivamente, a evolução das rubricas de fundos próprios, que registaram um acréscimo de 12,6 milhões de euros (36,3%).

A desvalorização de algumas obrigações da carteira de títulos justifica a diminuição observada na rubrica das reservas de justo valor, de 7,6 milhões de euros.

Indicadores de solidez



O rácio dos capitais próprios sobre o ativo líquido médio manteve-se em níveis significativos.

O rácio de cobertura das responsabilidades (fundos, reservas e provisões técnicas sobre provisões técnicas) voltou a registar um comportamento positivo entre 2017 (1,059) e 2018 (1,250) que beneficiou, de forma particular, da distribuição dos resultados positivos do ano anterior e, também, da redução do volume de responsabilidades da generalidade das modalidades. O valor apresentado por este indicador nos últimos anos (superior a 1) continua a refletir a capacidade da Associação Mutualista em honrar os seus compromissos futuros.

12.3 Receitas Associativas

No final de 2018, o montante acumulado das receitas associativas ascendeu a 487 milhões de euros, face a 711 milhões de euros em 2017 (-31,5%).

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e capitais por modalidades)

	2018	2017	Variação	(milhares de euros)
1.BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	11 629	11 671	- 42	- 0,4
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	475 322	698 013	-222 691	- 31,9
2.1. Montepio poupança complementar	140 294	134 437	5 857	4,4
2.2. Montepio poupança de reforma	8 612	7 366	1 246	16,9
2.3. Montepio capital certo	240 342	448 574	-208 232	- 46,4
2.4 Modalidades atuariais, das quais:	86 074	107 636	-21 562	- 20,0
Montepio proteção 5 em 5	44 720	61 780	-17 060	- 27,6
Montepio proteção encargos ⁽¹⁾	23 804	24 103	- 299	- 1,0
Capitais previdência diferidos c/ opção	9 689	12 837	-3 148	- 24,5
Montepio proteção 18-30	4 355	4 956	- 601	- 12,1
Capitais para jovens	811	971	- 160	- 16,5
Montepio pensões de reforma	1 210	1 271	- 61	- 4,8
Outras	1 485	1 718	- 233	- 13,6
3. MODALIDADES COLETIVAS	179	1 473	-1 294	- 87,8
5. TOTAL (1) + (2) + (3)	487 130	711 157	- 224 027	- 31,5

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

⁽¹⁾ Engloba as Modalidades "Proteção Crédito à Habitação", "Proteção Crédito Individual" e "Proteção Outros Encargos".

Esta evolução deve-se, fundamentalmente, à redução dos valores captados em subscrições de séries da modalidade Montepio Capital Certo, com menos 208 milhões de euros de poupanças captadas, modalidade que, durante o ano de 2018, foi objeto de reformulação da forma de colocação aos balcões da CEMG, de que resultou uma menor dinâmica de subscrições.

Importa assinalar o comportamento positivo das restantes modalidades de poupança, concretamente, a Poupança Complementar e a Poupança Reforma, que registaram, em termos homólogos, um aumento dos capitais recebidos no montante de 5,9 milhões de euros e 1,2 milhões de euros, respetivamente,

O menor número de liberações registado na modalidade Montepio Proteção 5 em 5, em 2018, face a 2017, motivou a redução do volume de subscrições das modalidades atuariais, que foram inferiores às de 2017 em 22 milhões de euros.

A modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção 4% está fechada a novas subscrições, justificando-se, por isso, a diminuição das entregas de capital, face a 2017.

12.4 Benefícios Vencidos e Reembolsos

	BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS (milhares de euros)			
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Pensões - modalidades associativas	11 276	11 118	158	1,4
Valores subscritos	7 061	6 882	179	2,6
Subvenções e melhorias	4 215	4 236	-21	-0,5
Capitais e subsídios	58 858	58 586	272	0,5
Valores subscritos	58 122	57 557	565	1,0
Subvenções e melhorias	736	1 029	-293	-28,5
Vencimentos e reembolsos	589 535	984 940	-395.405	-40,1
Outros custos	20 892	37 578	-16.686	-44,4
TOTAL	680 561	1 092 222	-411.661	-37,7

O montante total de benefícios vencidos e reembolsos foi de 681 milhões de euros, em 2018, valor que compara com 1 092 milhões de euros registados em 2017.

Para este decréscimo, de 412 milhões de euros, contribuiu, essencialmente, a diminuição dos reembolsos registada nas modalidades de capitalização, de 590 milhões de euros, em 2018, face a 985 milhões de euros, em 2017.

Neste contexto, importa destacar a evolução mais favorável, em 2018, dos reembolsos verificados na modalidade Montepio Capital Certo, de 451,5 milhões de euros, contra 671,9 milhões de euros, em 2017, embora influenciados pelos vencimentos programados de capital de algumas séries desta modalidade (15 séries vencidas em cada um destes anos).

De sublinhar, ainda, na rubrica de outros custos, onde se englobam as cessões de direitos e as restituições de quotas solicitadas pelos associados, a diminuição de 16,7 milhões de euros, face a 2017, o que traduz, também, uma contenção das saídas de capitais associativos.

Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias

Em 2018, o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas foi de 1.752 mil euros, face a 1.065 mil euros em 2017, dos quais 1.587 mil euros referentes a rendas vitalícias e 165 mil euros a rendas temporárias (immediatas e a termos certos).

Em 2018, os capitais pagos sobre a forma de rendas totalizaram 2.179 mil euros, valores ligeiramente superiores aos pagos em 2017 (2.147 mil euros).

Em 2018, por questões prudenciais, as rendas vitalícias e as rendas temporárias voltaram a não ser atualizadas. Este critério, já utilizado nos últimos anos, teve por base, por um lado, o n.º 6 do Artigo 64º dos Estatutos do MGAM e, sobretudo, as elevadas taxas técnicas de juro (3%, 4% e 6%) utilizadas na capitalização das suas responsabilidades.

No final do ano, encontravam-se registados 415 rendistas e contabilizadas 633 rendas vitalícias (immediatas, diferidas e a termos certos) e 24 rendas temporárias.

12.5 Resultados

O resultado líquido do exercício de 2018 foi de 1,6 milhões de euros, em linha com a estimativa apresentada à Assembleia Geral de 27 de dezembro de 2018, que aprovou o Programa de Ação e Orçamento para 2019, como se apresenta no quadro seguinte.

	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Margem da atividade associativa	- 191 235	- 373 832	182 597	48,8
Proveitos inerentes a associados	491 505	720 538	- 229 033	- 31,8
Custos inerentes a associados	682 740	1 094 370	- 411 630	- 37,6
2. Variação de provisões técnicas	- 169 349	- 354 316	184 967	52,2
Constituição de provisões técnicas	504 649	736 358	- 231 709	- 31,5
Reversão de provisões técnicas	673 998	1 090 674	- 416 676	- 38,2
3. Juros líquidos	17 713	42 120	- 24 407	-57,9
Juros e rendimentos similares	17 933	42 231	- 24 298	- 57,5
Juros e encargos similares	220	111	109	98,2
4. Rendimentos de instrumentos de capital	3 011	578	2 433	>100
5. Resultados de ativos avaliados ao justo valor, através de resultados	35	215	- 180	- 83,7
Ganhos com aumento de justo valor	166	428	- 262	- 61,2
Perdas com redução de justo valor	131	213	- 82	- 38,5
6. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	912	1 519	- 607	- 40,0
Ganhos com aumento de justo valor	966	2 351	- 1 385	- 58,9
Perdas com redução de justo valor	54	832	- 778	- 93,5
7. Resultados da alienação de outros ativos	0	631	- 631	- 100,0
8. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	514	106	408	>100
9. Gastos operacionais	32 034	30 159	1 875	6,2
Custos com o pessoal	4 864	4 624	240	5,2
Gastos gerais administrativos	26 438	24 815	1 623	6,5
Amortizações do exercício	732	720	12	1,7
10. Outros resultados de exploração	26 624	13 739	12 885	93,8
Outros rendimentos e ganhos	35 648	22 426	13 222	59,0
Outros gastos e perdas	9 024	8 687	337	3,9
11. RESULTADO OPERACIONAL (+1-2+3+4+5+6+7-8-9+10)	- 6 139	9 021	- 15 160	>100
12. Imparidade e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões	440	229 998	- 229 558	- 99,8
Provisões líquidas de reposições e anulações	133	- 3 465	3 598	<100
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	307	233 463	- 233 156	- 99,9
13. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (11-12)	- 6 579	- 220 977	214 398	- 97,0
14. Impostos	- 8 213	- 808 531	800 318	- 99,0
Imposto corrente	191	90	101	>100
Imposto diferido	- 8 404	- 808 621	800 217	- 99,0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (13-14)	1 634	587 554	- 585 920	- 99,7

Para a formação do resultado líquido do exercício concorreu a conjugação dos efeitos que se descrevem em seguida.

- O acréscimo da margem associativa, de 183 milhões de euros, face a 2017, por via da redução ocorrida nos custos inerentes a associados, no montante de 412 milhões de euros, mais do que ter compensado a redução dos respetivos proveitos, que se situou em 229 milhões de euros. Inversamente, a variação das provisões técnicas apresentou, face a 2017, um comportamento negativo no montante de 185 milhões de euros, influenciando os resultados inerentes a associados, que, em 2018, atingiram - 21,9 milhões de euros, valor que compara com -19,5 milhões de euros registados em 2017.
- A manutenção de taxas de juro muito baixas, associadas à redução ocorrida na carteira de títulos, explica o decréscimo dos juros líquidos obtidos, que passaram de 42,1 milhões de euros, em 2017, para 17,7 milhões de euros, em 2018.

- ▶ Nos rendimentos provenientes de instrumentos de capital, no montante de 3 milhões de euros em 2018, destacam-se 1,5 milhões de euros de dividendos recebidos da participada Montepio Gestão de Ativos.
- ▶ Os resultados de justo valor associados à carteira de títulos, no montante de 0,9 milhões de euros, ficaram aquém dos obtidos em 2017, como menos 0,6 milhões de euros.
- ▶ O acréscimo observado no valor da imparidade para ativos financeiros, de 0,4 milhões de euros, deve-se, sobretudo, ao reforço verificado na carteira de fundos de investimento.
- ▶ Os gastos operacionais (custos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações do exercício), no montante de 32 milhões de euros em 2018, superam os registados em 2017 em 1,9 milhões de euros, com origem, essencialmente, nos gastos gerais administrativos, no montante de 26,4 milhões de euros, para o que contribuíram os gastos associados à eleição dos novos órgãos sociais do MGAM, em 7 de dezembro de 2018.
- ▶ No comportamento evidenciado pelos outros resultados de exploração, que atingiram 26,6 milhões de euros, em 2018, face a 13,7 milhões de euros registados em 2017, destaca-se a valorização da carteira de propriedades de investimento, no montante de 20,3 milhões de euros, refletindo a boa evolução do mercado imobiliário.
- ▶ As provisões e imparidades de outros ativos, líquidas de reversões, registaram um valor de 440 mil euros em 2018, valor significativamente inferior ao do ano anterior, em que foram constituídas 230 milhões de euros de provisões e imparidades para as participações de capital nas empresas do setor segurador e bancário. No que se refere à imparidade constituída, em 2018, 167 mil euros foram para a Montepio Imóveis e 142 mil euros para a Germont-Empreendimentos Imobiliários, S.A..
- ▶ Na sequência da alteração do estatuto fiscal do MGAM, em sede de IRC, em 1 de janeiro de 2017, e consequente reconhecimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, foram registados, em 2018, 8,4 milhões de euros de impostos diferidos, decorrentes, nomeadamente, das provisões matemáticas constituídas e dos prejuízos fiscais reportáveis.

13 PROPOSTAS

13.1 Proposta de recurso aos excedentes técnicos e ao fundo de reserva geral

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2018, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), “quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral”, propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 3.139.033,70 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados da Modalidade Montepio Proteção Outros Encargos, Fundo de Benefício Solidariedade Associativa e do Fundo Montepio Egitaliense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 3 709 732,04 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 43 483 617,29 euros.

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade	(euros)
- Excedentes Técnicos	
(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)	
Montepio Capital Certo (Série 2009_2017 1ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1ª Série)	84 268,78
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 2ª Série)	22 350,55
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10ª Série)	6,46
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 1ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11ª Série)	6,46
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 2ª Série)	1,65
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1ª Série)	22 007,77
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2ª Série)	1 430,01
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3ª Série)	13 772,82
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1ª Série)	29 580,60
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5ª Série)	540 548,38
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6ª Série)	7 430,06
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7ª Série)	537 812,61
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8ª Série)	589 882,78
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9ª Série)	812 847,08
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10ª Série)	106 033,50
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11ª Série)	127 736,27
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12ª Série)	7 749,16
Capitais de Previdência - 4%	229 125,34
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	4 218,96
Parcial_1	3 136 867,38

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade (continuação)	(euros)
- Excedentes Técnicos (continuação)	
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Montepio Poupança Familiar (Série 2016_2021 1ª Série)	653,04
Montepio Poupança Familiar (Série 2016_2021 2ª Série)	1 513,28
Parcial_2	2 166,32
Subtotal_Fundo Permanente	3 139 033,70
Fundo Próprio do Respectivo Fundo Autónomo e das Modalidades	(euros)
- Fundo Próprio	
(O existente no respectivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)	
Fundos Autónomos	
Montepio Proteção Outros Encargos	41 041,40
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	3 648 221,60
Fundo Montepio Egianense	20 469,04
Subtotal_Fundo Próprio	3 709 732,04
Fundo de Reserva Geral	(euros)
(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)	
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1ª Série)	43 923,71
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 2ª Série)	42 258,10
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 3ª Série)	20 010,18
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 3ª Série)	7 456,33
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1ª Série)	57 444,21
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2ª Série)	26 259,17
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3ª Série)	16 452,44
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4ª Série)	651 900,38
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5ª Série)	613 720,37
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6ª Série)	624 066,15
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7ª Série)	864 812,66
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8ª Série)	801 883,33
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10ª Série)	598 692,05
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11ª Série)	681 152,43
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12ª Série)	348 226,63
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1ª Série)	495 831,57
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2ª Série)	958 413,69
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 3ª Série)	25 048,51
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 4ª Série)	400 133,10
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 5ª Série)	49 989,05
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 6ª Série)	13 613,27
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 7ª Série)	295 128,19
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8ª Série)	299 226,04
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 9ª Série)	11 893,27
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 1ª Série)	173 841,91
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 2ª Série)	600 762,35
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 3ª Série)	417 915,49
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 4ª Série)	778 953,06
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 1ª Série)	3 076,35
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 5ª Série)	153 977,64
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 2ª Série)	12 872,50
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 6ª Série)	111 717,21
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 3ª Série)	500,51
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 7ª Série)	167 052,17
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 4ª Série)	1 534,09
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 8ª Série)	226 138,71
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 5ª Série)	5 111,94
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 9ª Série)	704 410,07
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 6ª Série)	9 162,38
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 10ª Série)	252 802,35
Parcial_1	11 567 363,56

Fundo de Reserva Geral

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 7ª Série)	3 441,06
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 11ª Série)	208 359,94
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 8ª Série)	4 668,98
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	53 792,24
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 12ª Série)	220 389,93
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 1ª Série)	374 990,88
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 2ª Série)	413 879,00
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 3ª Série)	692 067,91
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 4ª Série)	133 092,18
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 5ª Série)	368 705,68
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 6ª Série)	408 137,23
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 7ª Série)	354 668,99
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 8ª Série)	454 215,98
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 9ª Série)	408 957,87
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 10ª Série)	1 604 695,20
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 11ª Série)	1 207 075,24
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 12ª Série)	2 837 216,53
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 13ª Série)	266 136,46
Montepio Capital Certo (Série 2018_2023 1ª Série)	7 971 916,63
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	80 503,13
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	89 302,69
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3ª Série)	132 812,21
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4ª Série)	612 157,03
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	161 110,32
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6ª Série)	551 727,98
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 7ª Série)	121 003,71
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 1ª Série)	19 097,11
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8ª Série)	1 081,27
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 1ª Série)	19 236,08
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 3ª Série)	20 659,94
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 4ª Série)	408 081,08
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 2ª Série)	141 273,75
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 5ª Série)	271 824,55
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1ª Série)	3 073,85
Montepio Capital Certo (Série 2018_2022 1ª Série)	282 754,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 3ª Série)	532 488,08
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 6ª Série)	264 309,18
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 2ª Série)	1 218,97
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 4ª Série)	1 145,14
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	205 083,92
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	229 838,09
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	1 013 634,33
Montepio Proteção 18-30 - 3%	551 711,82
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	133 449,90
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	5 670 528,26
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	2 124 691,19
Pensão Sobrevidência e Dotes- 4%	245 329,41
Pensões para Deficientes - 4%	40 717,96

Parcial_2

31 916 253,73

Total_Fundo de Reserva

43 483 617,29

13.2 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração:

- A transferência de 3.139.033,70 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 3 709 732,04 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis dos Fundos Autónomos;
- A transferência de 43 483 617,29 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de 1.634.207,98 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 51 966 591,01 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:	(euros)
- Reposição do Fundo de Reserva Geral dos valores utilizados, em anos anteriores, para completar os Fundos Disponíveis negativos, no cumprimento do nº 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral - Associação Mutualista	
Modalidades Individuais	
Montepio Rendimento Escolar(Série 2010_2025)	129,60
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 4ª Série)	282,11
Montepio Rendimento Escolar(Série 2011_2026)	119,64
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 2ª Série)	1 741,50
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9ª Série)	18 194,65
Fundo Bolsa de Estudo	3 294,77
Montepio Proteção Crédito à Habitação	13 752 367,43
Montepio Proteção Crédito Individual	1 162,98
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	89 507,59
Montepio Proteção Vida - 3%	3 738,22
Montepio Proteção Invalidez - 3%	157,78
Capitais de Garantia	17 640,29
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	101,15
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	4 105,82
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	1 501,23
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	66 455,01
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	339,83
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	195,66
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	5 593,49
Capitais para Jovens - 4%	63 894,89
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	6 018,97
Capital Temporário de Invalidez - 4%	562,06
Rendas de Sobrevida - 4%	3 200,17
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	420,02
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	129,07
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	249,51
SUBTOTAL-REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL	14 041 103,44

Para o Fundo de Reserva Geral:

(euros)

- Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do nº 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:	13 083 345,94
Modalidades Individuais	
Montepio Proteção Vida - 3%	3 039,50
Montepio Proteção Invalidez - 3%	53,24
Capitais de Garantia	8 178,60
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	3,17
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas - 3%	269,83
Rendas Temporárias - 3%	994,61
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	212,55
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	24,85
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	45 290,79
Capitais para Jovens - 4%	27 989,51
Capitais para Estudos - 4%	5 149,88
Subsídio por Morte - 4%	964,47
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	2 807,66
Capital Temporário de Invalidez - 4%	505,69
Rendas de Sobrevidéncia - 4%	97,18
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	86,45
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	12,74
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	34,28
Montepio Poupança Reforma	7 980,51
Montepio Poupança Complementar	1 118 978,39
Modalidades Coletivas	6 635,31
Fundo Bolsas de Estudos	934,04 1 230 243,25
Parcial 1	14 313 589,19

Para o Fundo de Reserva Geral:

(euros)

Montepio Rendimento Escolar(Série 2010_2024)	882,98
Montepio Rendimento Escolar(Série 2010_2025)	29,24
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 4ª Série)	734,58
Montepio Rendimento Escolar(Série 2011_2026)	20,46
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1ª Série)	6,23
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 1ª Série)	1 901,09
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 2ª Série)	1 536,54
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8ª Série)	5,48
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12ª Série)	2,97
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1ª Série)	1 499,66
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4ª Série)	576,41
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2ª Série)	1 576,47
Fundos Diversos	
Parcial 2	8 772,11
SUBTOTAL-DOTAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL	14 322 361,30

Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades e Rendas:	(euros)
- (Dotação nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)	
- Excedentes Técnicos:	
Montepio Proteção Vida - 3%	57 750,51
Montepio Proteção Invalidez - 3%	1 011,48
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	5 126,82
Rendas Temporárias - 3%	18 897,60
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	4 038,36
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	472,18
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	860 525,06
Capitais para Jovens - 4%	531 800,73
Capitais para Estudos - 4%	97 847,75
Subsídio por Morte - 4%	18 324,88
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	53 345,50
Capital Temporário de Invalidez - 4%	9 608,12
Rendas de Sobrevidência - 4%	1 846,48
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1 642,45
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	242,03
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	651,39
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PERMANENTES	1 663 131,34
Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:	(euros)
(Dotação nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)	
- Modalidades de Capitalização	
Modalidades Individuais	
Montepio Poupança Complementar	21 260 589,43
Capitais de Garantia	155 393,38
Montepio Poupança Reforma	151 629,73
Montepio Capital Certo	166 670,01
Quota para Invalidez - Modalidades Coletivas	60,18
Modalidades Coletivas	
Capitais Coletivos	126 070,94
21 860 413,67	
- Fundo de Solidariedade Associativa	
- Fundo de Administração	61 834,43
- Fundo Bolsas de Estudo	17 746,83
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS	21 939 994,93
TOTAL	51 966 591,01

13.3 Proposta de transferência para o fundo de reserva geral das séries encerradas da modalidade montepio capital certo

Por encerramento das treze Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, no ano de 2017, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, propõe-se a transferência do montante de 606.626,42 euros para o Fundo de Reserva Geral.

	(euros)
- Para o Fundo de Reserva Geral	
Montepio Capital Certo (Série 2009_2017 1ª Série)	200,91
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 1ª Série)	18764,8
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 2ª Série)	63,17
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 3ª Série)	123412,83
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 4ª Série)	148,9
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 5ª Série)	89297,54
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 6ª Série)	201,21
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 7ª Série)	228,31
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 8ª Série)	288617,34
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 9ª Série)	46618,15
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 10ª Série)	4069,35
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 1 Série)	964,63
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 11ª Série)	10161,46
Montepio Poupança Familiar (Série 2012_2017 2 Série)	1220,03
Montepio Capital Certo (Série 2012_2017 12ª Série)	22657,79
 TOTAL	 606 626,42

13.4 Proposta de comparticipação para o fundo de administração

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo de Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2018.

	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,900%
Montepio Poupança Reforma	0,900%
Capitais Coletivos	0,900%
Montepio Capital Certo	0,635%
Montepio Proteção Crédito à Habitação, Outros Encargos e Crédito Individual	1,000%
Restantes Modalidades, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias	0,400%

13.5 Proposta de atribuição de melhorias de benefícios

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, propõe-se que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2018).

13.6 Excedentes técnicos de rendas vitalícias e rendas temporárias

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2017 não sofram qualquer atualização.

13.7 Proposta de atribuição de rendimento anual complementar às modalidades de capitalização

Tendo em consideração:

- O valor do Fundo Disponível destas modalidades (Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos), gerado ao longo do ano de 2018;

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja de 0,75%:

Montepio Poupança Reforma	0,75%
Montepio Poupança Complementar	0,75%
Capitaos Coletivos	0,75%

13.8 Proposta de dotação para a Fundação Montepio Geral

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral - Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

14 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO

Neste capítulo apresentamos os principais destaques sobre a atividade e o desempenho em 2018, das empresas estratégicas do Grupo Montepio em que o MGAM detém direta ou indiretamente a maioria ou totalidade do capital.

14.1 Setor Bancário

A atividade bancária do Grupo Montepio é desenvolvida através da sua principal participada – Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), que passou a ser comercialmente designada por Banco Montepio já em 2019, e de um conjunto de entidades na qual a CEMG detém direta ou indiretamente a maioria do capital ou o controlo de gestão, consolidando por isso essas entidades nas suas contas: Montepio Cabo Verde e Montepio Holding que por sua vez detém o Montepio Investimento e Montepio Crédito e Montepio Valor, o Finibanco Angola e a SSAGINCENTIVE.



Banco Montepio

Em dezembro de 2018, a CEMG concretizou a venda da participação, de 45,78%, que a sua participada Montepio Holding detinha no capital social do Banco Terra, banco de direito moçambicano

A atividade da CEMG e do seu grupo de empresas desenvolveu-se num contexto de expansão da economia portuguesa, embora em desaceleração face ao crescimento do ano anterior. Contudo, a atividade bancária continua a enfrentar importantes desafios, com destaque para o elevado volume de créditos em risco, as baixas taxas de juro, com as taxas Euribor a permanecerem negativas, o nível historicamente baixo da taxa de poupança em Portugal, o ritmo acelerado da evolução tecnológica e as crescentes exigências regulamentares dirigidas ao setor.

Neste enquadramento, a CEMG e o conjunto de empresas que compõem o seu grupo continuaram o processo de desalavancagem do balanço, reduzindo os ativos considerados não core e não geradores de rendimento, tendo o ativo ascendido a 18,9 mil milhões de euros no final de setembro de 2018 (-1,3 milhões de euros face a dezembro de 2017).

O crédito a clientes fixou-se, no final do 3º trimestre do ano de 2018, em 12,4 mil milhões de euros, valor sensivelmente idêntico ao financiamento obtido junto dos clientes, que cresceu em termos homólogos 514 milhões de euros, traduzindo um desempenho positivo na captação e retenção de depósitos. Os recursos obtidos junto do BCE mantiveram-se em cerca de 1,5 mil milhões de euros.

Os rácios de cobertura do crédito vencido mantiveram uma trajetória descendente, tendo o rácio de Non Performing Exposures passado de 16,4%, em dezembro de 2017, para 16,2%, em setembro de 2018, o que representa uma diminuição de 4,5 pontos percentuais desde 2015. Beneficiando das alterações introduzidas na análise de risco para a concessão de crédito, o custo do risco reduziu-se em 46 pontos base (p.b.), para 63 p.b., em setembro de 2018, face a 109 p.b. registados em dezembro de 2017.

A atividade desenvolvida convergiu na obtenção de uma redução sustentada dos ativos ponderados pelo risco, em cerca de 641 milhões de euros, em resultado da aplicação de medidas de redução dos ativos não estratégicos e da implementação de uma rigorosa e prudente política de concessão de crédito, com reflexo positivo nos rácios de capital, tendo o rácio Common Equity Tier 1 ascendido a 13,4% e o de Capital Total a 13,5%, evidenciando uma adequada situação de capital.

Os níveis de liquidez, em setembro de 2018, mantiveram-se acima do exigido, com o rácio LCR a fixar-se em 167,8%, que representa um nível substancialmente superior ao mínimo regulamentar de 100%.

A margem financeira ascendeu a 189,3 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, que representou uma diminuição de 6,3% em relação ao valor apurado em igual período do ano anterior, refletindo a diminuição dos juros associados às carteiras de títulos e de crédito, não obstante a redução de 28,8% dos juros de recursos de clientes. As comissões líquidas evoluíram favoravelmente, tendo registado um crescimento homólogo de 3,6%.

O Produto bancário fixou-se em 294 milhões de euros nos primeiros 9 meses do ano.

Os custos operacionais observaram uma evolução favorável, tendo sido inferiores, em 6,8 milhões de euros, ao valor reportado em setembro de 2017.

Também as provisões e imparidades, no montante 81,1 milhões de euros, se situaram abaixo do nível registado em setembro de 2017, em 42,5%.

O resultado consolidado, em setembro de 2018, ascendeu a 22,4 milhões de euros, valor que compara positivamente com 20,4 milhões de euros obtidos em setembro de 2017.

14.2 Setor Segurador e de Fundos de Pensões

De acordo com a informação provisória publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), reportada a 2018, o volume da produção de seguros em Portugal fixou-se em 12,9 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo expressivo, de 11,7%, face ao valor registado em 2017.

O ramo Vida cresceu 14,5%, ao longo de 2018, atingindo 8,1 mil milhões de euros, confirmando a recuperação já observada em 2017, não obstante a produção se mantenha, ainda assim, abaixo do valor registado no ano de 2015, de 8,7 mil milhões de euros. Em 2018, voltou a destacar-se o crescimento, de cerca de 55,5%, dos Planos Poupança Reforma (PPR).

O ramo Não Vida teve uma produção de 4,8 mil milhões de euros, o que representa um aumento, face a 2017, de 7,4%, com crescimentos expressivos nos ramos de Acidentes de Trabalho (13,5%), Doença (7,4%) e Automóvel (6,7%).

No final de 2018 os montantes sob gestão dos fundos de pensões ascenderam a 19,4 mil milhões de euros, representando uma ligeira redução, de 1,9%, face ao ano anterior.

A Montepio Seguros, SGPS é a holding que agrupa as entidades dedicadas à atividade seguradora e de fundos de pensões, detendo a maioria do capital da Lusitania Companhia de Seguros, que opera no ramo Não Vida, da N Seguros, cuja atividade se desenvolve no ramo automóvel através de canais à distância, da Lusitania Vida, entidade dedicada ao ramo Vida e da Futuro sociedade gestora de fundos de pensões.

Atividade de Seguros Não Vida



Esta atividade é desenvolvida pela Lusitania, Companhia de Seguros, SA e pela N Seguros, SA.



Em 2018, a produção de seguro direto da Lusitania, Companhia de Seguros cresceu 7,4%, tendo-se situado em 202,9 milhões de euros, no final do ano. Esta evolução reflete os crescimentos nas modalidades Acidentes de Trabalho (21,4%), Acidentes Pessoais (9,5%), Automóvel (6,0%) e Responsabilidade Civil Geral (13,9%), que mais que compensaram as quebras observadas nos ramos de Doença (-2,7%) e de Incêndio e Outros Danos (-2,3%). A quota de mercado global manteve-se em 2018 em 4,3%.

Os custos com sinistros cifraram-se em 139,1 milhões de euros, registando uma forte redução, de 28,1%, face a igual período do ano anterior, refletindo, sobretudo, a diminuição dos sinistros no ramo Incêndio e Outros Danos, com uma diminuição de 66,3%. A sinistralidade evoluiu igualmente de forma favorável nas modalidades Acidentes de Trabalho (-2,2%), Doença (-5%) e no ramo Responsabilidade Civil (-161,3%). No entanto, verificaram-se aumentos de sinistralidade nos ramos Automóvel (18,7%), Transportes (159%) e na modalidade Acidentes Pessoais (91,2%).

O efeito combinado destas duas variáveis (prémios de seguro direto e custos com sinistros) contribuiu para uma redução significativa da taxa de sinistralidade, em 34,6 p.p., que se situou em 68,3%, no final do ano de 2018.

Consequentemente, o resultado líquido do exercício registou um incremento considerável, fixando-se em 4,2 milhões de euros (valor provisório).

A N Seguros, SA opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros.

Com uma oferta abrangente, a N Seguros apostava na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. No ano de 2018, a produção de seguro direto da N Seguros registou um acréscimo de 5,6%, situando-se em 12,5 milhões de euros, em dezembro. A produção do principal segmento da Companhia, o Ramo Automóvel, cresceu em 2018 face ao ano anterior, tendo-se fixado em 10,4 milhões de euros.

Os custos com sinistros diminuíram 5,2% no ano, e a taxa de sinistralidade registou uma redução, de 6,7 p.p., tendo-se fixado em 72,6%, no final do ano de 2018.

O resultado líquido do exercício em 2018 foi de 4,0 mil euros negativos (valor provisório), quando em 2017 se tinha fixado em 1,7 milhões de euros negativos.

Atividade de Seguros Vida



Esta área de negócio é desenvolvida pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's.

A Lusitania Vida complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária, nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania, Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

No ano de 2018, a produção de seguro direto da Lusitania Vida observou um forte crescimento, de 37,6%, para se fixar, no final do ano, em 199,5 milhões de euros.

Com esta evolução, a Lusitania Vida aumentou a sua quota de mercado em 40 pontos base, de 2017 para 2018, que se fixou em 2,4%, no final do ano, recuperando a quota de mercado já atingida no ano de 2016.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro cifraram-se em 29,6 milhões de euros, no ano de 2018, o que corresponde a um aumento de 42,4%, face ao registado em igual período do ano anterior.

A Lusitania Vida obteve um resultado líquido do exercício de 5,2 milhões de euros, em 2018 (valor provisório), que compara com 3,2 milhões de euros, em 2017.

Fundos de Pensões



A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares.

Os ativos sob gestão dos fundos de pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento no ano de 1,3%, ascendendo a 1 566 milhões de euros, em dezembro de 2018. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 8,1%, valor que compara com 7,8%, em dezembro de 2017.

Em 2018, o valor dos serviços prestados fixou-se em 7,5 milhões de euros e o resultado líquido do exercício ascendeu a 831 milhares de euros (valor provisório).

14.3 Gestão de Ativos



A Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Em 2018, o volume dos ativos sob gestão no segmento de gestão discricionária de carteiras da sociedade gestora situou-se em 1 383 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 1%, face a 2017. A quota de mercado fixou-se em 2,4%, no final do ano.

Na componente de fundos de investimento mobiliário, o montante de ativos sob gestão fixou-se em 138 milhões de euros no final de dezembro, o que corresponde a uma quebra de 18,2% face a 2017, num ano em que o mercado português registou igualmente uma forte quebra, de cerca de 600 milhões de euros. A quota de mercado fixou-se em 1,2%.

Como resultado, no final de 2018, a Montepio Gestão de Ativos tinha sob gestão um montante total de 1 521 milhões de euros.

O produto bancário gerado no exercício de 2018 foi de 1,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 53%. Os gastos operacionais foram de 1,66 milhões de euros. O resultado líquido do exercício (provisório) fixou-se em 0,1 milhões de euros, em 2018

14.4 Gestão de Residências Sénior e Prestação de Serviços de Saúde

**Montepio Residências**

O grupo Montepio disponibiliza equipamentos sociais e serviços de saúde para a população sénior, materializando uma das vertentes da sua missão mutualista e social, através da empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A, de que detém a totalidade do capital e o domínio da respetiva gestão.

A atividade da Residências Montepio centra-se na gestão de centros residenciais para a população sénior em Portugal, que incluem residências assistidas e a prestação de cuidados continuados de curta, média e longa duração, no quadro dos acordos celebrados com as entidades de saúde e segurança social, a que se juntam os serviços de assistência domiciliária e de teleassistência.

A Residências Montepio presta serviços de qualidade certificada e ocupa a primeira posição no ranking do setor das residências séniores privadas em Portugal e finalizou o ano de 2018 com sete residências em funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Parede I, Parede II, Montijo e Lisboa (Parque das Nações). O número de residências sob gestão da Residências Montepio deverá aumentar com a abertura de uma nova residência em Lisboa – Entrecampos, cuja construção está em curso, com conclusão prevista para o último trimestre de 2019.

Ao longo de 2018, as residências mantiveram taxas de ocupação elevadas, com um nível médio de 93%. Esta evolução traduz as necessidades existentes deste tipo de equipamentos sociais e da prestação dos respetivos serviços à população, tendo-se refletido na evolução favorável do volume de negócios em serviços prestados.

O volume de negócios manteve a trajetória de crescimento em 2018, obtendo uma taxa de 4,9%, que permitiu atingir 21,6 milhões de euros, por comparação com 20,6 milhões de euros, em 2017.

Os gastos de funcionamento registaram um aumento de 3,9%, em 2018, tendo beneficiado das diversas medidas de racionalização e otimização da gestão dos recursos e dos gastos que têm vindo a ser implementadas desde 2017.

O EBITDA (resultados brutos antes de amortizações, gastos de financiamento e impostos) atingiu, em 2018, um valor provisório de 888 mil euros e o Resultado líquido provisório foi de 460 mil euros, o que representou um significativo acréscimo, de 97,1%, face a 2017.

14.5 Gestão de Residências Para Estudantes



Atenta às preocupações atuais da sociedade portuguesa e em particular às necessidades das famílias e de alojamento dos estudantes deslocados, a Associação Mutualista Montepio criou a sociedade Montepio, Residências para Estudantes (MRE), que disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados.

A primeira residência para estudantes foi inaugurada em setembro de 2016, na zona de Santos, em Lisboa, com 45 quartos individuais, que foram reservados nas primeiras 24 horas após a abertura das vagas. Nesta residência existem atualmente 60 quartos.

Em fevereiro de 2017, foi inaugurada a residência da Avenida Almirante Reis, que atualmente conta com 52 quartos individuais.

Em agosto de 2018, iniciou-se a atividade na residência da Avenida 24 de Julho, com 22 quartos individuais. Em outubro do mesmo ano, foi inaugurada a Residência da Praça do Giraldo, em Évora, com capacidade para 14 estudantes.

Com uma taxa de ocupação regular de 100% em todas as *Residências Montepio U Live*, a MRE está a reforçar a sua oferta prevendo-se que as próximas Residências, em Évora, Porto e Lisboa, sejam inauguradas no próximo ano letivo.

As *Residências Montepio U Live* conjugam privacidade, autonomia e partilha de espaços comuns, como cozinha, zona de lazer e lavandaria. Incluem ainda serviços regulares de limpeza das áreas comuns e uma potente rede de internet. As mensalidades apresentam um valor moderado, que podem ser reduzidas em 10%, no caso dos estudantes serem associados da Associação Mutualista Montepio.

Nestas Residências vivem e estudam 148 estudantes universitários, de onze nacionalidades diferentes, maioritariamente portugueses, oriundos de várias zonas do país, que desenvolvem o seu percurso académico em áreas de interesse tão diversas como economia, medicina, matemática, engenharia, arquitetura ou dança.

Alinhada com os valores mutualistas e enquadrada nas orientações estratégicas da Associação Mutualista Montepio, a MRE visa:

- criar um ambiente calmo, confortável e seguro, que propicie o estudo e contribua para o sucesso académico e para o desenvolvimento pessoal dos estudantes;
- rentabilizar o património imobiliário da Associação Mutualista Montepio, à qual a MRE paga uma renda pelas instalações ocupadas pelas residências e
- assegurar a rentabilidade e a sustentabilidade de cada uma das residências de per si e reaplicar e/ou transferir os lucros anuais para a casa-mãe, contribuindo desta forma para a prossecução dos objetivos do Grupo Montepio.

15 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Disponibilidades em instituições de crédito	16	27.712	35.439
Aplicações em instituições de crédito	17	110.587	181.279
Ativos financeiros detidos para negociação	18	4.660	4.885
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	370.635	542.223
Investimentos em subsidiárias e associadas	20	2.083.883	2.048.307
Propriedades de investimento	21	306.625	254.009
Ativos tangíveis	22	35.070	60.848
Ativos intangíveis		19	33
Ativos por impostos correntes	23	5.235	-
Ativos por impostos diferidos	23	816.770	805.159
Outros ativos	24	15.351	14.945
Total do Ativo		3.776.547	3.947.127
Passivo			
Outras Provisões	26	2.179	2.104
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	27	2.943.410	3.093.869
Subvenções e melhorias de benefícios	27	59.590	61.864
Passivos por impostos correntes	23	-	90
Outros passivos	24	18.320	14.464
Total do Passivo		3.023.499	3.172.391
Capital Próprio			
Fundos próprios	28	47.319	34.708
Excedentes Técnicos	28	22.432	30.953
Reservas de justo valor líquida de impostos	29	402	8.010
Reserva geral	29	679.660	76.223
Outras reservas e resultados transitados	29	1.601	37.288
Resultado líquido do exercício	29	1.634	587.554
Total do Capital Próprio		753.048	774.736
Total do Passivo e Capital Próprio		3.776.547	3.947.127

A CONTABILÍSTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

Carlos Vicente Moraes Beato

Virgílio Manuel Boavista Lima

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2018	2017
Proveitos inerentes a associados	3	491.505	720.538
Custos inerentes a associados	4	(682.740)	(1.094.370)
Variação das provisões técnicas	5	169.349	354.316
Juros e rendimentos similares	6	17.933	42.231
Juros e encargos similares	6	(220)	(111)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	3.011	578
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	35	215
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	912	1.519
Resultados de alienação de outros ativos		-	631
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(514)	(106)
Custos com pessoal	12	(4.864)	(4.624)
Gastos gerais administrativos	13	(26.438)	(24.815)
Amortizações do exercício	14	(732)	(720)
Outros resultados de exploração	15	26.624	13.739
Resultado operacional		(6.139)	9.021
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	(133)	3.465
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(307)	(233.463)
Resultado antes de impostos		(6.579)	(220.977)
Imposto corrente	23	(191)	(90)
Imposto diferido	23	8.404	808.621
Resultado líquido apóis impostos do exercício		1.634	587.554

A CONTABILÍSTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

Carlos Vicente Morais Beato

Virgílio Manuel Boavista Lima

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Demonstração do rendimento Integral para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2018	2017
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor de instrumentos financeiros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(10 932)	14 442
Impostos diferidos	3 324	(3 462)
	(7 608)	10 980
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reconhecimento dos desvios atuariais (nota 25)	395	398
Reserva de reavaliação		
Ativos fixos tangíveis (nota 22)	914	-
Impostos diferidos	(118)	-
	1 191	398
Total outro rendimento integral	(6 417)	11 378
Resultado líquido do exercício	1 634	587 554
Total de rendimento integral do exercício	(4 783)	598 932

Mapa das alterações no capital próprio para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Fundos Proprios	Excedentes Técnicos	Reserva de justo valor líquida de impostos	Reserva Geral	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	28 279	29 594	(2 970)	123 102	3 091	7 360	188 456
Distribuição de resultados do MGAM	6 902	8 145	-	15 766	46 492	-	77 305
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(166)	-	-	-	-	(166)
Recurso aos excedentes técnicos e fundo de reservas	(473)	(4 665)	-	(64 610)	(207)	(7 360)	(77 305)
Recurso às reservas	-	1 640	-	(1 640)	-	-	-
Reposição de reserva geral	-	(5 307)	-	5 307	-	-	-
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC	-	1 702	-	(1 702)	-	-	-
Atribuição de benefícios	-	-	-	(12 486)	-	(12 486)	-
Variação da reserva de justo valor líquida de impostos	-	-	10 980	-	-	-	10 980
Desvios atuariais	-	-	-	398	-	-	398
Resultado líquido do exercício	34 708	30 953	8 010	76 223	37 288	587 554	587 554
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	13 010	453	-	810 586	(36 878)	-	787 171
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 29)	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de excedentes dos CRPC	(399)	(13 618)	-	(185 599)	-	(587 554)	(787 170)
Recurso aos excedentes técnicos e fundo de reservas (nota 29)	-	-	-	(293)	-	-	(293)
Recurso às reservas (nota 29)	-	(24)	-	24	-	-	-
Reposição de reserva geral (ver nota 29)	4 668	-	(4 668)	-	-	-	(16 613)
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC	-	-	(16 613)	-	-	-	(16 613)
Atribuição de benefícios (nota 29)	-	-	(7 608)	-	-	-	(7 608)
Variação da reserva de justo valor líquida de impostos (nota 29)	-	-	-	-	-	-	-
Desvios atuariais (nota 25)	-	-	-	395	-	-	395
Reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de imposto diferido	-	-	-	796	-	-	796
Resultado líquido do exercício	47 319	22 432	402	-	-	1 634	1 634
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1 601	679 660	-	-	-	-	753 048

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2018	2017
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais		
Custos inerentes a associados	(680 456)	(1 094 138)
Proveitos inerentes a associados	491 505	720 538
Dotação para a Fundação Montepio Geral	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos	(33 367)	(68 930)
Impostos	(5 424)	-
	(228 742)	(443 530)
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(35 540)	(372 466)
Investimentos em Ativos Fixos Tangíveis	24 462	(23 436)
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos	(20 574)	35 277
Pagamentos e recebimentos relativos a activos detidos até à maturidade	521 903	520 182
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros detidos para negociação	339	40
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	21 824
Pagamentos e recebimentos relativos a activos financeiros disponíveis para venda	(343 467)	225 276
Aplicações em instituições de crédito	71 823	47 587
Juros de depósitos à ordem	19	53
Dividendos	1 674	429
	220 639	454 766
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento		
Empréstimos de financiamento	376	(213)
	376	(213)
Variação líquida em disponibilidades em instituições de crédito	(7 727)	11 023
Disponibilidades em instituições de crédito no início do exercício	35 439	24 416
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do exercício	27 712	35 439

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2018

1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“ESNL”) e do artigo 4º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação, agora apresentadas, reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2018. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017. Em 2018 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 34. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Associação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 34. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 - Contratos de Seguros, da possibilidade de adopção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

No plano fiscal, a Associação beneficiou, até 31 de dezembro de 2016, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a qual foi ainda objecto de reconhecimento por Despacho de 3 de Junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Contudo, a Associação deixou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, de beneficiar daquela isenção. Neste sentido, a Associação passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas colectivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se ainda que conforme descrito na nota 23, este facto foi confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 t).

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e rendimento das suas participações financeiras e do seu plano de actividades no futuro. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequacidade deste pressuposto ver nota 20 Investimentos em subsidiárias e associadas e nota 33 Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2019.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de activo	Número de anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	4 a 8
Obras em imóveis arrendados	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, quando existem indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f) **Ativos financeiros**

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

A Associação durante o primeiro semestre de 2017 procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda. De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros a Associação não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2019.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) Disponibilidades em instituições de crédito

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

j) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

k) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária S.A. (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral) (adiante designada "CEMG" ou "Caixa Económica Montepio Geral") que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

n) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o associado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando as modalidades são subscritas. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são despreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas colectivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

O passivo ou ativo por imposto corrente de períodos anteriores bem como os passivos ou ativos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas quantias que se estimam pagar ou receber nos termos da legislação aplicável que esteja em vigor ou substancialmente em vigor à data de final do período de reporte.

Tendo em consideração a alteração do regime fiscal aplicável, os efeitos das alterações são reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral consoante se relacionem com itens que seja reconhecidos, no mesmo ou em diferentes períodos, em resultados ou fora dos resultados (em outro rendimento integral ou directamente em capital próprio).

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

r) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

s) **Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral**

A Associação suporta custos com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afectos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo, Direção Central Rede Mutualista, Direção de Comunicação, Marketing e Canais, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de Compliance, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete Financeiro, Gabinete de Contabilidade, Gabinete Imobiliário, Gabinete de responsabilidade Social e Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas.

t) **Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, quando existem indícios de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Associação, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 NÚMERO DE ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação possuía 612.607 (2017: 625.419) Associados efectivos, que efectuaram 970.125 inscrições (2017: 1.004.655). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Modalidades individuais:		
Montepio Poupança Complementar	362 298	357 233
Montepio Proteção de Encargos	108 362	112 190
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	186 199	193 576
Montepio Poupança reforma	20 079	19 486
Capitais para jovens + Montepio 18-30	12 816	13 182
Capitais de previdência + Montepio Proteção Vida	6 051	6 059
Montepio Capital Certo	121 084	102 920
Pensões de reforma	3 183	3 309
Pensões de sobrevivência e dotes	1 229	1 279
Outros	1 481	1 598
	822 782	810 832
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma - restituição de quotas	3 412	3 515
Capital temporário de invalidez	105	113
Pensões de reforma - adicional de invalidez	81	88
Quotas para capitais de garantia	16	19
	3 614	3 735

3 PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Jóias		
Jóias	249	342
Quotizações e capitais	488 882	712 222
Outros proveitos inerentes a associados	2 373	7 974
	491 505	720 538

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 n). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	54 409	74 616
Garantia de pagamento de encargos	23 804	24 103
Capitais para jovens	5 166	5 927
Pensões de reforma	1 210	1 271
Capitais de previdência	873	1 047
Outras	436	485
	<u>85 898</u>	<u>107 449</u>
Outras Modalidades		
Encargos médicos Administrativos	2	2
Capitais de Garantia	<u>174</u>	<u>185</u>
	<u>176</u>	<u>187</u>
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	140 294	134 437
Poupança reforma	8 612	7 366
Capitais de reforma de prazo certo	240 342	448 574
Modalidades colectivas	180	1 473
	<u>389 427</u>	<u>591 850</u>
Outros		
Benefícios de solidariedade associativa	11 629	11 671
Rendas vitalícias	1 587	826
Rendas temporárias	<u>165</u>	<u>239</u>
	<u>13 381</u>	<u>12 736</u>
	<u>488 882</u>	<u>712 222</u>

4 CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Prestações e capitais	656 897	1 051 527
Melhorias de benefícios	4 951	5 265
Outros custos inerentes a associados	<u>20 892</u>	<u>37 578</u>
	<u>682 740</u>	<u>1 094 370</u>

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 n). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	51 512	51 813
Capitais para jovens	5 617	4 650
Pensões de reforma	5 822	5 626
Capitais de previdência	337	305
Capitais transferidos para Pensão / Renda	792	794
Outras	814	1 018
	<u>64 893</u>	<u>64 206</u>
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	127 607	299 981
Poupança reforma	5 047	11 982
Capitais de reforma de prazo certo	451 467	671 910
Modalidades colectivas	5 414	1 068
	<u>589 535</u>	<u>984 941</u>
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	291	232
Rendas vitalícias	2 084	2 063
Rendas temporárias	95	85
	<u>2 469</u>	<u>2 380</u>
	<u>656 897</u>	<u>1 051 527</u>

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	364	503
Capitais para jovens	196	213
Pensões de reforma	2 438	2 432
Capitais de previdência	743	830
Capitais transferidos para Pensão / Renda	47	48
Outras	1 163	1 239
	<u>4 951</u>	<u>5 265</u>

5 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)		
	2018		
	Modalidades capitalização	Modalidades actuariais	Total
Provisões matemáticas	171 644	(4 567)	167 077
Melhorias de benefícios	-	2 273	2 273
	<u>171 644</u>	<u>(2 294)</u>	<u>169 349</u>

	(Milhares de Euros)		
	2017		
	Modalidades capitalização	Modalidades actuariais	Total
Provisões matemáticas	354 052	(2 636)	351 416
Melhorias de benefícios	-	2 900	2 900
	<u>354 052</u>	<u>264</u>	<u>354 316</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a variação das provisões matemáticas de capitalização, inclui um montante negativo de Euros 182.662.000 (2017: negativo de Euros 184.274.000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6 JUROS

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	1 150	1 620
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	79	49
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	195
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	16 256	7 342
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	32 563
Outros Juros	448	462
	<u>17 933</u>	<u>42 231</u>
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(220)	(111)
	<u>17 713</u>	<u>42 120</u>

7 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1 337	149
Rendimentos de subsidiárias e associadas	1 674	429
	<u>3 011</u>	<u>578</u>

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 31 – Transações com partes relacionadas.

8 RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	134	(6)	128	229	(6)	223
de outros emissores	32	(122)	(90)	37	(33)	4
Ações	-	(4)	(4)	10	(23)	(13)
Unidades Participação	-	-	-	1	-	1
	<u>166</u>	<u>(132)</u>	<u>35</u>	<u>277</u>	<u>(62)</u>	<u>215</u>
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de outros emissores	-	-	-	151	(151)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(151)</u>	<u>-</u>
	<u>166</u>	<u>(132)</u>	<u>35</u>	<u>428</u>	<u>(213)</u>	<u>215</u>

9 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	764	(6)	758	228	(426)	(198)
De outros emissores	199	(48)	151	1 162	(404)	758
Ações	3	-	3	100	-	100
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	861	(2)	859
	<u>966</u>	<u>(54)</u>	<u>912</u>	<u>2 351</u>	<u>(832)</u>	<u>1 519</u>

10 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	9 163	16 200
Dotação do exercício	570	1 298
Reversão do exercício	(56)	(1 192)
	<u>514</u>	<u>106</u>
Utilização	(2 127)	(7 143)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>7 550</u>	<u>9 163</u>

11 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018			Total
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	
Saldo em 1 de Janeiro	692	656 843	80	657 615
Dotação do exercício	132	309	-	441
Reversão do exercício	(134)	-	-	(134)
Utilização	(296)	(645)	-	(941)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>394</u>	<u>656 507</u>	<u>80</u>	<u>656 981</u>

	(Milhares de Euros)			
	2017			Total
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	
Saldo em 1 de Janeiro	642	423 430	80	424 152
Dotação do exercício	475	234 478	-	234 953
Reversão do exercício	(425)	(1 065)	-	(1 490)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>692</u>	<u>656 843</u>	<u>80</u>	<u>657 615</u>

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 20.

12 CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	2 032	2 091
Remunerações do pessoal	851	763
Benefícios pós emprego	1 148	1 061
Encargos sobre remunerações	580	582
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	9	9
Outros gastos com o pessoal	244	118
	<u>4 864</u>	<u>4 624</u>

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos órgãos de gestão do MGAM, em 2018 e 2017, são como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	

Órgãos de gestão	Conselho Geral, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 859	173
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 153	-
Encargos com a Segurança Social	375	41
Total	<u>3 387</u>	<u>214</u>
		<u>3 601</u>

	(Milhares de Euros)	
	2017	

Órgãos de gestão	Conselho Geral, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 841	250
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 066	-
Encargos com a Segurança Social	373	40
Total	<u>3 280</u>	<u>290</u>
		<u>3 570</u>

13 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Trabalhos especializados	18 693	19 406
<i>Cedência de Pessoal</i>	9 328	9 392
<i>Informática</i>	738	893
<i>Trabalho independente</i>	840	575
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	200	232
<i>Custos com MGAI</i>	956	949
Outros serviços especializados	6 630	7 365
Publicidade e propaganda	2 257	1 387
Vigilância e Segurança	149	136
Comissões	15	504
Conservação e reparação	63	93
Materiais	389	331
Energia e fluídos	88	78
Deslocações, estadas e transportes	128	119
Serviços Diversos	4 657	2 761
<i>Rendas e Alugueres</i>	638	637
<i>Comunicações</i>	1 666	1 639
<i>Seguros</i>	42	74
<i>Contencioso e Notariado</i>	0	1
<i>Despesas de Representação</i>	87	63
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	6	7
Outros serviços	2 217	340
	26 438	24 815

A rubrica Cedência de pessoal refere-se a custos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afectos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo, Direção Central Rede Mutualista, Direção de Comunicação, Marketing e Canais, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de Compliance, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete Financeiro, Gabinete de Contabilidade, Gabinete Imobiliário, Gabinete de responsabilidade Social e Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas.

No exercício de 2018, os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito da revisão legal das contas anuais, excluindo IVA e despesas, ascendem ao montante de Euros 300.000.

14 AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	296	306
Equipamento de transporte	61	40
Equipamento administrativo	141	151
Equipamento básico	36	41
Outros ativos fixos tangíveis	184	168
	<u>718</u>	<u>706</u>
Ativos intangíveis		
Programas de computador	14	14
	<u>14</u>	<u>14</u>
	<u>732</u>	<u>720</u>

15 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em propriedade de investimento	13 118	11 907
Ganhos justo valor - propriedades de investimento	20 279	8 361
Mais valias na alienação de subsdiárias e associadas	36	-
Rendimentos suplementares	1 322	338
Outros	894	1 820
	<u>35 648</u>	<u>22 426</u>
Outras custos de exploração:		
Despesas com propriedades de investimento	(1 458)	(2 337)
Valias com imóveis	(786)	-
Donativos diversos	(1 375)	(1 273)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(442)	(386)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(874)	(1 066)
Programa de educação financeira	-	(12)
Despesas com eventos institucionais	(572)	(682)
Serviços bancários	(23)	(266)
Outros	(3 495)	(2 665)
	<u>(9 024)</u>	<u>(8 687)</u>
	<u>26 624</u>	<u>13 739</u>

16 DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta rubrica incorpora Euros 27.712.000 junto da Caixa Económica Montepio Geral (2017: Euros 35.393.000).

17 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Aplicações em instituições de crédito é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Depósitos a prazo	110 587	181 279
	<u>110 587</u>	<u>181 279</u>

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo desta rubrica incorpora Euros 110.537.000 junto da Caixa Económica Montepio Geral (2017: Euros 181.029.000).

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2018, vencem juros à taxa média anual de 0,56% (2017: 0,87%).

18 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	-	28
Obrigações de Emissores Públicos	1 079	1 002
Obrigações de outros emissores	3 581	3 855
	<u>4 660</u>	<u>4 885</u>

Os níveis de valorização são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de Emissores Públicos	1 079	-	-	1 079
Obrigações de outros emissores	3 581	-	-	3 581
4 660	4 660	4 660	4 660	4 660

	(Milhares de Euros)			
	2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações	28	-	-	28
Obrigações de Emissores Públicos	1 002	-	-	1 002
Obrigações de outros emissores	3 855	-	-	3 855
4 885	4 885	4 885	4 885	4 885

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

19 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018			
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	24 950	269	-	25 219
Obrigações de outros emissores	304 189	(4 302)	(2 826)	297 061
Papel comercial	34 522	-	-	34 522
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	879	201	(442)	638
Fundos de investimento	13 105	4 372	(4 282)	13 195
	377 645	540	(7 550)	370 635

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

	(Milhares de Euros)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	25 219	-	-	25 219
Obrigações de outros emissores	48 356	248 705	-	297 061
Papel comercial	-	-	34 522	34 522
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	-	-	638	638
Fundos de investimento	869	-	12 326	13 195
	<u>74 444</u>	<u>248 705</u>	<u>47 486</u>	<u>370 635</u>

	(Milhares de Euros)			
	2017			
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	14 510	83	-	14 593
Obrigações de outros emissores	483 013	8 045	(2 831)	488 227
Papel comercial	25 019	-	-	25 019
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	1 816	163	(1 027)	952
Fundos de investimento	15 556	3 181	(5 305)	13 432
	<u>539 914</u>	<u>11 472</u>	<u>(9 163)</u>	<u>542 223</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

	(Milhares de Euros)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	14 593	-	-	14 593
Obrigações de outros emissores	39 905	448 322	-	488 227
Papel comercial	-	-	25 019	25 019
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	4	-	948	952
Fundos de investimento	261	-	13 171	13 432
	<u>54 763</u>	<u>448 322</u>	<u>39 138</u>	<u>542 223</u>

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem o montante de Euros 267.431.000 relativos a ativos emitidos por partes relacionadas (2017: Euros 481.112.000) (ver nota 31).

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos classificados no nível 3 incluem unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Euros 12.326.000 (2017: Euros 13.171.000), cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Euros 1.232.600 (2017: Euros 1.317.000) no capital próprio (Reserva de justo valor).

Os ativos classificados no nível 3 incluem adicionalmente, papel comercial e ações de várias entidades nos montantes de Euros 34.522.000 (2017: Euros 25.019.000) e Euros 638.000 (2017: Euros 948.000), respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base dados não observáveis de mercado. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto no montante de Euros 3.516.000 (2017: Euros 2.597.000).

20 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2018 são analisados como segue:

	Capital Social	Percentagem de Participação	Valor Balanço	2018		(Milhares de Euros)	
				Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	99,99%	2 375 620	18 927 978	17 312 249	1 615 729	22 450
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	1 200	99,856%	1 331	3 593	467	3 126	111
Bolsímo – Gestão de Ativos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	91 553	46 279	45 274	1 392
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1 000	99,99%	8 795	5 504	3 608	1 896	461
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 535	29	2 506	(93)
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. c)	250	100,00%	8 130	8 144	7 594	550	(168)
Montepio Seguros, SGPS, S.A. Consolidado b)	137 750	89,55%	290 840	1 135 398	1 038 609	96 789	7 057
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	5 010	2 560	2 450	-
Montepio Residência para Estudantes S.A.	500	99,60%	498	664	165	499	(1)
Empreendimentos conjuntos							
IN POSTERUM - ACE	50	50,00%	50	50	-	50	-
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	3 426	504	2 922	1 069
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	17 345	14 116	3 229	(168)
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	2 028	818	1 210	310
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	6 815	2 906	3 909	(1 586)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	311	11	300	4
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.	2 349	21,87%	461	10 577	7 670	2 907	820
				2 740 390			
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				(497 966)			
Montepio Seguros SGPS S.A.				(149 467)			
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.				(7 580)			
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.				(1 494)			
				(656 507)			
				2 083 883			

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo da aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35.000.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo da aquisição desta participação inclui o montante de Euros 170.500.001 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo da aquisição desta participação inclui o montante de Euros 6.625.000 referente a prestações acessórias de capital

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com exceção Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Principais factos ocorridos em 2018

Durante o exercício o MGAM reforçou as prestações acessórias de capital na Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. no valor de Euros 35.000.000, para reforço da margem de solvência desta entidade. Estas prestações acessórias não valem juros nem são exigíveis e poderão ser utilizadas para aumentos de capital.

Em 30 de junho de 2017 foi assinado um memorando de entendimento, entre o MGAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tendo por objetivo estabelecer uma parceria entre as entidades no âmbito do desenvolvimento nacional da economia social, contemplando a possibilidade de uma participação da SCML na CEMG, abrindo caminho para a participação de outras instituições da economia social no capital da CEMG.

Em Dezembro de 2018, o MGAM alienou 158.920 ações da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. ("CEMG"), pelo preço Euros 158.920 a um conjunto de instituições da economia social.

Em 10 de Abril de 2018, foi constituída a sociedade Montepio – Residências para Estudantes, S.A., tendo o MGAM subscrito e realizado 498.000 ações que correspondem a cerca de 99,6% do capital social desta sociedade.

No final de 2018, a Moçambique Companhia de Seguros, S.A., procedeu a um aumento de capital, tendo o MGAM subscrito 160.463 ações pelo preço de Euros 229.233, passando a deter uma participação correspondente a 21,87% do capital social desta entidade. Anteriormente, o MGAM já detinha uma participação nesta entidade na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Durante o ano 2018, as prestações suplementares de capital no montante de Euros 765.000 na sociedade Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. foram convertidas em capital social.

Em 20 de Novembro de 2018 o MGAM, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas, constituiu um ACE denominado IN Posterum ACE, dentendo, cada entidade, 50%.

Em 27 de Julho de 2018, a NEBRA, Energias Renovables, SL foi dissolvida.

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2017 são analisados como segue:

	Capital Social	Percentagem de Participação	Valor Balanço	2017		(Milhares de Euros)	
				Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	100,00%	2 375 778	20 214 849	18 437 840	1 777 009	30 075
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I., S.A.	1 200	99,856%	1 331	5 556	1 086	4 470	1 590
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	94 852	50 970	43 882	1 588
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3 000	99,99%	8 795	6 607	4 452	2 155	167
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 355	19	2 336	200
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. e)	250	100,00%	8 130	11 007	10 290	717	(105)
Montepio Seguros, SGPS, S.A. Consolidado b)	137 750	89,55%	255 840	1 048 967	938 553	109 414	(2 828)
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 726	1 276	2 450	-
				2 705 150			
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	750	26,40%	308	3 509	857	2 652	1 152
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	20 488	17 134	3 354	1 789
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	500	27,00%	97	1 719	819	900	(4)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	7 674	2 939	4 735	(491)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	334	19	315	34
				2 705 150			
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral				(498 000)			
Montepio Seguros SGPS SA				(149 467)			
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.				(7 413)			
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.				(1 352)			
NEBRA, Energias Renovables, SL				(611)			
				(656 843)			
				2 048 307			

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35.000.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 135.500.001 referente a prestações acessórias de capital.

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765.000 referente a prestações acessórias de capital.

e) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 6.625.000 referente a prestações acessórias de capital

Testes de imparidade

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.e), o MGAM procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas. A análise da imparidade foi efetuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas entidades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita, foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efetuadas, o MGAM reconheceu imparidade, líquida de reversões, no exercício de 2018 no montante de Euros 307.000 que inclui constituição de Euros 142.000 relativos à Germont empreendimentos imobiliários S.A., constituição de Euros 167.000 relativos à Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. (2017: Euros 233.413.000 assim distribuídos: constituição de Euros 148.000.000 relativos à CEMG, constituição de Euros 80.167.000 relativos ao Montepio Seguros, SGPS, S.A., constituição de Euros 5.594.000 relativos à Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. e reversão de Euros 348.000 relativos à Germont empreendimentos imobiliários S.A.).

O valor em uso foi determinado para a CEMG e Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com os pressupostos e enquadramento seguidamente descritos.

Caixa Económica Montepio Geral

A CEMG foi uma Instituição Anexa ao MGAM desde 1844, data da sua criação. O Decreto-Lei 190/2015 de 10 de setembro veio alterar o regime jurídico da CEMG o que determinou a sua transformação em Caixa Económica Bancária, com um modelo de governo próprio, órgãos sociais próprios e membros de órgãos sociais em exercício exclusivo de funções. A Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A. é detida a 99,99% pelo MGAM, fazendo parte integrante da sua estratégia para o desenvolvimento da sua atividade associativa e mutualista, porquanto, é o canal de relação privilegiado do MGAM com os seus associados, não se antevendo a possibilidade de dissociar a CEMG do MGAM na relação que esta mantém com os seus associados em toda a cobertura geográfica. Este quadro determina:

- a) a existência de benefícios económico-financeiros e sinergias exclusivos para a MGAM;
- b) a perpetuidade de uma relação de domínio sobre o controlo de gestão da CEMG por parte do MGAM quer por razões históricas e fundacionais, quer por razões estratégicas; e que
- c) não está no horizonte do MGAM a alienação de uma participação financeira da CEMG que ponha em causa o controlo da mesma, conforme descrito no Regime Jurídico das Caixas Económicas.

A CEMG é uma Caixa Económica Bancária, cujas características decorrem da legislação aplicável. De modo a garantir o cumprimento da estratégia definida para o MGAM, que determina a sua manutenção na esfera legislativa que emana do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a participação que o MGAM detém na CEMG não está exposta ao mercado, e o seu capital não está aberto a detentores de capital fora da esfera da Economia Social.

De acordo com a política contabilística definida, para efeitos do teste de imparidade o valor recuperável, foi determinado tendo por base o maior entre o valor de mercado líquido dos custos de venda e o valor em uso. Para efeitos da determinação do "value in use" (valor presente dos futuros *cash flows* que se estima venham a decorrer da sua detenção) da participada CEMG para o MGAM, foi tida em consideração as características descritas e a estratégia seguida e aprovada pela Assembleia Geral de Associados, e que se encontra em vigor.

A CEMG opera no mercado bancário, predominantemente doméstico. As suas características equiparam-se maioritariamente aos "savings banks" (instituições financeiras captadoras de poupança) europeus de natureza cooperativa e mutualista. Para efeitos de análise da CEMG, considerou-se as suas características principais, que são: maior perenidade, menor volatilidade face à volatilidade do mercado em que operam, menor exposição aos mercados financeiros, e maior resiliência a ciclos económicos adversos.

Anualmente efetua-se o estudo da recuperabilidade do investimento efetuado na CEMG. Nos quadros seguintes apresenta-se um resumo dos principais pressupostos utilizados, respeitantes ao plano de negócio, crescimento e taxa de desconto, utilizados nos estudos reportados a 2017 e 2018.

	2017	2018
Percentagem de Participação	100,00%	99,99343%
Resumo dos pressupostos utilizados	<p>Plano de Negócios fornecido pela CEMG, com cash flows estimados para 3 anos, de 2018 a 2020.</p> <p>Estimativa de cash flows para 2021, mantendo a estratégia implícita no Plano de Negócios da CEMG 2018-2020.</p> <p>Crescimento dos cash flows a partir de 2022, inclusive, considerando a previsão de crescimento médio da economia nacional no período pré-crise, de 2,4%, o objetivo de inflação do BCE de 2% e a redução do custo do risco da CEMG, em linha com as melhores práticas de mercado.</p> <p>Consideradas as seguintes limitações à distribuição de resultados: a) dotação de 10% para reservas legais obrigatórias; b) redução de capital para cobertura de prejuízos e resultados transitados negativos; c) rácios Capital Total mínimos legais para a distribuição de dividendos (base individual): de 9,88% em 2018, de 10,625% entre 2019 a 2021 e de 10,5% nos anos seguintes.</p>	<p>Plano de Negócios fornecido pela CEMG, com cash flows estimados para 5 anos, de 2019 a 2023.</p> <p>A partir de 2023 foi considerado o crescimento dos cashflows considerando a previsão de crescimento à taxa de inflação do BCE de 2%.</p> <p>Consideradas as seguintes limitações à distribuição de resultados: a) dotação de 10% para reservas legais obrigatórias; b) redução de capital para cobertura de prejuízos e resultados transitados negativos; c) rácios Capital Total mínimos legais para a distribuição de dividendos (base individual): de 10,63% em 2019, de 10,69%, em 2020, 10,75%, em 2021 e de 10,5% nos anos seguintes.</p>
Principais drivers do plano de negócios	<p>a) Fortalecimento do modelo de negócio, através i) da recuperação do produto bancário core; ii) do redimensionamento da plataforma e melhoria da eficiência; iii) do reforço da gestão do risco; iv) da recuperação e gestão da liquidez e v) da gestão de talentos; b) adequação do capital às necessidades do Grupo, c) consolidação do modelo corporativo.</p>	<p>Plano de transformação que engloba 4 pilares estratégicos de atuação: 1) Proposta de valor e negócio, que visa o crescimento sustentável apoiado em níveis superiores de fidelização e de experiência de cliente tanto em particulares como em empresas; 2) Fortalecimento do balanço, que visa um mix de ativos de alta qualidade, com menor peso do crédito malparado, suportado por uma gestão de risco rigorosa e níveis confortáveis de liquidez; 3) Organização simplificada com modelo de trabalho mais ágil, suportada por um modelo de incentivos meritocrático e uma gestão de talentos eficaz; 4) Suporte, que visa o desenvolvimento de processos lean, maior investimento em tecnologia e aceleração da transformação digital nas áreas comerciais e de suporte.</p>
Principais pressupostos de crescimento	<p>Abordagem em 3 etapas: a primeira etapa baseia-se no Plano de Negócios da CEMG, a segunda etapa considera a estabilização do crescimento dos cash flows, em linha com as projeções, convergindo para o crescimento na perpetuidade e a terceira etapa considera o desempenho em velocidade cruzeiro, com uma perpetuidade crescente de 2%.</p>	<p>Abordagem em 2 etapas: a primeira etapa baseia-se no Plano de Negócios da CEMG, a segunda etapa considera o desempenho em velocidade cruzeiro, com uma perpetuidade crescente de 2%.</p>

As taxas de desconto utilizadas para efeitos do referido teste de imparidade nos últimos 2 anos são como segue:

Taxas de desconto	Mínima	Máxima
	8,85%	10,88%
2017	8,85%	10,88%
2018	9,43%	10,67%

A determinação do valor actual dos cash-flows futuros da CEMG, incorporou os rácios mínimos regulamentares de Capital Total, incorporando o aumento do capital ocorrido em 30 de junho de 2017, no montante de 250 milhões de euros, bem como o aumento dos passivos subordinados ocorrido em 27 de Dezembro de 2018, no montante de 50 milhões de euros.

Confirmando a evolução positiva da CEMG, em 2018 face a 2017, a Fitch Rating, em 24 de janeiro de 2018, reviu em alta a notação das obrigações hipotecárias emitidas pela CEMG de "A+" para "AA-" com perspetiva estável. Esta revisão teve subjacente o upgrade da notação de risco de longo prazo (Long Term IDR – Issuer Default Rating) da CEMG de "B" para "B+" ocorrida em 21 de dezembro de 2017, decorrente do reconhecimento que a agência de rating fez sobre os progressos da instituição e melhoria dos seus indicadores fundamentais.

Em 16 de outubro de 2018 a Moody's, através de comunicado, anunciou a melhoria da notação de risco de longo prazo da CEMG de "em desenvolvimento" (developing) para "positiva" (positive) refletindo a expectativa da agência de que a execução do Plano de Transformação da CEMG fortalecerá os seus indicadores de solidez financeira. Adicionalmente, a agência subiu o Long-term Counterparty Risk Rating de "B2" para "B1".

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados, mais relevantes na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

		(milhares de euros)	
		Caixa Económica - Montepio Geral	
		Taxa de desconto	
		9,43%	10,67%
Taxa de crescimento (g)	1,75%	1 881 982	1 574 746
	2,00%	1 913 791	1 594 542

Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.

A imparidade da Montepio Seguros foi determinada tendo por base o valor atribuível às participações detidas nas empresas: i) Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.; ii) Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.; iii) N-Seguros, S.A.; e iv) Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Relativamente à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., o valor foi determinado tendo por base o Valor Intrínseco (*Embedded Value*) adicionado do valor de negócio futuro (*goodwill*) (relativamente ao negócio futuro foi utilizada uma taxa de desconto de 11,06% em 2018 e de 10,57% em 2017). O Valor Intrínseco corresponde ao somatório do seu *Net asset value* adicionado do value in force da carteira incluindo o custo de opções e garantias, sendo que neste último a margem é calculada com base nos requisitos de capital definidos no âmbito do Solvência II.

Relativamente às restantes entidades, o valor foi determinado considerando: (i) o plano de negócios aprovado pela gestão para o período de 2019 a 2022), (ii) taxa de desconto entre 8,96% e 10,32% (2017: entre 8,71% e 10,13%), (iii) níveis de solvência II exigidos para a atividade seguradora de 100%, e, (iv) crescimento na perpetuidade 1,75% (2017: 1,85%).

A análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados, na determinação dos valores de imparidade, é analisada como segue:

		(milhares de euros)	
		Montepio Seguros, SGPS, S.A.	
		Taxa de desconto	
		-1,00%	1,00%
Taxa de crescimento (g)	-0,25%	151 971	137 508
	0,25%	154 964	139 230

A verificação dos pressupostos utilizados e evolução das condições macroeconómicas e do mercado poderão traduzir-se na alteração destes mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das subsidiárias.

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e rendimento das suas participações financeiras e do seu plano de actividades no futuro.

21 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2018 e 2017, são analisados como segue:

						(Milhares de Euros)
	2018					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento	254 009	14 168	(5 444)	23 613	20 279	306 625
	<u>254 009</u>	<u>14 168</u>	<u>(5 444)</u>	<u>23 613</u>	<u>20 279</u>	<u>306 625</u>

						(Milhares de Euros)
	2017					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento	269 711	6 341	(12 760)	(17 644)	8 361	254 009
	<u>269 711</u>	<u>6 341</u>	<u>(12 760)</u>	<u>(17 644)</u>	<u>8 361</u>	<u>254 009</u>

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

			(Milhares de Euros)
	2018	2017	
Rendimentos			
	13 118	11 907	
	<u>13 118</u>	<u>11 907</u>	
Despesas de manutenção e conservação			
	1 458	2 279	
	<u>1 458</u>	<u>2 279</u>	

22 ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	6 330	6 301
Outros Ativos Fixos Tangíveis	30 903	56 156
Terrenos	8 965	32 688
<i>Edifícios e outras construções</i>	18 719	20 430
<i>Equipamento Básico</i>	204	204
<i>Equipamento de transporte</i>	239	239
<i>Equipamento Administrativo</i>	996	864
Obras em imóveis arrendados	1 659	1 659
Outros	121	72
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	153	34
	<u>37 386</u>	<u>62 491</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(718)	(706)
Relativas a exercícios anteriores	(1 518)	(857)
	<u>(2 236)</u>	<u>(1 563)</u>
Imparidade		
Terrenos	(80)	(80)
	<u>(80)</u>	<u>(80)</u>
	<u>35 070</u>	<u>60 848</u>

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2018, são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 301	29	-	-	6 330
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 156	183	2 737	22 699	30 903
Terrenos	32 688	-	1 024	22 699	8 965
<i>Edifícios e outras construções</i>	20 430	-	1 711	-	18 719
<i>Equipamento Básico</i>	204	-	-	-	204
<i>Equipamento de transporte</i>	239	-	-	-	239
<i>Equipamento Administrativo</i>	864	134	2	-	996
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	72	49	-	-	121
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	34	119	-	-	153
	<u>62 491</u>	<u>331</u>	<u>2 737</u>	<u>22 699</u>	<u>37 386</u>
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(327)	(296)	(43)	-	(580)
<i>Edifícios e outras construções</i>	(147)	(36)	-	-	(183)
<i>Equipamento Básico</i>	(37)	(61)	-	-	(98)
<i>Equipamento de transporte</i>	(538)	(141)	(1)	-	(678)
<i>Equipamento Administrativo</i>	(514)	(166)	(1)	-	(679)
Obras em imóveis arrendados	-	(18)	-	-	(18)
	<u>(1 563)</u>	<u>(718)</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>(2 236)</u>
Imparidade					
Terrenos	(80)	-	-	-	(80)
	<u>(80)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>
Valor de balanço	60 848	(387)	2 692	22 699	35 070

	(Milhares de Euros)				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	1 024	5 277	-	-	6 301
Outros Ativos Fixos Tangíveis	38 329	303	85	17 609	56 156
Terrenos	32 688	-	-	-	32 688
Edifícios e outras construções	2 821	-	-	17 609	20 430
Equipamento Básico	204	-	-	-	204
Equipamento de transporte	124	200	85	-	239
Equipamento Administrativo	833	31	-	-	864
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	-	72	-	-	72
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	34	-	-	34
	<u>39 353</u>	<u>5 614</u>	<u>85</u>	<u>17 609</u>	<u>62 491</u>
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis					
Edifícios e outras construções	(21)	(306)	-	-	(327)
Equipamento Básico	(106)	(41)	-	-	(147)
Equipamento de transporte	(38)	(40)	(41)	-	(37)
Equipamento Administrativo	(388)	(150)	-	-	(538)
Obras em imóveis arrendados	(345)	(169)	-	-	(514)
	<u>(898)</u>	<u>(706)</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(1 563)</u>
Imparidade					
Terrenos	(80)	-	-	-	(80)
	<u>(80)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>
Valor de balanço	<u>38 375</u>	<u>4 908</u>	<u>44</u>	<u>17 609</u>	<u>60 848</u>

Durante o exercício de 2018, o MGAM procedeu à transferência de um imóvel de uso próprio incluído na rubrica Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimento no valor de Euros 23.613.000 (ver nota 21). De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na IAS 16, o referido imóvel foi reavaliado tendo a variação de justo valor sido registada por contrapartida de reservas, no valor de Euros 914.000

23 IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES

Tal como referido na nota 1.a) bases de apresentação, o MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respectivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a consequente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, teve impacto no exercício económico de 2017. Nessa base, de acordo o IAS 12 Impostos sobre o rendimento e tal como descrito na política contabilística 1.p), o MGAM procedeu ao reconhecimento dos ativos e passivos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017 como segue:

	(Milhares de Euros)				
	Activo	Passivo	Líquido	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas
Provisões matemáticas					
	768 768	-	768 768	146 250	-
Imparidades	1 967	-	1 967	(843)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(138)	(138)	-	3 324
Propriedades de investimento e amortizações	-	(23 823)	(23 823)	(1 456)	(118)
Benefícios pós emprego	2 790	-	2 790	(492)	-
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	(135 055)	-
	<u>840 731</u>	<u>(23 961)</u>	<u>816 770</u>	<u>8 404</u>	<u>3 206</u>
					11 610

	2017					(Milhares de Euros)
	Activo	Passivo	Líquido	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Provisões matemáticas	622 518	-	622 518	622 518	-	622 518
Imparidades	2 810	-	2 810	2 810	-	2 810
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(3 462)	(3 462)	-	(3 462)	(3 462)
Propriedades de investimento e amortizações	-	(22 250)	(22 250)	(22 250)	-	(22 250)
Benefícios pós emprego	3 282	-	3 282	3 282	-	3 282
Reporte de prejuízos fiscais	202 261	-	202 261	202 261	-	202 261
	<u>830 871</u>	<u>(25 712)</u>	<u>805 159</u>	<u>808 621</u>	<u>(3 462)</u>	<u>805 159</u>

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira ("AT"), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respectivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

No mesmo sentido, o MGAM considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma actividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das actividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2018, e em função de (i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2019 e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, o MGAM utilizou a taxa (taxa base e derramas) no cálculo de impostos diferidos, de 25,6% associada a diferenças temporárias e 21% em relação ao reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos. Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.p), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do MGAM têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2019-2028, aprovadas pelo Conselho de Administração e que foram preparadas no quadro da elaboração do último Plano e "Linhos de Orientação Estratégicas" aprovadas pelo Conselho Geral em 11 de Dezembro de 2018. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto macroeconómico, socio-demográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a concretização das metas e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socio-económicos e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efectuado o MGAM não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados ao reporte de prejuízos fiscais no montante aproximado de Euros 174.827.000 (reporte de prejuízos de Euros 832.510.000), cuja caducidade é como segue:

Ano de caducidade	(Milhares de Euros)	
	2018	
2022	74 865	
2023	42 207	
2027	38 884	
2028	18 871	
	<u>174 827</u>	

Em 31 de Dezembro de 2017, com base no exercício efectuado, o MGAM não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados a diferenças temporárias no montante aproximado de Euros 330.000.000.

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
2022	-	74 981
2027	67 206	105 701
2028	-	21 579
	<u>67 206</u>	<u>202 261</u>

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

	2018		(Milhares de Euros)	
	%	Valor	2017	Valor
Resultado antes de impostos	21	(6 579)	21	(220 977)
Imposto apurado com base na taxa nominal vigente		1 382		46 405
Benefícios fiscais		87		83
Efeito da dupla tributação		352		90
Tributações autónomas		(191)		(90)
Outras diferenças permanentes (*)		10 626		(43 648)
Efeito da alteração da taxa de imposto		(48 774)		-
Reporte de prejuízos fiscais não reconhecido do exercício		(42 207)		-
Impostos diferidos não reconhecidos / despreconhecidos anteriormente		86 938		805 691
Imposto do exercício		<u>8 213</u>		<u>808 531</u>

(*) relativo maioritariamente a imparidade nas subsidiárias e diferenças entre valias contabilísticas e fiscais

24 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

A rubrica Outros ativos é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Estado e outros entes públicos	216	-
Associados c/ Quotas	349	396
Devedores diversos	7 758	8 226
Empréstimos de financiamento	7 087	7 015
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	335	-
	<u>15 745</u>	<u>15 637</u>
Imparidade para outros ativos	(394)	(692)
	<u>15 351</u>	<u>14 945</u>

A análise dos Outros ativos por maturidade, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	(Milhares de Euros)				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	216	-	-	-	216
Associados	349	-	-	-	349
Devedores diversos	7 758	-	-	-	7 758
Empréstimos de financiamento	-	23	562	6 502	7 087
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	335	-	-	-	335
	<u>8 658</u>	<u>23</u>	<u>562</u>	<u>6 502</u>	<u>15 745</u>

	(Milhares de Euros)				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Associados	396	-	-	-	396
Devedores diversos	253	7 696	-	277	8 226
Empréstimos de financiamento	-	173	658	6 184	7 015
	<u>649</u>	<u>7 869</u>	<u>658</u>	<u>6 461</u>	<u>15 637</u>

A rubrica Outros passivos é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Fornecedores	4 072	1 733
Estado e outros entes públicos	984	1 485
Beneficiários	6 011	4 742
Credores por acréscimos de gastos	3 149	2 682
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	-	661
Credores diversos	4 104	3 161
	<u>18 320</u>	<u>14 464</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a maturidade dos Outros passivos acima referidos é inferior a 3 meses, excepto o passivo por benefícios pós-emprego.

25 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Conforme referido na nota 1 I), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A. ("CEMG") que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2018	2017
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	1,75%	1,75%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2018	2017
Ativos	5	5
Reformados e sobreviventes	3	3
	<hr/> 8	<hr/> 8

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	5 652	5 381
Reformados	5 019	5 282
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	225	205
Responsabilidades com subsídio por morte		
Ativos	2	3
Reformados	-	3
Total das responsabilidades	<u>10 898</u>	<u>10 874</u>
 Coberturas		
Valor dos fundo	<u>11 233</u>	<u>10 213</u>
Ativos/ (passivos) líquidos em Balanço (ver nota 24)	<u>335</u>	<u>(661)</u>
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(805)</u>	<u>(410)</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

	2018				2017				(Milhares de Euros)
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	
Responsabilidades no início do exercício	10 664	204	6	10 874	9 761	186	5	9 952	
Custo do serviço corrente	1 137	-	-	1 137	1 050	-	-	1 050	
Custo dos juros	186	5	-	191	171	3	-	174	
(Ganhos) e perdas atuariais	(911)	16	(4)	(899)	87	15	1	103	
Pagamentos	(405)	-	-	(405)	(405)	-	-	(405)	
Responsabilidades no fim do exercício	<u>10 671</u>	<u>225</u>	<u>2</u>	<u>10 898</u>	<u>10 664</u>	<u>204</u>	<u>6</u>	<u>10 874</u>	

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Saldos do fundo no início do exercício	10 213	9 400
Contribuição	1 750	552
Rendimento esperado do fundo	179	165
Ganhos e (perdas) atuariais	(504)	501
Pagamentos	(405)	(405)
Saldos do fundo no fim do exercício	<u>11 233</u>	<u>10 213</u>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Aplicação em bancos e outras	890	156
Obrigações	7 522	6 960
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 734	3 005
Imóveis	87	92
	11 233	10 213

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio e outras aplicações são detalhados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Aplicação em bancos e outras	890	156
Imóveis	87	92
Obrigações	35	31
	1 012	279

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Desvios atuariais no início do exercício	(410)	(12)
(Ganhos) e perdas atuariais		
nas responsabilidades	(899)	103
nos ativos do plano	504	(501)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(805)	(410)

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Custo do serviço corrente	1 137	1 050
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	12	9
Custo do exercício	1 149	1 059

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
No início do exercício	(661)	(552)
Contribuição	1 750	552
Custo do serviço corrente	(1 137)	(1 050)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(12)	(9)
Ganhos e (perdas) atuariais e financeiros	395	398
No final do exercício	335	(661)

Em 31 de dezembro de 2018, a duração das responsabilidades ascende a cerca de 10 anos (2017: 15 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Impacto nas alterações dos pressupostos financeiros responsabilidades			
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	246	(237)	294	(282)
Taxa de crescimento salarial	(15)	15	(46)	46
Taxa de crescimento das pensões	(226)	233	(241)	249
Contribuição SAMS	(9)	9	(16)	16
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Impacto nas alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades			
	-1%	1%	-1%	1%
Mortalidade	480	(488)	496	(487)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

26 OUTRAS PROVISÕES

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018			
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização
Processos Judiciais em curso	304	314	(181)	(58)
Provisões Ambientais	1 800	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	2 104	314	(181)	(58)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(Milhares de Euros)			
	2017			
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização
Processos Judiciais em curso	460	59	(212)	(3)
Responsabilidades com subsidiárias	3 312	-	(3 312)	-
Provisões Ambientais	1 800	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	5 572	59	(3 524)	(3)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

27 PROVISÕES TÉCNICAS

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- a) **Provisões matemáticas** - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 m).
- b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

	(Milhares de Euros)		
	2018		
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 081 052	-	1 081 052
Capitais de reforma prazo certo	1 208 438	-	1 208 438
Poupança reforma	84 245	-	84 245
Modalidades Coletivas	3 916	-	3 916
	2 377 651	-	2 377 651
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	14 905	21 262	36 167
Capitais de previdência diferidos com opção	283 523	956	284 479
Pensões de reforma	162 618	20 644	183 262
Capitais para jovens	50 042	471	50 513
Pensões de sobrevivência e dotes	7 555	14 917	22 472
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	27 451	-	27 451
Outros	19 665	1 340	21 005
	565 759	59 590	625 349
	2 943 410	59 590	3 003 000

(Milhares de Euros)

2017		
Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Capitais de reforma / Poupança Complementar	1 053 017	- 1 053 017
Capitais de reforma prazo certo	1 391 100	- 1 391 100
Poupança reforma	79 543	- 79 543
Modalidades Coletivas	9 015	- 9 015
	2 532 675	- 2 532 675

Modalidades de capitalização

Capitais de reforma / Poupança Complementar	1 053 017	-	1 053 017
Capitais de reforma prazo certo	1 391 100	-	1 391 100
Poupança reforma	79 543	-	79 543
Modalidades Coletivas	9 015	-	9 015
	2 532 675	-	2 532 675

Modalidades atuariais

Capitais de previdência	14 545	21 680	36 225
Capitais de previdência diferidos com opção	283 164	1 313	284 477
Pensões de reforma	157 293	21 348	178 641
Capitais para jovens	50 758	655	51 413
Pensões de sobrevivência e dotes	7 548	15 455	23 003
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	27 289	-	27 289
Outros	20 597	1 413	22 010
	561 194	61 864	623 058
	3 093 869	61 864	3 155 733

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

2018		
Modalidades de subscrição aberta	Tábuas de Mortalidade e/ou Tábuas de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TD 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	TD 99/01	3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábuas de Mortalidade e/ou Tábuas de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% e 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4% e 6%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevidência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Pensões de Sobrevidência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

Rendas Vitalícias	Tábuas de Mortalidade e/ou Tábuas de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Rendas Vitalícias - 3%	TV 99/01	3%

Rendas Temporárias	Tábuas de Mortalidade e/ou Tábuas de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias - 3%	TV 88/90	3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0% e 6% (2017: 0% e 5,25%), sendo a taxa média garantida destas modalidades de 0,92% (2017: média de 1,42%).

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 116.466.000 (2017: Euros 114.431.000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 m). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2018 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,16% e 3% (2017: 1% e 3%). Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados, nomeadamente a alteração das tábuas de mortalidade, face à realidade atual em termos de esperança de vida.

28 FUNDOS PRÓPRIOS E EXCEDENTES TÉCNICOS

Os **Fundos próprios** ascendem a Euros 47.319.000 e são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros (2017: Euros 34.708.000)

Os **Excedentes técnicos** ascendem a Euros 22.432.000 e são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor (2017: Euros 30.953.000).

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações no capital próprio.

29 RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	540	11 472
Impostos diferidos	(138)	(3 462)
	<u>402</u>	<u>8 010</u>
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	679 660	76 223
Reservas de reavaliação de ativos fixos tangíveis	914	-
Impostos diferidos	(118)	-
Outras reservas e resultados transitados	805	37 288
	<u>681 261</u>	<u>113 511</u>

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2017, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efectuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível para cobertura: (i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades de capitalização no montante de Euros 36.878.000 através do recurso à reserva de estabilização; (ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Euros 13.618.000 através dos excedentes técnicos, (iii) do saldo negativo do Fundo de benefício de solidariedade associativa, Fundo Bolsa de Estudo e do Fundo Montepio Egianense no montante de Euros 399.000 por recurso ao seu Fundo próprio e, (iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Euros 185.599.000 por recurso à reserva geral.

Em 30 de Março de 2018, para além da dotação da Reserva Geral, foi aprovada a reposição a esta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, o montante de Euros 24.000 (2017: Euros 5.307.000).

Tendo em consideração os recursos acima referidos e os resultados do exercício, a Associação deliberou a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades o montante de Euros 810.586.000, dotação aos fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos o montante de Euros 13.010.000, dotação aos excedentes técnicos Euros 453.000.

No decurso do exercício de 2018, a Associação decidiu recorrer à reserva legal, tendo capitalizado directamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 16.613.000.

Para assegurar a totalidade das responsabilidades das séries da Modalidade Capital Certo, reembolsadas durante o ano de 2018, foi necessário recorrer ao Fundo de Reserva Geral, no montante de Euros 4.668.000.

No decurso do exercício de 2017, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 12.486.000.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 f).

No decurso do exercício 2018, a Associação por encerramento das treze séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2011 e vencidas no ano de 2016, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries foi aprovada a transferência do montante de Euros 714.000 para o Fundo de Reserva Legal.

Durante o exercício de 2018, o MGAM procedeu à transferência de um imóvel de uso próprio incluído na rubrica Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimento no valor de Euros 23.613.000 (ver nota 21). De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na IAS 16, o referido imóvel foi reavaliado tendo a variação de justo valor sido registada por contrapartida de reservas, no valor de Euros 914.000, Euros 796.000 líquido de imposto diferido.

A movimentação durante o exercício de 2018 desta rubrica é analisada conforme segue:

	(Milhares de Euros)				
	2018				
	Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	83	250	(64)	-	269
Obrigações de outros emissores	<u>8 045</u>	<u>(9 807)</u>	<u>(2 540)</u>	<u>-</u>	<u>(4 302)</u>
	<u>8 128</u>	<u>(9 557)</u>	<u>(2 604)</u>	<u>-</u>	<u>(4 033)</u>
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	163	135	20	(115)	203
Fundos de investimento	<u>3 181</u>	<u>1 772</u>	<u>(184)</u>	<u>(399)</u>	<u>4 370</u>
	<u>3 344</u>	<u>1 907</u>	<u>(164)</u>	<u>(514)</u>	<u>4 573</u>
	<u>11 472</u>	<u>(7 650)</u>	<u>(2 768)</u>	<u>(514)</u>	<u>540</u>

A movimentação durante o exercício de 2017 desta rubrica é analisada conforme segue:

	2017				(Milhares de Euros)
	Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(2 423)	1 906	600	-	83
Obrigações de outros emissores	(4 718)	14 637	(1 843)	(31)	8 045
	<u>(7 141)</u>	<u>16 543</u>	<u>(1 243)</u>	<u>(31)</u>	<u>8 128</u>
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	238	28	(100)	(3)	163
Fundos de investimento	3 933	373	(1 053)	(72)	3 181
	<u>4 171</u>	<u>401</u>	<u>(1 153)</u>	<u>(75)</u>	<u>3 344</u>
	<u>(2 970)</u>	<u>16 944</u>	<u>(2 396)</u>	<u>(106)</u>	<u>11 472</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(Milhares de Euros)	
	2018	2017
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	377 645	539 914
Imparidade acumulada reconhecida	<u>(7 550)</u>	<u>(9 163)</u>
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	370 095	530 751
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>370 635</u>	<u>542 223</u>
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>540</u>	<u>11 472</u>

30 JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2018		2017	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	27 712	27 712	35 439	35 439
Aplicações em instituições de crédito	1	110 760	110 587	181 628	181 279
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	15 351	15 351	14 945	14 945
		<u>153 823</u>	<u>153 650</u>	<u>232 012</u>	<u>231 663</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	<u>18 320</u>	<u>18 320</u>	<u>14 464</u>	<u>14 464</u>

31 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Geral. Para além dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Geral foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

Conselho de Administração do MGAM (Após 3 de janeiro de 2019)

António Tomas Correia
Carlos Vcente Morais Beato
Virgílio Manuel Boavista Lima
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luis Gabriel Moreira Maia Almeida

Conselho de Administração do MGAM (Até 3 de janeiro de 2019)

António Tomas Correia
Carlos Vcente Morais Beato
Fernando Ribeiro Mendes
Virgílio Manuel Boavista Lima
Miguel Alexandre Teixeira Coelho

Conselho Geral Atual (Após 3 de janeiro de 2019)

Maria de Belém Roseira Coelho Henriques de Pina
Alípio Barrosa Pereira Dias
Alberto José dos Santos Ramalheira
João António Morais da Costa Pinto
Viriato Monteiro da Silva
Alfredo Jorge Alves Gomes de Sá
Carlos Manuel Melo Gomes Areal
Manuel dos Santos Caseirão
António Fernando Menezes Rodrigues
Manuel Rogério Dias Ferreira
Luis Manuel dos Santos Silva Patrão
Gonçalo Nuno Caetano Alves
Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
Ana Paula de Jesus Harfouche
Isabel Margarida Carvalho Simões Cidrais Guimarães

Conselho Geral Atual (Até 3 de janeiro de 2019)

Maria Manuela da Silva
António Gonçalves Ribeiro
Amadeu Ferreira de Paiva
José de Almeida Serra
Viriato Monteiro da Silva
Alberto José dos Santos Ramalheira
Alfredo Jorge Alves Gomes de Sá
António Guimarães Pimenta
Margarida Maria Simões Chagas Lopes
Manuel Duarte Cardoso Martins
Carlos Manuel Melo Gomes Areal
Maria Eduarda da Silva Soares Ribeiro
Manuel dos Santos Caseirão
Isabel Margarida Carvalho Simões Cidrais Guimarães
António Mendes de Almeida

Subsidiárias do MGAM

Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.
Bolsísmo – Gestão de Activos, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE
Montepio Residência de Estudantes S.A.

Empreendimentos conjuntos do MGAM

In Postérum - ACE

Associadas do MGAM

Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.
NEBRA, Energias Renováveis, SL
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Outras partes relacionadas

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
N Seguros, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
HTA - Hotéis, Turisme e Animação dos Açores, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Clínica CUF Belém, S.A.
SSagincentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis,
Valor Prime Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (anteriormente
designado Finipredial)
Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
Montepio Arrendamento II - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
Montepio Arrendamento III - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
PEF - Portugal Estates Fund
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
(FEIIA)
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
CESource, ACE
Casa da Sorte - Organização Nogueira da Silva, Lda
Pataca da Sorte - Bingos e Animação Unipessoal, Lda
Herdeiros de Manuel Martins Travassos, Lda
Augusto da Silva Carvalho, Lda
Binganimus - Bingos e Animação, S.A.
Carlos Augusto Lança & Filhos, Lda
Torre da Sorte, Lda
Fundação Montepio Geral

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração dos órgãos de gestão diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 25.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com o fundo de pensões. A contribuição para o fundo de pensões foi efetuada em dinheiro.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos e passivos detidos pelo MGAM com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

Empresas	(Milhares de Euros)			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem	27 712	-	20	1
Depósitos a prazo	110 537	-	1 130	4
Ativos financeiros disponíveis para venda	176 155	-	9 985	-
Outros passivos	-	1 855	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	9 276
Prestação de serviços	-	-	-	559
Comissões de custódia	-	-	-	17
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	2 351	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	27 322	-	1 609	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	14	-
Seguros pagos	-	-	-	43
Outros passivos	-	1	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	30	-
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.				
Outros passivos	-	3	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	11	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	301	-	-
Gastos suportados	-	-	-	956
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	289	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	45 186	-	1 365	-
Outros passivos	-	5	59	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.				
Cedência de pessoal	-	-	-	34
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	20	-
Outros ativos	4	-	-	-
Outros passivos	-	8	-	-
Montepio Seguros SGPS SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda	18 768	-	1 106	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Cedência de pessoal	-	-	-	17
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	3 776	-
Outros ativos	47	-	-	-
Outros passivos	-	51	-	-
Montepio Residência de Estudantes, S.A.				
Outros ativos	67	-	-	-
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	-	1 476	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	198	-
Clinica Santa Maria de Belém	-	-	99	-
Fundação Montepio Geral	-	-	-	1 000
	405 798	2 224	23 538	11 907

Em 30 de maio de 2018, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. emitiu Euros 10 milhões de obrigações subordinadas com uma taxa de juro de 10%. Em 31 de dezembro de 2018, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. emitiu Euros 5 milhões de obrigações subordinadas com uma taxa de juro de 10%. Ambas as emissões foram subscritas pelo MGAM.

Em 27 de dezembro de 2018, a CEMG emitiu um empréstimo subordinado de Euros 50 milhões com uma taxa de juro de 8% subscrito integralmente pelo MGAM.

Empresas	(Milhares de Euros)			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem	35 393	-	53	-
Depósitos a prazo	181 029	-	1 567	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	81	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	393 873	-	3 234	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	31 371	-
Outros passivos	-	1 256	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	9 308
Prestação de serviços	-	-	-	3 073
Comissões de custódia	-	-	-	10
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	2 512	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 851	-	1 015	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	62
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 959	-	104	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	285	-	-
Gastos suportados	-	-	-	949
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	287	-
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	49 734	-	925	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	451	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.				
Outros passivos	-	9	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	61
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	-	-	-	280
Montepio Seguros SGPS SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 695	-	369	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	740	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Outros passivos	-	4	-	-
Cedência de pessoal	-	-	-	23
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	-	-	3 296	-
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I., S.A.	-	-	270	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	158	-
Fundação Montepio Geral				
	697 534	1 554	46 448	1 000
				14 766

Durante o exercício de 2017, o MGAM adquiriu à Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. ativos de valor patrimonial com significado histórico e artístico, no montante de Euros 5.276.000.

Durante o exercício de 2017 a CEMG adquiriu ao MGAM títulos de dívida, no valor global de Euros 384.350.000.

32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos que mereçam relevância de divulgação.

33 GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de riscos do Montepio - Geral Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objecto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral - Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a optimizar a rendibilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflecte a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(10 579)	-	(10 395)
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(327)	(327)	(353)	(353)
	<u>(327)</u>	<u>(10 906)</u>	<u>(353)</u>	<u>(10 748)</u>
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	10 808	-	10 762
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	348	348	372	372
	<u>348</u>	<u>11 156</u>	<u>372</u>	<u>11 134</u>

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado mobiliário +10%				
Ações	-	88	3	98
Fundos de investimento	-	1 311	-	1 343
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	-	1 399	3	1 441
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(39)	(88)	(40)	(98)
Fundos de investimento	(66)	(1 311)	(134)	(1 343)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(105)	(1 399)	(174)	(1 441)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado imobiliário +10%				
Ativos tangíveis	-	-	-	-
Propriedades de investimento	30 662	30 662	25 401	25 401
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	30 662	30 662	25 401	25 401
Mercado imobiliário -10%				
Ativos tangíveis	-	-	-	-
Propriedades de investimento	(30 662)	(30 662)	(25 401)	(25 401)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(30 662)	(30 662)	(25 401)	(25 401)

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade do MGAM não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os associados e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, o MGAM elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado às suas necessidades/excedentes.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros, participações financeiras e responsabilidades decorrentes das modalidades é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)						
2018						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Disponibilidades em instituições de crédito	27 712	-	-	-	-	27 712
Aplicações em instituições de crédito	23 910	86 677	-	-	-	110 587
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 660	-	4 660
Ativos financeiros disponíveis para venda	137 095	39 763	44 841	135 102	13 834	370 635
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	2 083 883	2 083 883
	188 717	126 440	44 841	139 762	2 097 717	2 597 477
Passivos						
Modalidades atuariais	6 739	19 814	93 839	223 322	281 637	625 351
Modalidades capitalização	79 676	232 829	776 065	119 869	1 169 210	2 377 649
	86 415	252 643	869 904	343 191	1 450 847	3 003 000
(Milhares de Euros)						
2017						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Disponibilidades em instituições de crédito	35 439	-	-	-	-	35 439
Aplicações em instituições de crédito	209	178 682	2 388	-	-	181 279
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 857	28	4 885
Ativos financeiros disponíveis para venda	112 286	178 596	176 580	60 377	14 384	542 223
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	2 048 307	2 048 307
	147 934	357 278	178 968	65 234	2 062 719	2 812 133
Passivos						
Modalidades atuariais	7 023	19 260	89 092	229 860	277 822	623 057
Modalidades capitalização	95 746	266 291	910 614	118 449	1 141 576	2 532 676
	102 769	285 551	999 706	348 309	1 419 398	3 155 733

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas. Adicionalmente as modalidades de capitalização com prazo indeterminado correspondem a produtos de poupança reforma sem maturidade definida, susceptível de serem resgatáveis à vista.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral - Associação Mutualista é efectuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspectiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo incluindo os resultados do rendimento das suas participações financeiras, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura optimizar ao máximo a rendibilidade dos ativos.

Risco de crédito

A repartição por sectores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2018 e 2017, encontra-se apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)		
	2018		
Setor de atividade	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	987	5 309	-
Atividades financeiras	-	231 735	(2 677)
Atividades imobiliárias	-	54 259	(1 440)
Administração e serviços públicos	1 079	25 218	-
Construção e obras públicas	-	2 136	-
Eletrociade, gás e água	947	5 804	-
Refinaria de Petróleo	-	6 163	(431)
Indústria	1 263	21 045	-
Retalho	-	4 424	-
Transportes	384	4 496	-
Outras Atividades de Serviços Coletivos	-	4 204	-
Outros	-	13 392	(3 002)
Total	4 660	378 185	(7 550)

	(Milhares de Euros)		
	2017		
Setor de atividade	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	-	1 648	-
Atividades financeiras	-	441 226	(3 103)
Atividades imobiliárias	-	58 668	(2 439)
Administração e serviços públicos	1 002	14 593	-
Construção e obras públicas	-	1 953	-
Eletrociade, gás e água	-	2 836	(164)
Refinaria de Petróleo	-	1 070	-
Indústria	2 965	8 939	-
Retalho	298	2 973	-
Transportes	592	-	-
Outras Atividades de Serviços Coletivos	28	4 978	(431)
Outros	-	12 502	(3 026)
Total	4 885	551 386	(9 163)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

		(Milhares de Euros)		
		2018		
Zona geográfica	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda		Imparidade
		Valor bruto	Valor bruto	
Zona Euro				
Portugal	1 079	329 391	(5 862)	
Espanha	987	7 030	-	
Itália	947	10 038	(1 497)	
Austria	384	1 170	(180)	
Alemanha	-	1 477	-	
França	1 263	10 885	-	
Luxemburgo	-	456	-	
Suécia	-	1 031	-	
Bélgica	-	36	(11)	
Irlanda	-	2 005	-	
Outros	-	1 457	-	
Outros Países				
Reino Unido	-	2 271	-	
Brasil	-	1 630	-	
Estados Unidos	-	6 513	-	
Outros	-	2 795	-	
Total	4 660	378 185	(7 550)	
		(Milhares de Euros)		
		2017		
Zona geográfica	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda		Imparidade
		Valor bruto	Valor bruto	
Zona Euro				
Portugal	28	523 280	(6 936)	
Espanha	496	2 573	(164)	
Itália	506	4 484	(1 497)	
Austria	-	1 480	-	
Alemanha	394	184	(184)	
França	1 968	7 162	-	
Holanda	-	3 148	-	
Luxemburgo	992	1 568	-	
Suécia	203	1 033	-	
Bélgica	-	37	(11)	
Irlanda	-	1 069	-	
Outros Países				
Reino Unido	-	1 029	-	
Estados Unidos	298	2 035	-	
Outros	-	2 304	(371)	
Total	4 885	551 386	(9 163)	

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

		(Milhares de Euros)		
		2018		
		Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Rating		Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
A-		981	5 007	-
BBB+		1 332	3 166	-
BBB		-	6 205	-
BBB-		2 347	31 679	-
<BBB-		-	194 809	-
N.R.		-	84 240	(2 826)
Total		4 660	325 106	(2 826)

		(Milhares de Euros)		
		2017		
		Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Rating		Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
A+		198	-	-
A-		1 474	1 966	-
BBB+		692	3 549	-
BBB		1 002	-	-
BBB-		296	16 812	-
<BBB-		1 195	408 249	-
N.R.		-	75 075	(2 831)
Total		4 857	505 651	(2 831)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	52 926	52 926	53 126	53 126
Modalidades de capitalização	(4 310)	(4 310)	(4 261)	(4 261)
	48 616	48 616	48 865	48 865
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(64 380)	(64 380)	(64 422)	(64 422)
Modalidades de capitalização	-	-	-	-
	(64 380)	(64 380)	(64 422)	(64 422)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	19 960	19 960	17 679	17 679
	19 960	19 960	17 679	17 679
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(29 732)	(29 732)	(25 452)	(25 452)
	(29 732)	(29 732)	(25 452)	(25 452)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)			
	2018		2017	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	490	490	483	483
	490	490	483	483
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	(490)	(490)	(483)	(483)
	(490)	(490)	(483)	(483)

34 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido: (i) no momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou (ii) ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O MGAM não teve impacto decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações me moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O MGAM não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.

Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

O MGAM não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

O MGAM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma destas quantias reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma

vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma entidade, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, o MGAM optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018 nas suas demonstrações financeiras individuais. Esta opção está também em linha com a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2008-R emitida pela ASF aplicável às empresas de seguros. Não obstante, tendo em consideração os instrumentos financeiros do MGAM não é expectável que esta norma tenha um impacto relevante em termos patrimoniais.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia nº 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O MGAM irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais nomeadamente de viaturas e instalações. A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, o MGAM reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

O MGAM planeia aplicar o expediente prático referente à definição de contrato de locação na data de transição, ou seja, irá aplicar a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1 de Janeiro de 2019 e identificados como locação de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4.

Deste modo, para as locações anteriormente classificadas como locações operacionais no âmbito da IAS 17, o activo sob direito de uso é mensurado por uma quantia igual ao passivo da locação, ajustada pela quantia de quaisquer pagamentos de locação previos ou acrescidos relacionados com essa locação, reconhecidos na demonstração da posição financeira imediatamente antes da data de aplicação inicial. Assim, à data de 1 de Janeiro de 2019 o impacto nulo em resultados transitados será nulo.

O MGAM já efectuou uma avaliação inicial dos potenciais impactos nas suas demonstrações financeiras contudo, ainda não consolidou a sua avaliação de forma a aferir sobre o montante dos impactos a incorporar nas demonstrações financeiras.

O impacto real de aplicar a IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial irá depender de condições económicas futuras, do desenvolvimento do portfólio de contratos de locação do MGAM, da avaliação do MGAM, nomeadamente, se este irá exercer alguma das opções de renovação, da amplitude que o MGAM escolha em termos de utilização dos expedientes práticos disponíveis e do reconhecimento das excepções.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

O MGAM não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MGAM

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efectuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de Janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de Outubro de 2017) clarificando a interacção com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de Fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos actuariais actualizados para determinar os custos dos serviços passados e o juro líquido do período. O efeito do asset ceiling não é tomado em consideração para o cálculo do ganho ou perda na liquidação do plano e é tratado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de Outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de Outubro de 2018).

O MGAM não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de Maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021.

O MGAM irá avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras, que se esperam ser relevantes.

35 FACTOS RELEVANTES

Em 7 de dezembro de 2018 teve lugar a Assembleia Geral eleitoral que elegeu os membros dos órgãos associativos, que irão governar o MGAM durante o mandato 2019-2021. Os novos membros dos órgãos associativos tomaram iniciaram funções em 3 de janeiro de 2019.

Em 2 de agosto de 2018 foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM reformula o conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, introduz fins de desenvolvimento humano e a indicação de que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descreve, em vários artigos, os princípios mutualistas, enfatiza a participação dos associados, a reafirmação da gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à segregação das associações mutualistas que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e o valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros, e que sejam indicadas em despacho ministerial específico, impondo-lhes novos requisitos à estrutura e sistema de governo e um regime de supervisão, tendo por base, com as devidas adaptações, os requisitos do setor segurador, aplicável pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ficou definido (Artigo 6º, ponto 4 do referido diploma) um regime transitório, com um prazo de 12 anos, a contar da data do mencionado despacho ministerial, para a adaptação ao novo regime de supervisão. Para acompanhar e apoiar os trabalhos de adaptação regulatória e das associações será criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da DG da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas.

Em 29 de novembro de 2018 foi publicado o Despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF, definida como Supervisor Financeiro.

Durante o período do regime transitório, a ASF irá exigir às associações, abrangidas pelo regime, um plano detalhado, que inclua as fases e atos essenciais para a adaptação ao futuro regime de supervisão, poderá solicitar informações e exercer os seus deveres como entidade supervisora, para o exercício dos quais, determinou o legislador, deverá definir, por norma regulamentar, o âmbito, a natureza e o formato da informação que lhe deverá ser prestada, tendo sido comunicado pela ASF, em Nota Informativa do dia 13 de dezembro de 2018, que “este normativo deve ainda ser submetido a audição da Comissão de Acompanhamento do período transitório prevista no artigo 10º do Decreto – Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto”.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º-A - no RJASR-Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

O MGAM irá preparar um plano detalhado que inclua as fases de adaptação ao referido regime e que será monitorizado por uma comissão de acompanhamento composta por um representante de cada Ministério, da Direcção Geral da Segurança Social, da ASF e do MGAM. Neste âmbito importa destacar sobretudo os requisitos financeiros (regime Solvência II) que terão um impacto significativo ao nível do MGAM.

Saliente-se no entanto, que não foram ainda estabelecidos os critérios de aplicação do regime transitório por parte da ASF, pelo que as demonstrações financeiras não consideraram quaisquer eventuais efeitos que venham a resultar da aplicação dos futuros requisitos que venham a ser definidos no âmbito da nova legislação.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Geral – Associação Mutualista** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.776.547 milhares de euros e um total de capital próprio de 753.048 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.634 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos à atenção para as seguintes matérias:

- i. A nota 20 do anexo às demonstrações financeiras inclui informação sobre os investimentos em subsidiárias e associadas (participações financeiras), nomeadamente, sobre a sua mensuração e o registo de imparidades resultante da aplicação da política contabilística referida na nota 1.e).

Os testes efetuados pela Entidade relativamente à determinação do valor recuperável das suas participações financeiras tiveram por base pressupostos cuja influência da atual e futura conjuntura económico-financeira e condições gerais do mercado são determinantes. A nota 20 apresenta também a análise de sensibilidade a variações de taxas de desconto e taxas de crescimento. Conforme descrito na referida nota 20, a verificação dos pressupostos utilizados nos respetivos testes, bem como a evolução das condições macro económicas e do mercado em geral poderão traduzir-se na alteração desses mesmos pressupostos e, consequentemente, no valor recuperável determinado das suas participações financeiras.

- ii. Conforme referido na nota 35 – Factos relevantes, em 2 de setembro de 2018, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 59/2018, que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM). Posteriormente foi publicado, em 29 de novembro de 2018, o despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Despacho nº 11392-A/2018, o qual determina que a Entidade fica abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com início a partir dessa data, com um prazo de 12 anos, que terminará em 2030.

Saliente-se ainda que não foram estabelecidos os critérios de aplicação do regime transitório por parte da ASF, pelo que as demonstrações financeiras não consideraram quaisquer eventuais efeitos que venham a resultar da aplicação dos futuros requisitos a serem definidos no âmbito da nova legislação.

- iii. As notas 1.a) Bases de apresentação e 23 – Impostos diferidos e correntes, respetivamente, descrevem que o Montepio Geral – Associação Mutualista, em virtude da não verificação dos respetivos requisitos deixou de beneficiar, com referência a 1 de janeiro de 2017, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), passando a estar sujeito à respetiva tributação. Em resultado desta alteração passaram a ser registados os respetivos ativos e passivos por impostos diferidos e cuja recuperabilidade depende da verificação dos pressupostos assumidos nas demonstrações financeiras previsionais aprovadas pelo Conselho de Administração.
- iv. Conforme descrito na nota 1 a) – Bases de apresentação, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e rendimento das suas participações financeiras e do seu plano de atividades no futuro. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequacidade deste pressuposto, deverá ser considerada a informação na nota 20 – Investimentos em subsidiárias e associadas e na nota 33 – Gestão de Riscos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; e,

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

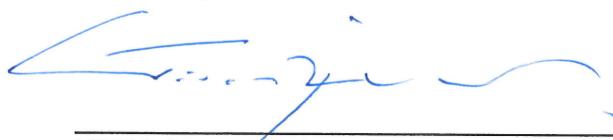
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

12 de março de 2019



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

16. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

Exmos. Senhores Associados,

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), é da responsabilidade do Conselho Fiscal elaborar um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e emitir um Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal eleito considera que deve competir ao Conselho Fiscal que, efetivamente, acompanhou a atividade registada num dado exercício, a elaboração do relatório e parecer sobre as respetivas contas, devendo, consequentemente, manter-se em funções até esse momento.

Esta alteração, eventualmente, susceptível de consagração estatutária, afigura-se necessária para evitar o contrassenso de ser o Conselho Fiscal eleito - que, obviamente, não acompanhou a atividade desenvolvida no exercício - a emitir parecer sobre as inerentes demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme decorre da legislação supracitada, é da responsabilidade do Conselho Fiscal eleito a emissão do Relatório e Parecer sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

RELATÓRIO



1. TRABALHOS REALIZADOS

De forma a cumprir as suas funções legais e estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu à análise dos seguintes documentos:

- a. Actas das sessões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração realizadas durante 2018;
- b. Contas individuais e consolidadas do MGAM relativas a 2017;
- c. Relatório de Sustentabilidade de 2017 do Grupo Montepio;
- d. Código das Associações Mutualistas publicado no dia 2 de Agosto de 2018;
- e. Relatório do “*Desempenho das empresas do Grupo Montepio 1º Semestre de 2018*”;
- f. Relatórios da auditora financeira KPMG denominado “*Conclusões do trabalho interino com referência a 30 de Setembro de 2018*” e “*Demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2018*”, este último datado de 8 de Março de 2019;
- g. Demonstrações financeiras e indicadores mensais de Gestão reportados a 30 de Novembro de 2018;
- h. Relatório da auditora atuarial Mercer de “*Certificação de Reservas Matemáticas do MGAM*” constituídas em balanço à data de 31 de Dezembro de 2018;
- i. Planos de Ação e Orçamento para 2018 e para 2019;
- j. Linhas de Orientação Estratégica do MGAM relativas ao triénio 2019/2021;
- k. Macroestrutura organizacional do MGAM.

O Conselho Fiscal reuniu com os responsáveis de algumas áreas chave do MGAM, designadamente, do Centro Corporativo, do Gabinete Financeiro e do Gabinete de Contabilidade, por forma a identificar os problemas mais relevantes de cada área, bem como os procedimentos e controlos internos administrativos e operacionais que estão em vigor.


Reuniu, também, com o Conselho de Administração para se inteirar da evolução da atividade do MGAM e das decisões de gestão mais relevantes que foram tomadas no decurso do exercício, para determinar se foram, ou não, introduzidos procedimentos e critérios contabilísticos diferentes dos utilizados em anos anteriores que pudessem merecer algum reparo, tendo em vista a comparabilidade das demonstrações financeiras agora apresentadas.

O Conselho Fiscal reuniu com os auditores externos KPMG, de forma a assegurar que os procedimentos de auditoria exigidos pelos normativos, nacionais e internacionais, em vigor e pelas boas práticas foram aplicados em toda a sua extensão. Foram, também, debatidos os pressupostos relativos aos testes de imparidade realizados aos principais ativos que integram o balanço, especialmente aos que se referem às suas participações financeiras.

Dos estudos e análises efetuados, e das várias reuniões técnicas havidas com quadros do MGAM e com os responsáveis pela auditora externa, o Conselho Fiscal identificou alguns aspectos que, pela sua relevância em matéria de avaliação, adequada e tempestiva, da evolução financeira da instituição, devem ser objeto de particular atenção, cumprindo destacar os seguintes:

- i. A necessidade de ser implementado um processo formal que permita e disponibilize adequada e regular avaliação da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos;
- ii. A conveniência de se proceder à avaliação das imparidades das subsidiárias e associadas numa base trimestral e não, apenas, anual;
- iii. A importância de se operacionalizar, em pleno, com a possível urgência, os Gabinetes de Auditoria Interna, de Risco e de Compliance, criados durante o exercício de 2018, cuja atividade se afigura vital para garantir a eficácia do sistema de controlo interno, verdadeira pedra angular para garantir a capacidade da Instituição para responder, apropriadamente, às solicitações associadas ao novo regime de supervisão.



2. ASPECTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

No que se refere aos aspectos mais relevantes, o Conselho Fiscal destaca os seguintes:

- a. Em Fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da CEMG suspendeu a comercialização de produtos mutualistas aos Balcões da CEMG, o que contribuiu decisivamente para o mau desempenho do MGAM. Todavia, em Agosto, o novo Conselho de Administração da CEMG retomou a colocação de produtos mutualistas, mas não a tempo de corrigir o desvio orçamental já acumulado;
- b. Em 16 de Março de 2018, o MGAM elegeu um novo Conselho de Administração da CEMG, liderado pelo Dr. Carlos Tavares;
- c. Em Abril, foi constituída a sociedade Montepio Residências para Estudantes, que já conta com três residências em Lisboa e uma em Évora, ocupadas por 148 estudantes universitários;
- d. Em Maio, a ASF enviou carta ao MGAM a informar que o grupo chinês CEFC não lhe tinha apresentado a informação solicitada e, como tal, ficava sem efeito o pedido de autorização relacionado com a aquisição de participação qualificada no capital da sociedade *holding* Montepio Seguros, SGPS;
- e. Aumento de capital de 30 milhões de euros (adiante apenas expressos por M€) na *holding* Montepio Seguros, SGPS;
- f. Ao fim de vinte e oito anos de vigência do CAM, no dia 2 de Agosto, foi publicado o Decreto Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM). Entrou em vigor trinta dias depois e fixou os prazos de doze meses para que as associações mutualistas aprovassem novos Estatutos em conformidade com o CAM, e de doze anos de período de convergência adaptativa que tenha em consideração as especificidades das associações mutualistas;
- g. Constituição do agrupamento complementar de empresas *In Posterum*, para desenvolver parcerias e protocolos na área da saúde e bem-estar dos Associados;
- h. No dia 7 de Dezembro, foram eleitos os membros dos órgãos associativos do MGAM para o triénio 2019/2021;

- CEMG*
- i. Subscrição de 50 M€ de obrigações subordinadas emitidas pela CEMG a 10 anos, com uma rentabilidade de 8% ao ano;
 - j. Alienação, ao longo de 2018, de 158 920 ações da CEMG a 33 entidades da economia social, cuja participação é monetariamente simbólica mas reforça o papel do Montepio como o principal motor da economia social em Portugal.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Da análise efetuada ao Relatório e Contas do MGAM, destacam-se os factos mais significativos ocorridos em 2018:

- a. O desempenho da atividade mutualista em 2018 ficou marcado, como já foi referido, pela suspensão da colocação de produtos mutualistas aos Balcões da CEMG entre Fevereiro e Agosto;
- b. A admissão de 24 402 associados foi insuficiente para compensar a saída de 42 214, pelo que em termos globais o número de associados diminuiu, de 625 419 em 2017, para 612 607 em 2018;
- c. O número de planos mutualistas subscritos pelos associados sofreu igualmente uma redução, de 1 004 655, em 2017, para 970 125 em 2018;
- d. O grau de cobertura das responsabilidades passou de 105,9% para 125,0%, o que acentua a capacidade do MGAM para honrar os seus compromissos;
- e. O volume anual de Receitas Associativas teve uma forte quebra, de 711 M€ para 492 M€, tendo sido insuficiente para compensar os reembolsos antecipados e os capitais pagos aos associados, no valor de 683 M€. Consequentemente, a Margem da atividade associativa, i.e., o saldo entre as subscrições e os reembolsos, foi negativo em 191 M€;
- f. A Margem da atividade associativa, apesar de ter sido negativa em 191 M€, melhorou cerca de 183 M€ em relação a 2017;
- g. O decréscimo registado no Ativo atingiu, em termos homólogos, 170 M€. Esta quebra é explicada, no essencial, pela redução, em 208 M€, do valor total captado em subscrições de séries Montepio Capital Certo e, bem assim, pela não reaplicação dos reembolsos antecipados e resgates em aplicações mutualistas;

- Talv
AS
- h. A melhoria registada na estrutura da carteira de títulos, a qual, embora continue concentrada em classes de *rating* inferior a BBB-, viu reduzida essa concentração de mais de 80% para menos de 60%;
 - i. O aumento do valor das propriedades de investimento, de 254 M€ em 2017 para 307 M€ no final de 2018 (variação positiva de quase 21%);
 - j. A proposta de atribuição de rendimento anual complementar de 0,75% a modalidades de capitalização;
 - k. Os testes de imparidade realizados à atividade bancária mantiveram o valor líquido da participação da CEMG de 1 878 M€ e o das imparidades em 498 M€;
 - l. Os testes de imparidade realizados à atividade seguradora mantiveram o valor das imparidades em quase 150 M€;
 - m. Estabilização do quadro de pessoal cedido pela CEMG ao MGAM, que passou de 204 colaboradores no final de 2017 para 206 no final de 2018. Destes, 104 estavam afetos ao Projecto *Start* e 12 ao Centro Corporativo;
 - n. O decréscimo dos Resultados Operacionais, de 9 M€ positivos para 6 M€ negativos, não foi alheio à redução dos resultados financeiros obtidos com Juros e Rendimentos similares;
 - o. A melhoria dos Outros resultados de exploração, de 14 M€ para 27 M€;
 - p. O aumento dos Gastos Gerais Administrativos, de 24,8 M€ para 26,4 M€, que se deveu, essencialmente, aos 1,9 M€ de gastos com a eleição dos órgãos associativos realizada em Dezembro de 2018;
 - q. O apuramento de 8,4 M€ de impostos diferidos, decorrentes das provisões matemáticas constituídas e dos prejuízos fiscais reportáveis;
 - r. O apuramento de 1,6 M€ de Resultados líquidos positivos do exercício, com o Capital Próprio a fixar-se nos 753 M€.

Sobre a questão das imparidades, o Conselho Fiscal gostaria de realçar que os testes de imparidades efetuados às participações financeiras decorrem da atualização dos cash-flows futuros previstos nos Planos de Negócio das empresas participadas e têm como pressuposto a utilização de uma taxa de desconto, a qual, apesar de ser o mais objetiva possível, comporta em si alguma subjetividade. A taxa de desconto utilizada em 2018, de 9,43% (menos 55 p.b. do que a aplicada em 2017), é composta por várias

componentes, como sejam a taxa de remuneração de uma aplicação sem risco, o prémio de risco do país, o prémio de risco do sector, bem como o prémio de risco específico da entidade em causa. Sem colocar em causa a adequação de todas as premissas utilizadas e a correção matemática dos cálculos subjacentes, importa ter presente que, variações, ainda que mínimas, podem provocar oscilações significativas no valor das imparidades.

De forma muito sintética e, necessariamente, lacunar, importa, a concluir este ponto, referir três questões básicas, as quais, de resto, já se encontram acolhidas nas Linhas de Orientação Estratégica do triénio 2019/2021:

- i. É imperioso erradicar a trajetória descendente e algo sustentada do número de Associados. Não se trata de um problema de gestão, mas de um problema da Associação Mutualista. A angariação de novos associados e o fomento do ratio de inscrições é condição *sine qua non* para a sustentabilidade do MGAM.
- ii. É, também, importante reduzir a enorme dependência de três modalidades de poupança, diversificando a oferta de produtos inovadores e com alguma atratividade, nomeadamente junto de segmentos mais jovens;
- iii. Finalmente, parece haver margem para prosseguir a redução de custos operacionais, sobretudo com base no efetivo e eficaz funcionamento de um Agrupamento Complementar de Empresas que funcione como uma unidade de serviços partilhados, verdadeiramente aceite e desejada pelas empresas do Grupo Montepio.

4. PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Na apreciação das Demonstrações Financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pelos auditores externos, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, entidade que acompanhou e auditou as contas individuais, a incluir nas contas consolidadas do Grupo que, oportunamente, serão objeto de relatório e parecer do Conselho Fiscal.

Tony
António
Paulo

O parecer, relativamente às contas individuais, expressa a opinião de que as Demonstrações Financeiras individuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM.

Todavia, o parecer em apreço apresenta quatro ênfases que, sinteticamente, se descrevem:

- A primeira respeita aos testes de imparidades efetuados às empresas participadas pelo MGAM;
- A segunda refere-se à entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas;
- A terceira incide sobre a perda de isenção em sede de IRC e consequente registo de ativos e passivos por impostos diferidos;
- A última reporta-se ao princípio da continuidade das operações da instituição, bem como às inerentes exigências em matéria de liquidez.

PARECER

Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de Dezembro de 2018, o Resultado das suas operações, o Rendimento integral, as Alterações na situação líquida e os Fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do **Montepio Geral Associação Mutualista**, referentes a 31 de Dezembro de 2018, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração; e
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Lisboa, 12 de Março de 2019

O CONSELHO FISCAL


Ivo Pinho – Presidente


Ana Harfouche – Vogal


Isabel Cidrais Guimarães – Vogal

17 ANEXOS

17.1 Relatório atuarial das modalidades associativas e das rendas

1. Enquadramento

O presente Relatório abrange as modalidades atuariais do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM), bem como as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas. A informação apresentada reporta a 31 de dezembro de 2018.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social¹, sendo adiante denominadas por Reservas Matemáticas Estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 508,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 0,3 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2017.

Por iniciativa do MGAM, é efetuado periodicamente o teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste no recálculo das Reservas Matemáticas Estatutárias utilizando tábua de mortalidade e taxas técnicas de juro mais ajustadas à realidade atual.

Este teste é realizado desde 2005 e permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias, adiante denominada por Reservas Matemáticas Atuariais.

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu, em 2018, um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 2,0 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2018, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 116,5 milhões de euros.

O valor total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2018, os 625,4 milhões de euros, ou seja, mais 2,3 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2017.

2. Evolução da Atividade

2.1. Análise Global

Em 31 de dezembro de 2018, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 974 022, o que representa um decréscimo de 3,4% relativamente a 31 de dezembro de 2017. Neste número estão incluídas 3 897 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupadas da seguinte forma:

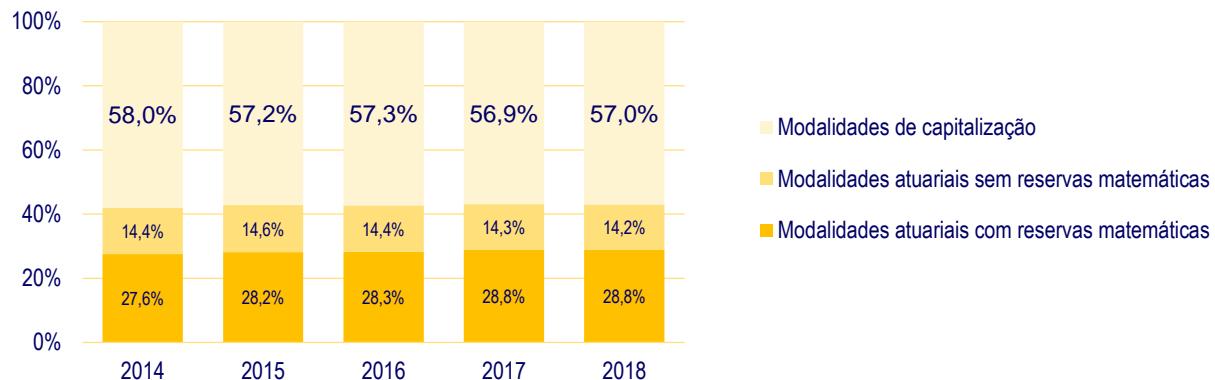
- Subscrições em modalidades atuariais com reservas matemáticas²;

¹ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

² Nesta análise gráfica não estão incluídas as rendas vitalícias e as rendas temporárias, por não serem modalidades associativas.

- Subscrições em modalidades atuariais sem reservas matemáticas³;
- Subscrições em modalidades de capitalização⁴.

SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES



Da sua análise constata-se que, em 2018, o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições manteve-se idêntico ao verificado em 2017, continuando a representar 28,8% do total de subscrições.

No que se refere às modalidades atuariais sem reservas matemáticas, o peso das subscrições destas modalidades no total de subscrições registou uma ligeira diminuição, tendo atualmente um peso de 14,2% no total de subscrições (face a 14,3% em 2017). Contrariamente, as modalidades de capitalização registaram uma ligeira subida, representando atualmente 57,0% do total de subscrições (face a 56,9% em 2017).

2.2. Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), o montante global de quotas pagas durante o ano de 2018 situou-se nos 23,8 milhões de euros enquanto os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano atingiram os 9,1 milhões de euros.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS - ANO 2018

Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo	(euros)
Montepio Proteção - Crédito Habitação	23 319 167,89	8 931 339,06	14 387 828,83	
Montepio Proteção - Outros Encargos	481 935,04	210 049,54	271 885,50	
Montepio Proteção - Crédito Individual	2 661,97	0,00	2 661,97	
Total	23 803 764,90	9 141 388,60	14 662 376,30	

2.3. Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

Analizando as subscrições em modalidades atuariais com reservas matemáticas, verifica-se que a modalidade mais subscrita em 2018, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), representando cerca de 91,3% do total de subscrições e 87,1% do total de capital subscrito.

³ Montepio Proteção - Crédito Habitação Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

⁴ Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS - ANO 2018

Número de subscrições		Capitais subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	91,3	Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	87,1
Montepio Proteção 18-30 - 3%	7,3	Montepio Proteção 18-30 - 3%	9,6
Outras Modalidades	1,4	Outras Modalidades	3,3

Apresenta-se, de seguida, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual, em 31 de dezembro de 2018, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (3%), com 190 597 subscrições e 44,7 milhões de euros de quotização anual.

SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual		(euros)
		Total	Média	Total	Média	
Montepio Proteção Vida - 3%	1 323	10 437 658,22	7 889,39	397 841,86	300,71	
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 293	1 146 792,89	886,92	1 209 505,33	935,43	
Restituição de Quotas - 3%	1 180	7 877 762,11	6 676,07	172 088,89	145,84	
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	190 597	522 406 249,52	2 740,89	44 719 638,69	234,63	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	16 056	60 213 233,80	3 750,20	4 354 959,31	271,24	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	76	196 142,20	2 580,82	1 046,36	13,77	
Subtotal	210 525	602 277 838,74	2 860,84	50 855 080,44	241,56	
Modalidades de subscrição fechada com entregas ^(a)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual		
		Total	Média	Total	Média	
Capitais de Previdência - 4%	5 607	18 186 498,59	3 243,53	474 784,80	84,68	
Subsídio por Morte - 4%	1 138	1 183 444,66	1 039,93	24 063,05	21,15	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	53 621	175 465 269,76	3 272,32	9 689 026,58	180,69	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	49	884 439,11	18 049,78	20 263,03	413,53	
Capitais para Jovens - 4%	2 862	16 125 965,35	5 634,51	811 453,53	283,53	
Pensões para Deficientes - 4%	21	70 821,90	3 372,47	24 009,51	1 143,31	
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	40	185 601,15	4 640,03	1 022,27	25,56	
Rendas de Sobrevidência - 4%	30	75 781,84	2 526,06	21 535,54	717,85	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	10	37 132,37	3 713,24	1 575,04	157,50	
Capitais para Estudos - 4%	368	222 135,74	603,63	165 307,74	449,21	
Pensões de Sobrevidência e Dotes - 4%	1 484	24 395,88	16,44	5 338,35	3,60	
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	1 465,47	121,44	30,36	
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	23,95	35,40	8,85	
Subtotal	65 238	212 467 444,01	3 256,80	11 238 536,28	172,27	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas ^(b)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual		
		Total	Média	Total	Média	
Pensões de Reforma - 6%	451	693 177,58	1 536,98	0,00	0,00	
Pensões de Reforma - 4%	782	582 262,15	744,58	0,00	0,00	
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	945	542 969,73	574,57	0,00	0,00	
Restituição de Quotas - 6%	523	3 907 923,18	7 472,13	0,00	0,00	
Restituição de Quotas - 4%	1 977	10 970 309,85	5 548,97	0,00	0,00	
Adicional de Invalidez - 6%	35	237 643,40	6 789,81	0,00	0,00	
Adicional de Invalidez - 4%	50	63 350,46	1 267,01	0,00	0,00	
Subsídio de Funeral e Luto - Luuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	91,48	0,00	0,00	
Subtotal	4 820	17 002 850,67	3 527,56	0,00	0,00	
Total	280 583	831 748 133,42	2 964,36	62 093 616,72	221,30	

^(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscriptores existentes procederem às entregas de quotas previstas aquando da data da subscrição.

^(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Apresenta-se também, o número de pensões⁵ existentes em 31 de dezembro de 2018, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões em pagamento.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam 8 136 pensões em pagamento, a que corresponde um encargo médio anual de 1 451,13 euros por pensão. O encargo anual com pensões em pagamento atinge os 7 547 954,46-euros referentes a pensões subscritas, aos quais acrescem 4 258 458,63 euros correspondentes a subvenções e melhorias, totalizando 11 806 413,09 euros.

PENSÕES EM PAGAMENTO

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual ^(a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv.+Melh. e Pensões Subscritas	(euros)
		Pensões Subscritas	Subvenções e Melhorias ^(b)			
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01	
Capitais de Previdência - 4%	1 583	248 352,84	616 665,48	546,44	2,48	
Montepio Pensões de Reforma - 3%	21	9 581,16	143,40	463,07	0,01	
Pensões de Reforma - 6%	2 204	4 174 609,80	2 381 925,72	2 974,83	0,57	
Pensões de Reforma - 4%	1 119	1 385 168,40	98 762,52	1 326,12	0,07	
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	473	473 251,56	446,28	1 001,48	0,00	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1	8 251,80	259,80	8 511,60	0,03	
Capitais para Jovens - 4%	63	126 702,12	13 171,80	2 220,22	0,10	
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39	
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	10 601,40	736,32	2 834,43	0,07	
Capitais para Estudos - 4% ^(c)	459	288 647,10	18 212,51	668,54	0,06	
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	79,20	233,04	0,51	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	147	318 344,88	34 246,08	2 398,58	0,11	
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	456 729,12	12 791,76	2 551,74	0,03	
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	78,84	983,78	0,01	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 832	29 744,64	1 073 978,04	602,47	36,11	
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	545,64	5 489,32	201,17	10,06	
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	7 517,76	0,00	1 879,44	0,00	
Total	8 136	7 547 954,46	4 258 458,63	1 451,13	0,56	

^(a) O Encargo anual corresponde ao somatório das Pensões Subscritas e das Subvenções e Melhorias atribuídas.

^(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

^(c) O valor da pensão de Capitais para Estudos (4%) refere-se a uma semestralidade.

2.4. Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2018, existiam 633 rendas vitalícias e 415 rendistas. Estes valores incluem 8 rendas vitalícias diferidas, e respetivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como 1 renda vitalícia imediata sobre uma vida constituída no mês de dezembro, e respetivo rendista, cujo pagamento tem início em janeiro de 2019.

O valor anual de pagamentos no âmbito das rendas vitalícias atingiu os 2 084 285,98 euros, correspondendo a uma renda anual média de 3 292,71 euros.

⁵ Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

Durante o ano de 2018, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 1 587 130,75 euros.

RENDAS VITALÍCIAS

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual		(euros)
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)	
Rendas Vitalícias - 6%	59	24	108 146,39	1 832,99	
Rendas Vitalícias - 4%	307	178	1 256 588,02	4 093,12	
Rendas Vitalícias - 3%	267	213	719 551,57	2 694,95	
Total	633	415	2 084 285,98	3 292,71	

2.5. Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2018, existiam 24 rendas temporárias e 29 rendistas. Em 2018, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias foi de 165 000,00 euros, tendo sido realizados pagamentos no montante de 94 357,84 euros a que corresponde um valor médio anual de 3 931,58 euros.

RENDAS TEMPORÁRIAS

Rendas Temporárias	Número		Valor anual		(euros)
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)	
Rendas Temporárias - 3%	24	29	94 357,84	3 931,58	
Total	24	29	94 357,84	3 931,58	

3. Reservas Matemáticas

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias do MGAM são calculadas mensalmente com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, é efetuado periodicamente o teste à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias. Este teste, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado, para cada modalidade e tipo de renda, da seguinte forma:

- Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, em termos de esperança de vida e de taxa técnica de juro a utilizar no desconto das responsabilidades;
- Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas na alínea anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas (caso existam):
 - se o valor da insuficiência for inferior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - se o valor da insuficiência for superior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.

- d) Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Assim, e resumidamente, desde 2005 que o MGAM reflete no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social.
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2018, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 508 885 795,46 euros, tendo aumentado 260 133,94 euros (+0,1%) em relação ao ano anterior.

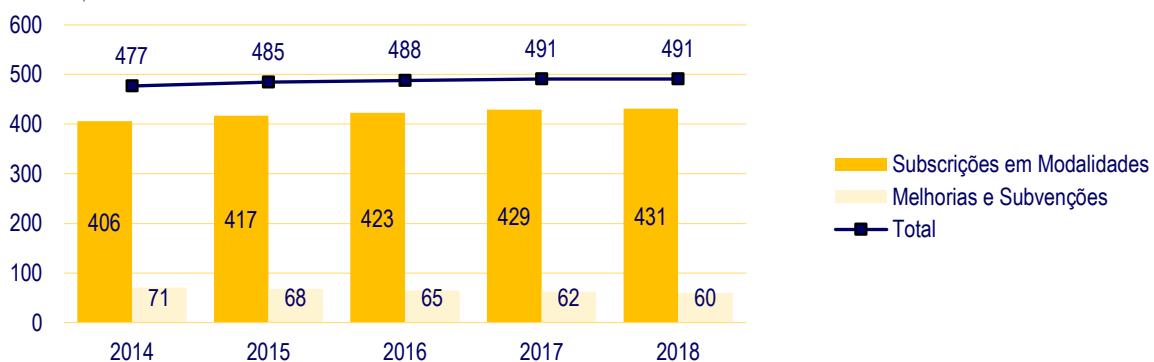
RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2018

	Subscreções	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar	(euros)
Benefícios em formação	369 524 187,46	31 691 647,14		
Modalidades de subscrição aberta	267 187 735,33	742 422,46		
Modalidades de subscrição fechada com entregas	80 163 851,52	28 116 948,68		
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	22 172 600,61	2 832 276,00		
Benefícios em curso	61 621 687,31	27 889 688,57	8 881,21	
Rendas Vitalícias	17 224 894,01			
Rendas Temporárias	924 809,76			
Total	449 295 578,54	59 581 335,71	8 881,21	

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscreções em Modalidades e das Melhorias e Subvenções⁶ nos últimos cinco anos.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS - EVOLUÇÃO ANUAL

(milhões de euros)



Da sua análise constata-se que as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscreções em Modalidades registaram um crescimento face às do ano anterior, enquanto as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções voltaram a apresentar uma descida relativamente a 2017, mantendo-se assim a tendência observada nos últimos anos.

⁶ Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

Apresenta-se, de seguida, por modalidade, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2018, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2017.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1 323	10 437 658,22	1 637 993,29
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 293	1 146 792,89	9 385 642,04
Restituição de Quotas - 3%	1 180	7 877 762,11	997 758,99
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	190 597	522 406 249,52	222 558 273,57
Montepio Proteção 18-30 - 3%	16 056	60 213 233,80	32 603 785,29
Montepio Proteção Invalidez - 3%	76	196 142,20	4 282,15
Subtotal	210 525	602 277 838,74	267 187 735,33
Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	5 607	18 186 498,59	11 335 839,61
Subsídio por Morte - 4%	1 138	1 183 444,66	917 319,73
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	53 621	175 465 269,76	48 943 703,57
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	49	884 439,11	778 434,33
Capitais para Jovens - 4%	2 862	16 125 965,35	14 138 316,92
Pensões para Deficientes - 4%	21	70 821,90	580 212,56
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	40	185 601,15	6 808,17
Rendas de Sobrevidência - 4%	30	75 781,84	741 769,83
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	10	37 132,37	15 284,46
Capitais para Estudos - 4%	368	222 135,74	2 417 526,83
Pensões de Sobrevidência e Dotes - 4%	1 484	24 395,88	284 529,28
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	3 482,48
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	623,75
Subtotal	65 238	212 467 444,01	80 163 851,52
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	451	693 177,58	6 973 162,87
Pensões de Reforma - 4%	782	582 262,15	6 569 172,69
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	945	542 969,73	7 598 561,93
Restituição de Quotas - 6%	523	3 907 923,18	186 519,93
Restituição de Quotas - 4%	1 977	10 970 309,85	817 120,73
Adicional de Invalidez - 6%	35	237 643,40	15 414,06
Adicional de Invalidez - 4%	50	63 350,46	7 542,98
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	5 105,42
Subtotal	4 820	17 002 850,67	22 172 600,61
Total	280 583	831 748 133,42	369 524 187,46

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES EM MODALIDADES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2 540,60
Capitais de Previdência - 4%	1 583	248 352,84	1 464 990,45
Montepio Pensões de Reforma - 3%	21	9 581,16	140 573,56
Pensões de Reforma - 6%	2 204	4 174 609,80	32 850 780,09
Pensões de Reforma - 4%	1 119	1 385 168,40	12 460 023,20
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	473	473 251,56	5 941 814,09
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1	8 251,80	31 064,50
Capitais para Jovens - 4%	63	126 702,12	228 508,38
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	56 162,80
Rendas de Sobrevida - 4%	4	10 601,40	162 034,93
Capitais para Estudos - 4%	459	288 647,10	1 629 910,16
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	574,73
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	147	318 344,88	1 926 785,91
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	456 729,12	4 363 155,46
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	65 734,16
Pensões de Sobrevida e Dotes - 4%	1 832	29 744,64	186 885,00
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	545,64	2 867,53
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	7 517,76	107 281,76
Total	8 136	7 547 954,46	61 621 687,31

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES EM RENDAS

(euros)

Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias - 6%	59	108 146,39	357 167,35
Rendas Vitalícias - 4%	307	1 256 588,02	6 639 377,28
Rendas Vitalícias - 3%	267	719 551,57	10 228 349,38
Subtotal	633	2 084 285,98	17 224 894,01
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias - 3%	24	94 357,84	924 809,76
Subtotal	24	94 357,84	924 809,76
Total	657	2 178 643,82	18 149 703,77

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO (euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	627	16 509,09	9 172,13
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 025	3 909,79	52 735,30
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	90 301	1 071 683,43	486 489,67
Montepio Proteção 18-30 - 3%	9 265	227 171,46	193 974,39
Montepio Proteção Invalidez - 3%	68	862,13	50,97
Subtotal	101 286	1 320 135,90	742 422,46
Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	5 607	26 554 991,54	17 946 271,38
Subsídio por Morte - 4%	1 135	801 115,11	619 747,66
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	41 020	1 576 812,61	469 678,83
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	49	26 749,52	23 123,66
Capitais para Jovens - 4%	2 862	279 749,91	257 393,01
Pensões para Deficientes - 4%	21	12 369,29	103 068,01
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	40	14 403,18	1 615,79
Rendas de Sobrevivência - 4%	30	5 483,91	57 976,30
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	10	396,28	174,29
Capitais para Estudos - 4%	368	3 614,42	36 796,57
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 484	690 571,43	8 582 501,85
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	17 707,85	12 050,27
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	934,89	6 551,06
Subtotal	52 634	29 984 899,94	28 116 948,68
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	451	339 892,07	2 521 221,92
Pensões de Reforma - 4%	782	32 709,10	292 139,00
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	67	158,70	1 842,51
Adicional de Invalidez - 6%	35	82 382,86	4 427,42
Adicional de Invalidez - 4%	48	1 293,40	125,94
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	12 786,32	12 519,21
Subtotal	1 440	469 222,45	2 832 276,00
Total	155 360	31 774 258,29	31 691 647,14

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES - BENEFÍCIOS EM CURSO

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	32,04
Capitais de Previdência - 4%	1 583	616 316,40	3 303 848,81
Montepio Pensões de Reforma - 3%	21	143,40	2 095,64
Pensões de Reforma - 6%	2 204	2 381 925,72	16 927 356,64
Pensões de Reforma - 4%	1 119	98 762,52	840 241,09
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	61	446,28	6 722,02
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1	259,80	978,03
Capitais para Jovens - 4%	63	13 171,80	18 921,08
Pensões para Deficientes - 4%	4	1 469,52	21 567,03
Rendas de Sobrevivência - 4%	4	736,32	11 124,80
Capitais para Estudos - 4%	459	18 212,51	76 202,88
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	79,20	295,88
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	126	34 246,08	179 125,32
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	12 791,76	143 188,14
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	78,84	865,64
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 832	1 072 629,96	6 328 427,82
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	30	5 489,32	28 695,71
Total	7 699	4 256 761,47	27 889 688,57

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Modalidades	Nº Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	23	349,08	2 921,77
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	149	1 348,08	5 959,44
Total	172	1 697,16	8 881,21

Em 31 de dezembro de 2018, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições era de 449 295 578,54 euros, tendo-se registado um aumento de 2 533 555,05 euros (+0,6%) relativamente ao ano anterior.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2018	31/12/2017	Variação anual
Benefícios em formação	369 524 187,46	368 485 134,12	1 039 053,34
Benefícios em curso ^(a)	61 621 687,31	60 556 769,84	1 064 917,47
Rendas Vitalícias	17 224 894,01	16 870 220,98	354 673,03
Rendas Temporárias	924 809,76	849 898,55	74 911,21
Total	449 295 578,54	446 762 023,49	2 533 555,05

^(a) Inclui as pensões provenientes de inscrições em modalidades coletivas.

Por outro lado, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 272 676,99 euros (-3,7%) relativamente ao ano anterior, situando-se em 31 de dezembro de 2018 nos 59 581 335,71 euros.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2018	31/12/2017	Variação anual
Benefícios em formação	31 691 647,14	33 424 887,81	-1 733 240,67
Benefícios em curso	27 889 688,57	28 429 124,89	- 539 436,32
Total	59 581 335,71	61 854 012,70	-2 272 676,99

As Reservas Matemáticas Estatutárias dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2018, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2018	31/12/2017	Variação anual
Benefícios em curso	8 881,21	9 625,33	- 744,12
Total	8 881,21	9 625,33	- 744,12

3.2. Reservas Matemáticas Atuariais

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades de 2018, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 5 561 662,84 euros e libertou 3 526 998,23 euros. Em 31 de dezembro de 2018, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 116 465 530,69 euros, tendo aumentado 2 034 664,61 euros (+1,8%) em relação ao ano anterior.

Apresenta-se, de seguida, por modalidade e renda, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2018, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2017.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2018	31/12/2017	Libertação	Reforço
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	9 282 134,29	9 767 923,10	- 485 788,81	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1 944 363,42	2 069 841,68	- 125 478,26	
Restituição de Quotas - 3%	5 341,40	13 862,84	- 8 521,44	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	274,06	371,83	- 97,77	
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	218 704,48	316 896,02	- 98 191,54	
Pensões de Poupança Reforma - 3%	3 170,40	4 591,82	- 1 421,42	
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	6 462,03	7 496,42	- 1 034,39	
Subtotal	11 460 450,08	12 180 983,71	- 720 533,63	0,00
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2018	31/12/2017	Libertação	Reforço
Capitais de Previdência - 4%	463 964,59	448 042,52		15 922,07
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	2 739 282,27	4 238 374,39	-1 499 092,12	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	78 556,29	102 892,94	- 24 336,65	
Capitais para Jovens - 4%	1 096 316,09	1 580 133,85	- 483 817,76	
Pensões para Deficientes - 4%	448 009,39	403 920,18		44 089,21
Rendas de Sobrevivência - 4%	211 587,67	202 138,05		9 449,62
Capitais para Estudos - 4%	373 112,87	511 055,67	- 137 942,80	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	7 083 718,42	7 063 255,12		20 463,30
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	47 590,61	45 389,05		2 201,56
Subtotal	12 542 138,20	14 595 201,77	-2 145 189,33	92 125,76
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2018	31/12/2017	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma - 6%	65 494 115,78	61 576 086,48		3 918 029,30
Pensões de Reforma - 4%	12 960 165,84	11 497 150,59		1 463 015,25
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	2 244 058,33	2 572 336,74	- 328 278,41	
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1 487,72	1 419,05		68,67
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 461 756,11	2 373 332,25		88 423,86
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	76,19	166,50	- 90,31	
Subtotal	83 161 659,97	78 020 491,61	- 328 368,72	5 469 537,08
Rendas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2018	31/12/2017	Libertação	Reforço
Rendas Vitalícias - 6%	564 745,86	648 079,72	- 83 333,86	
Rendas Vitalícias - 4%	8 149 767,44	8 387 302,53	- 237 535,09	
Rendas Vitalícias - 3%	525 813,83	532 851,88	- 7 038,05	
Rendas Temporárias - 3%	60 955,31	65 954,86	- 4 999,55	
Subtotal	9 301 282,44	9 634 188,99	- 332 906,55	0,00
Total	116 465 530,69	114 430 866,08	-3 526 998,23	5 561 662,84

3.3. Total das Reservas Matemáticas

Em 31 de dezembro de 2018, o total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 625 351 326,15 euros, mais 2 294 798,55 euros (+0,4%) do que em 2018.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2018 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 3%	1 649 738,06		1 649 738,06
Montepio Pensões de Reforma - 3%	9 581 046,54		9 581 046,54
Restituição de Quotas - 3%	997 758,99	5 341,40	1 003 100,39
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	223 044 763,24	9 282 134,29	232 326 897,53
Montepio Proteção 18-30 - 3%	32 829 802,21	1 944 363,42	34 774 165,63
Montepio Proteção Invalidez - 3%	4 333,12	274,06	4 607,18
Pensões de Capitais de Reforma - 3% ^(a)	4 506 343,60	218 704,48	4 725 048,08
Pensões de Poupança de Reforma - 3% ^(a)	66 599,80	3 170,40	69 770,20
Pensões de Modalidades Coletivas - 3% ^(b)	107 281,76	6 462,03	113 743,79
Total	272 787 667,32	11 460 450,08	284 248 117,40

^(a) De notar que as Pensões de Capitais de Reforma e as Pensões de Poupança Reforma não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

^(b) Também as Pensões de Modalidades Coletivas não são propriamente modalidades, mas sim pensões vitalícias sobre uma vida provenientes de inscrições em Modalidades Coletivas.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2018 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA COM ENTREGAS

(euros)

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	34 053 872,02	463 964,59	34 517 836,61
Subsídio por Morte - 4%	1 537 067,39		1 537 067,39
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	49 413 382,40	2 739 282,27	52 152 664,67
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	801 557,99	78 556,29	880 114,28
Capitais para Jovens - 4%	14 643 139,39	1 096 316,09	15 739 455,48
Pensões para Deficientes - 4%	761 010,40	448 009,39	1 209 019,79
Capitais Temporários de Invalidez - 4%	8 423,96		8 423,96
Rendas de Sobrevivência - 4%	972 905,86	211 587,67	1 184 493,53
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	15 458,75		15 458,75
Capitais para Estudos - 4%	4 160 436,44	373 112,87	4 533 549,31
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	15 388 303,39	7 083 718,42	22 472 021,81
Capitais de Previdência Favor Pessoas Certas - 4%	15 532,75		15 532,75
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas - 4%	38 738,05	47 590,61	86 328,66
Total	121 809 828,79	12 542 138,20	134 351 966,99

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2018 - MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA SEM ENTREGAS

(euros)

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	59 272 521,52	65 494 115,78	124 766 637,30
Pensões de Reforma - 4%	20 161 575,98	12 960 165,84	33 121 741,82
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	13 548 940,55	2 244 058,33	15 792 998,88
Restituição de Quotas - 6%	186 519,93		186 519,93
Restituição de Quotas - 4%	817 120,73		817 120,73
Adicional de Invalidez - 6%	19 841,48		19 841,48
Adicional de Invalidez - 4%	7 668,92		7 668,92
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	870,61	1 487,72	2 358,33
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 105 911,23	2 461 756,11	4 567 667,34
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17 624,63	76,19	17 700,82
Total	96 138 595,58	83 161 659,97	179 300 255,55

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2018 - RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	357 167,35	564 745,86	921 913,21
Rendas Vitalícias - 4%	6 639 377,28	8 149 767,44	14 789 144,72
Rendas Vitalícias - 3%	10 228 349,38	525 813,83	10 754 163,21
Total	17 224 894,01	9 240 327,13	26 465 221,14

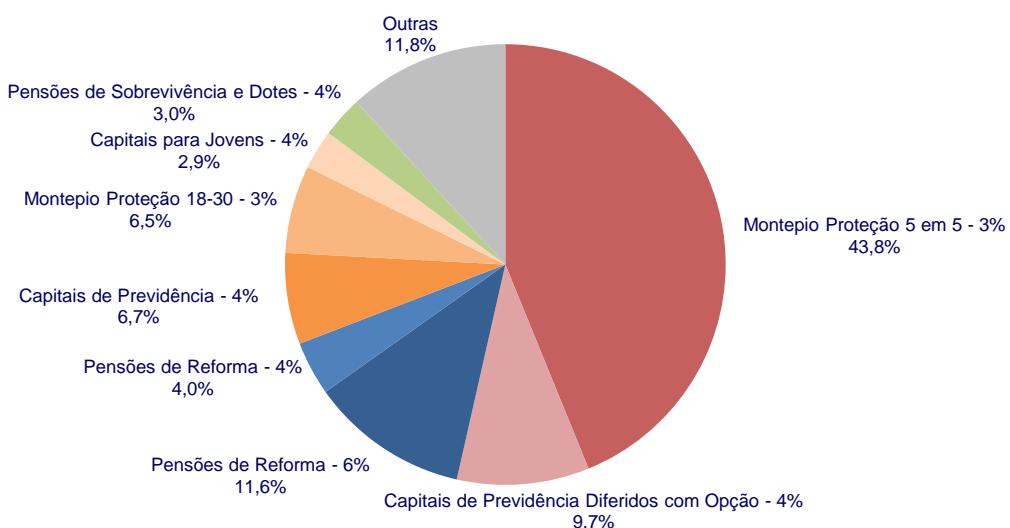
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2018 - RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

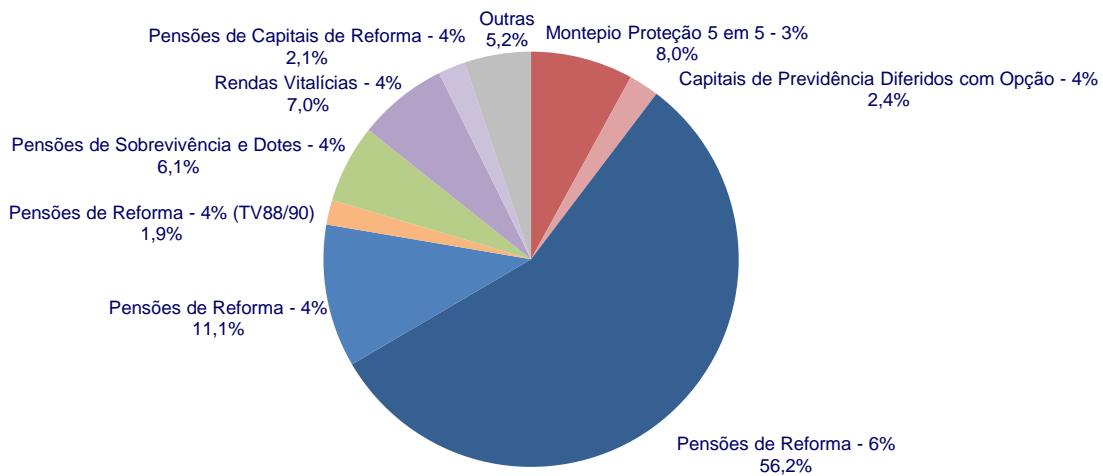
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	924 809,76	60 955,31	985 765,07
Total	924 809,76	60 955,31	985 765,07

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) à data de 31 de dezembro de 2018.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma (6%), cuja provisão adicional constituída representa 56,2% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

4. Situação Técnico-Atuarial do MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas pelo Gabinete de Atuariado, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a um reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

Assim, e tendo em consideração a informação disponível nesta data, considera-se que o montante total das Reservas Matemáticas constituídas é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores e beneficiários das modalidades e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial numa perspetiva de cálculo das responsabilidades.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2019

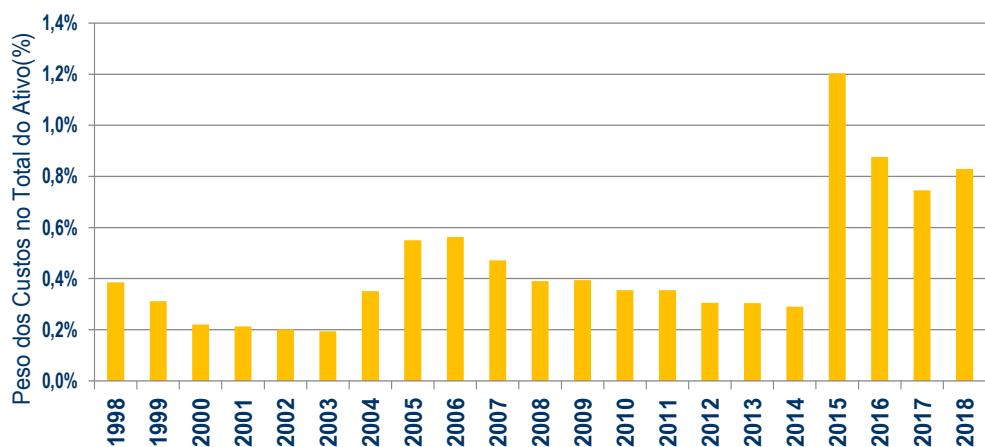
A Atuária,

Teresa Sofia de Sousa Fernandes
Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

17.2 Imputação de custos administrativos pelas modalidades associativas e rendas

No ano de 2018, a Associação Mutualista (MGAM) suportou um total de custos administrativos (gastos gerais administrativos e custos com o pessoal) de 31,302 M€, sendo este montante superior ao que tinha sido registado no ano anterior (29,439 M€). No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,83% do ativo líquido, o que compara com 0,75%, percentagem apurada no ano de 2017.

Evolução do peso dos custos administrativos (Gastos gerais administrativos e Custos com o pessoal) no total do ativo



Nota_1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso

Nota_2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais"

A estrutura de Custos Administrativos, em 2018, subdivide-se da seguinte forma:

- Gastos Gerais Administrativos (GGA) – 26,438 M€ (24,815 M€ em 2017);
- Custos com Pessoal (CP) – 4,864 M€ (4,624 M€ em 2017)
(a partir do ano de 2012 e na sequência da reclassificação contabilística que foi efetuada, os "encargos com cedência de pessoal" passaram a ser registados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos - no final de 2018, estes encargos atingiram: 9,327 milhões de euros e, em 2017, 9,392 M€)

Tendo em consideração a natureza e a especificidade de alguns destes custos, eles são reconhecidos como custos próprios das modalidades, rendas e fundos e, por conseguinte, registados nas respetivas contas de exploração (em 2018, foram considerados 9,658 M€ de custos próprios e, em 2017, cerca de 8,867 M€). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (21,644 milhões de euros em 2018 e 20,572 M€ em 2017) e, por conseguinte, são suportados pelo Fundo de Administração.

Por questões de gestão financeira, todos estes custos continuam a ser imputados às modalidades, rendas e fundos com base nos seguintes critérios de referência:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho, as modalidades e rendas são agrupadas nas seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;

- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos)

Os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram, no último triénio, o seguinte comportamento:

TABELA 1 - COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador (¹)	Fundo Permanente/Próprio + Reserva Estabilização de Resultados (Em Euros)			Custo Gerais (Em Euros)			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
2016	0,10%	1 578 000 000	1 302 000 000	650 000 000	1 578 000	1 302 000	650 000	3 530 000
2017	0,10%	1.394.000.000	1.178.000.000	651.000.000	1.394.000	1.178.000	651.000	3.223.000
2018	0,10%	1.215.000.000	1.169.000.000	641.000.000	1.215.000	1.169.000	641.000	3.025.000

(¹) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento

TABELA 2 - COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custo Trabalho (€)	Consumo Trabalho (% do Total)				Custo Trabalho (Em Euros)			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2016	21 876 000	43,80%	47,20%	7,57%	1,43%	9 582 000	10 325 000	1 657 000	312 000
2017	17 155 000	42,88%	48,11%	7,54%	1,47%	7.356.000	8.254.000	1.293.000	252.000
2018	18.505.000	38,18%	49,45%	10,39%	1,99%	7.065.000	9.150.000	1.922.000	368.000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é, normalmente, estimada com base na informação recolhida junto dos serviços que estão diretamente envolvidos neste tipo de tarefa, pelo que os valores devem ser encarados como uma aproximação à realidade.

De referir, também, que: (i) em 2016, a redução do montante de reembolsos livres de capital, na generalidade das modalidades de capitalização, traduziu-se numa redução processual, sobretudo, evidente na modalidade de Montepio Capital Certo; (ii) em 2017 não obstante o acréscimo processual inerente ao maior volume de reembolsos verificado em quase todas as modalidades, verificou-se uma menor imputação de custos administrativos comuns pelas várias modalidades, rendas e fundos, sobretudo, porque o montante total de custos administrativos suportado pelo MGAM foi, também, menor. (iii) em 2018, em linha com o decréscimo verificado nos reembolsos de capital, sobretudo, das modalidades de capitalização e, de uma forma particular, na modalidade Montepio Capital Certo registou-se, também, uma menor imputação de custos administrativos por esta última modalidade.

No último triénio, a contribuição de cada classe de modalidades, rendas e fundos, para o montante total de Custos Administrativos comuns, foi a seguinte:

:

TABELA 3 – CONTRIBUIÇÃO DE CADA MODALIDADE PARA O TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (Custos Gerais e Custos do Trabalho)

Ano	MCC-Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	Total (Em Euros)
2016	11 160 000	11 627 000	2 307 000	312 000	25 406 000
2017	8 750 000	9 432 000	1 944 000	252 000	20 378 000
2018	8.280.000	10.319.000	2.563.000	368.000	21.530.000

A partir do ano de 2008, com o início do processo de segregação patrimonial das modalidades, rendas e fundos, a cobertura dos custos administrativos comuns passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios, através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda).

Nos últimos anos, a percentagem de contribuição para o fundo de administração foi a seguinte:

TABELA 4 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	MCC - Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2016	0,750%	0,887%	0,350%	1,000%
2017	0,661%	0,800%	0,300%	1,000%
2018	0,635%	0,900%	0,400%	1,000%

Nota:

Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (por exemplo, não distribuírem melhorias de benefícios e não terem responsabilidades futuras), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

17.3 Demonstração de resultados das modalidades associativas, rendas e outros fundos

Designação	(milhares de euros)			
	Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma - TV 88/90 + PR_Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas 6%	Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%
Proveitos Inerentes a Associados				1 382
Jóias				
Quotizações				1 382
Capitais Recebidos				
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i><u>Dos quais : Comparticipação Recebida das Modalidades^(*)</u></i>				
Rendas Temporárias				
Custos Inerentes a Associados	1 543	538	6 919	161
Prestações a Associados nas Modalidades	1 292	444	4 087	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios	96		2 342	
Rendas Vitalícias				
Outros Custos Inerentes Associados	155	94	490	161
<i><u>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</u></i>	130	66	488	39
Rendas Temporárias				
1. Margem da Atividade Associativa	(1 543)	(538)	(6 919)	1 220
Redução Provisões Matemáticas	2 119	1 183	4 590	298
Aumento de Provisões Matemáticas	3 188	893	6 921	1 785
2. Variação de Provisões Técnicas	(1 069)	290	(2 330)	(1 487)
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	28		111	
Outros Rendimentos e Ganhos	158	221	1 945	74
Outros Gastos e Perdas	13	19	164	6
4. Outros Resultados de Exploração	145	202	1 781	68
5. Juros e Rendimentos Similares	143	57	1 104	31
6. Juros e Encargos Similares	9		73	1
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados			102	
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/Venda				
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos	1	2	88	
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões				
11. Custos com o Pessoal		1	6	
12. Gastos Gerais Administrativos	3	3	33	1
13. Amortizações do Exercício	3	5	42	2
RESULTADO OPERACIONAL	(2 312)	5	(6 217)	(171)
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	(187)	(61)	(546)	(37)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(2 125)	66	(5 671)	(133)
15. Imposto Corrente				
16. Imposto Diferido				
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(2 125)	66	(5 671)	(133)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	P. R. - Adicional de Invalidez 4%	P. R. - Adicional de Invalidez - TV 88/90 - 4%	P. R. - Adicional de Invalidez 6%	Pensão p/ Deficientes 4%	Pensão Sobrevidência e Dotes 4%
Proveitos Inerentes a Associados			24		5
Jóias					
Quotizações				24	5
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i><u>Dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</u></i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados			1	10	1 220
Prestações a Associados nas Modalidades				4	34
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					
Melhorias de Benefícios				1	1 090
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados			1	5	95
<i><u>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</u></i>			1	5	91
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	()	()	(1)	14	(1 214)
Redução Provisões Matemáticas			3	1	1 068
Aumento de Provisões Matemáticas				77	537
2. Variação de Provisões Técnicas			3	(76)	531
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital					22
Outros Rendimentos e Ganhos		1	5	16	285
Outros Gastos e Perdas				1	24
4. Outros Resultados de Exploração	()	1	4	15	261
5. Juros e Rendimentos Similares	1			4	34
6. Juros e Encargos Similares					
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados					
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	4				2
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
11. Custos com o Pessoal					1
12. Gastos Gerais Administrativos					6
13. Amortizações do Exercício					6
RESULTADO OPERACIONAL	5	1	6	(44)	(377)
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações			5	(3)	(132)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	5	1	2	(41)	(245)
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	5	1	2	(41)	(245)

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	(milhares de euros)				
	Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas 4%	Rendas Sobrevivência 4%	Capitais de Previdência 4%	Montepio Proteção Vida 3%	Capitais Diferidos c/ Opção 4%
Proveitos Inerentes a Associados		22	475	398	9 690
Jóias					
Quotizações		22	475	398	9 689
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					1
<i>Dois quais : Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	6	16	1 755	98	19 981
Prestações a Associados nas Modalidades	1	11	262		
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades			75		18 446
Melhorias de Benefícios	5	1	743		245
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados		5	674	97	1 289
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		5	155	7	248
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	(6)	5	(1 280)	300	(10 291)
Redução Provisões Matemáticas	2	4	1 743	100	21 289
Aumento de Provisões Matemáticas	2	36	1 413	373	11 773
2. Variação de Provisões Técnicas	()	(32)	330	(272)	9 516
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			33		100
Outros Rendimentos e Ganhos	1	29	438	22	1 112
Outros Gastos e Perdas		2	37	2	94
4. Outros Resultados de Exploração	1	27	401	20	1 018
5. Juros e Rendimentos Similares	1	4	56	8	143
6. Juros e Encargos Similares					
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados					
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda					(5)
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
11. Custos com o Pessoal			1		3
12. Gastos Gerais Administrativos			7		17
13. Amortizações do Exercício		1	9		24
RESULTADO OPERACIONAL	(4)	2	(477)	55	438
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	()	(3)	(248)	(9)	(474)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(4)	5	(229)	65	911
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(4)	5	(229)	65	911

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	(milhares de euros)				
	Montepio Proteção 5 em 5 3%	Capitais Previdência a Prazo 4%	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas 4%	Capitais p/ Jovens 4%	Montepio Proteção 18-30 3%
Proveitos Inerentes a Associados	44 725	20		812	4 355
Jóias					
Quotizações	44 720	20		811	4 355
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados	5				1
<i>Dois quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	40 734	97		3 800	3 172
Prestações a Associados nas Modalidades				132	9
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	33 066	85		3 179	2 298
Melhorias de Benefícios	119	5		171	25
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	7 549	8		319	840
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	906	8		93	136
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	3 991	(77)		(2 989)	1 183
Redução Provisões Matemáticas	40 862	114		4 251	3 233
Aumento de Provisões Matemáticas	50 380	52		1 414	5 171
2. Variação de Provisões Técnicas	(9 518)	62	()	2 837	(1 937)
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	3			33	
Outros Rendimentos e Ganhos	1 464	64		632	154
Outros Gastos e Perdas	123	5		47	12
4. Outros Resultados de Exploração	1 341	59	()	585	142
5. Juros e Rendimentos Similares	571	2	1	12	102
6. Juros e Encargos Similares	6				1
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados	(4)				
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda	2				
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
11. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
11. Custos com o Pessoal	4			2	
12. Gastos Gerais Administrativos	22	1		8	2
13. Amortizações do Exercício	31	1		12	3
RESULTADO OPERACIONAL	(3 677)	43		457	(517)
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	(2 663)	(19)		(166)	35
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1 014)	62		624	(552)
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(1 014)	62		624	(552)

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	(milhares de euros)				
	Capitais Diferidos Cobertura Adicional 4%	Capitais p/ Estudos 4%	Capitais Temporários Invalidez - 4%	Montepio Proteção Invalidez - 3%	Subsídio p/ Morte 4%
Proveitos Inerentes a Associados	2	165	1	1	24
Jóias					
Quotizações	2	165	1	1	24
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados					
<i>Dois quais : Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	3	779	1		57
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	3	638			28
Melhorias de Benefícios		44			16
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados		98	1		12
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		20	1		8
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	(2)	(614)	()	1	(33)
Redução Provisões Matemáticas	3	1 436	1		46
Aumento de Provisões Matemáticas	1	831			47
2. Variação de Provisões Técnicas	2	605	1		(1)
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital					
Outros Rendimentos e Ganhos	1	47	5		33
Outros Gastos e Perdas		4			3
4. Outros Resultados de Exploração	1	43	5	()	30
5. Juros e Rendimentos Similares	1	9	2		6
6. Juros e Encargos Similares					
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados					
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda					
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					
11. Custos com o Pessoal					
12. Gastos Gerais Administrativos		1			
13. Amortizações do Exercício		1			1
RESULTADO OPERACIONAL	2	41	7	1	1
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	()	(62)	(3)		(19)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2	103	11	1	19
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	2	103	11	1	19

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	(milhares de euros)			
	Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional 4%	Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas 4%	Rendas Temporárias 3%	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. Capitalização
Proveitos Inerentes a Associados				165
Jóias				
Quotizações				
Capitais Recebidos				
Rendas Vitalícias				
Outros Proveitos Inerentes a Associados				
<i>Dos quais : Comparticipação Recebida das Modalidades^(*)</i>				
Rendas Temporárias				165
Custos Inerentes a Associados			8	98
Prestações a Associados nas Modalidades			8	318
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				
Melhorias de Benefícios				34
Rendas Vitalícias				1 257
Outros Custos Inerentes Associados			1	4
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração^(*)</i>			1	80
Rendas Temporárias				94
1. Margem da Atividade Associativa	()	(8)	67	(1 689)
Redução Provisões Matemáticas		4	95	1 108
Aumento de Provisões Matemáticas			165	88
2. Variação de Provisões Técnicas		4	(70)	1 020
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital				17
Outros Rendimentos e Ganhos	1	14	4	368
Outros Gastos e Perdas		1		31
4. Outros Resultados de Exploração	1	13	4	337
5. Juros e Rendimentos Similares			1	5
6. Juros e Encargos Similares				16
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados				
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda				2
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos				
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões				
11. Custos com o Pessoal				1
12. Gastos Gerais Administrativos				5
13. Amortizações do Exercício				8
RESULTADO OPERACIONAL	1	10	5	(313)
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	()		(15)	(108)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1	10	20	(205)
15. Imposto Corrente				
16. Imposto Diferido				
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	1	10	20	(205)

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	(milhares de euros)				
	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. de Capitalização 6%	Rendas Vitalícias + Pensões Modalid. Capitalização 3%	Sub-Total	Fundo Montepio Egitaniense	Montepio Proteção Crédito à Habitação
Proveitos Inerentes a Associados	1 587	63 853	2	23 319	
Jóias					
Quotizações		62 094	2	23 319	
Capitais Recebidos					
Rendas Vitalícias	1 587	1 587			
Outros Proveitos Inerentes a Associados		7			
<i> Dos quais : Comparticipação Recebida das Modalidades ^(*)</i>					
Rendas Temporárias		165			
Custos Inerentes a Associados	113	1 254	84 053		9 251
Prestações a Associados nas Modalidades		461		7 061	
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				57 818	
Melhorias de Benefícios		13		4 951	
Rendas Vitalícias	108	720		2 084	
Outros Custos Inerentes Associados	4	61		12 045	
<i> Comparticipação p/ Fundo de Administração ^(*)</i>	4	61		2 558	
Rendas Temporárias				94	
1. Margem da Atividade Associativa	(113)	333	(20 201)	2	14 068
Redução Provisões Matemáticas	164	745		84 463	
Aumento de Provisões Matemáticas		1 610		86 758	
2. Variação de Provisões Técnicas	163	(865)	(2 295)		
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital		347			1 235
Outros Rendimentos e Ganhos	16	162		7 274	
Outros Gastos e Perdas	1	14		606	
4. Outros Resultados de Exploração	15	149	6 668	5	()
5. Juros e Rendimentos Similares	14	38	2 364	1	26
6. Juros e Encargos Similares		1	91		
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados			98		
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			98		
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões					59
11. Custos com o Pessoal			21		
12. Gastos Gerais Administrativos	2	114	30	170	
13. Amortizações do Exercício	3	153			
RESULTADO OPERACIONAL	81	(353)	(13 299)	(21)	15 163
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	(8)	(123)	(4 847)	(1)	1 410
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	90	(230)	(8 452)	(20)	13 752
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	90	(230)	(8 452)	(20)	13 752

^(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	Montepio Proteção Outros Encargos	Montepio Proteção Crédito Individual	Sub-Total	(milhares de euros)	
				Montepio Poupança Complementar	Capitais de Garantia
Proveitos Inerentes a Associados	482	3	23 806	141 813	173
Jóias					
Quotizações	482	3	23 806		173
Capitais Recebidos				140 294	
Rendas Vitalícias					
Outros Proveitos Inerentes a Associados				1 518	
<i>Dois quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>					
Rendas Temporárias					
Custos Inerentes a Associados	258	2	9 511	137 157	18
Prestações a Associados nas Modalidades					
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				127 607	13
Melhorias de Benefícios					
Rendas Vitalícias					
Outros Custos Inerentes Associados	258	2	9 511	9 550	5
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>	47		368	9 544	5
Rendas Temporárias					
1. Margem da Atividade Associativa	224	1	14 295	4 656	155
Redução Provisões Matemáticas				127 607	
Aumento de Provisões Matemáticas				140 294	
2. Variação de Provisões Técnicas				(12 688)	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			1 235	985	
Outros Rendimentos e Ganhos			6	24 318	
Outros Gastos e Perdas			1	2 045	
4. Outros Resultados de Exploração	()	()	5	22 273	()
5. Juros e Rendimentos Similares	17	1	45	391	5
6. Juros e Encargos Similares					3
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados					
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			63	376	24
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos					
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões			59	455	
11. Custos com o Pessoal					72
12. Gastos Gerais Administrativos			200	363	
13. Amortizações do Exercício					518
RESULTADO OPERACIONAL	240	1	15 383	14 582	184
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	282		1 691	(7 798)	3
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(41)	1	13 692	22 380	181
15. Imposto Corrente					
16. Imposto Diferido					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(41)	1	13 692	22 380	181

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	Benefício Solidariedade Associativa	Montepio Poupança Reforma	Modalidade Colectivas	Montepio Capital Certo	Invalidez Modalidades Colectivas	(milhares de euros)
Proveitos Inerentes a Associados	11 631	8 624	179	241 176		
Jóias						
Quotizações	11 629					
Capitais Recebidos		8 612	179	240 342		
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados	2	11		834		
<i>Dois quais : Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	1 936	5 777	5 459	460 359		
Prestações a Associados nas Modalidades						
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades	291	5 047	5 414	451 467		
Melhorias de Benefícios						
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes Associados	1 645	729	45	8 892		
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>		729	45	8 280		
Rendas Temporárias						
1. Margem da Atividade Associativa	9 695	2 847	(5 280)	(219 183)		
Redução Provisões Matemáticas		5 047	5 414	451 467		
Aumento de Provisões Matemáticas		8 612	179	268 805		
2. Variação de Provisões Técnicas	(3 565)	5 235	182 662			
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	33	55				
Outros Rendimentos e Ganhos	1 224	783	101			
Outros Gastos e Perdas	5 982	66	9	1		
4. Outros Resultados de Exploração	(4 758)	717	92	(1)		
5. Juros e Rendimentos Similares	136	175	63	14 477		
6. Juros e Encargos Similares				123		
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados				(63)		
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/Venda	18	2	4	327		
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos						
10. Imparidade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões						
11. Custos com o Pessoal	22	2				
12. Gastos Gerais Administrativos	8 804	12	1	11		
13. Amortizações do Exercício		17	2			
RESULTADO OPERACIONAL	(3 702)	201	109	(21 916)		
14. Imparidades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	(54)	41	(24)	14 063		
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(3 648)	160	133	(35 978)		
15. Imposto Corrente						
16. Imposto Diferido						
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	(3 648)	160	133	(35 978)		

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

Designação	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	(milhares de euros)
				TOTAL
Proveitos Inerentes a Associados	21 779			513 035
Jóias	249			249
Quotizações				97 702
Capitais Recebidos				389 428
Rendas Vitalícias				1 587
Outros Proveitos Inerentes a Associados	21 530			23 903
<i>Dois quais : Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>	21 530			21 530
Rendas Temporárias				165
Custos Inerentes a Associados				704 270
Prestações a Associados nas Modalidades				7 061
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades				647 657
Melhorias de Benefícios				4 951
Rendas Vitalícias				2 084
Outros Custos Inerentes Associados				42 422
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração (*)</i>				21 530
Rendas Temporárias				94
1. Margem da Atividade Associativa	21 779			(191 235)
Redução Provisões Matemáticas				673 998
Aumento de Provisões Matemáticas				504 649
2. Variação de Provisões Técnicas				169 349
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital			355	3 011
Outros Rendimentos e Ganhos	17	17	1 908	35 648
Outros Gastos e Perdas	1	92	221	9 024
4. Outros Resultados de Exploração	16	(75)	1 686	26 624
5. Juros e Rendimentos Similares	3	3	270	17 933
6. Juros e Encargos Similares		1		220
7. Resultados de Ativos Aval. ao Justo Valor, através Resultados				35
8. Resultados de Ativos Financeiros, Disponíveis p/ Venda			1	912
9. Resultados de Alienação de Outros Ativos				
10. Impariedade de Ativos Financeiros Líquida de Reversões				514
11. Custos com o Pessoal		4 740	6	4 864
12. Gastos Gerais Administrativos		16 904	28	26 438
13. Amortizações do Exercício			41	732
RESULTADO OPERACIONAL	18	62	2 238	(6 139)
14. Impariedades e Provisões Líq. de Reposições e Anulações	(4)		(2 633)	440
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	22	62	4 870	(6 579)
15. Imposto Corrente			191	191
16. Imposto Diferido			8 404	8 404
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS DO EXERCÍCIO	22	62	13 083	1 634

(*) Este valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas

17.4 Carteira de Imóveis

CARTEIRA DE IMÓVEIS		(milhares de euros)	
Imóveis Agregados por Concelho		Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			
ALMADA		570	8
ANGRA DO HEROÍSMO		14	0
AVEIRO		0	42
BARREIRO		93	-1
BRAGA		890	0
CALDAS DA RAINHA		315	-1
CASTELO BRANCO		687	27
CASCAIS		17 066	1 072
COIMBRA		10 242	786
ÉVORA		1 476	65
FARO		760	28
GUARDA		991	32
LISBOA		188 118	6 381
MAFRA		64	0
MAIA		9	0
MONTIJO		10 341	774
ODIVELAS		203	11
PONTA DELGADA		0	-3
PORTO		34 389	1 152
SANTARÉM		1 529	94
SETÚBAL		4 760	297
SINES		100	0
SINTRA		312	-1
TROFA		42	-2
VAGOS		126	-1
VILA FRANCA DE XIRA		1 710	-6
VILA NOVA DE GAIA		9 119	576
VISEU		3 232	330
Sub_Total (1)		287 158	11 660
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO			
LISBOA		19 467	0
Sub_Total (2)		19 467	0
TOTAL		306 625	11 660

17.5 Carteira de Títulos

NATUREZA E ESPÉCIE DE TÍTULOS	Valor Nominal /Quantidade (¹)	Juros Corridos	Valor de Investimento	(milhares de euros)		
				Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos financeiros detidos para negociação		23	4 653	4 637		4 660
Dívida pública	1 000	5	1 068	1 074		1 079
Obrigações diversas	3 700	18	3 585	3 563		3 581
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	356 586	4 874	372 945	365 761	-7 550	370 635
Obrigações diversas	299 006	4 566	299 723	292 495	-2 826	297 061
Dívida pública	23 080	286	24 738	24 932	0	25 219
Papel comercial	34 500	22	34 500	34 500		34 522
Ações			879	638	-442	638
Fundos de investimento			13 105	13 196	-4 282	13 195
TOTAL	-	4 897	377 598	370 398	-7 550	375 295

⁽¹⁾ Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

17.6 Contas das Fundações

Fundação Montepio Geral

BALANÇO		(euros)	
		2018	2017
		Valor	Valor
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos financeiros		479 215	536 736
		479 215	536 736
Ativo corrente			
Caixa e depósitos bancários		810 313	881 633
		810 313	881 633
Total do ativo		1 289 528	1 418 369
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		498 798	498 798
Reservas e Resultados Transitados		746 164	720 583
Resultado líquido do periodo		(142 074)	25 581
Total do fundo de capital		1 102 888	1 244 962
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar		186 640	173 407
Total do passivo		186 640	173 407
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 289 528	1 418 369
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
		2018	2017
		Valor	Valor
RENDIMENTOS E GASTOS			
Subsídios, doações e legados à exploração		1 000 000	1 000 000
Fornecimentos e serviços externos		(6 177)	(6 175)
Outros rendimentos e ganhos		185 905	473 844
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões		(75 000)	
Outros gastos e perdas		(1 253 330)	(1 461 992)
Aumentos / Reduções de justo valor		1 339	14 441
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(147 263)	20 118
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(147 263)	20 118
Juros e rendimentos similares obtidos		5 261	5 491
Juros e gastos similares pagos		(72)	(28)
Resultado líquido do periodo		(142 074)	25 581

Outras Fundações

BALANÇO		(euros)				
		Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
Ativos fixos tangíveis	-	11 066	-	-	-	-
Investimentos financeiros	56 642	527 128	10 401	7 846	30 368	
ATIVO CORRENTE						
Estado e outros entes públicos	370	2 871	72	56	186	
Caixa e depósitos bancários	2 981	82 222	1 357	1 118	4 453	
TOTAL DO ATIVO	59 993	623 287	11 830	9 020	35 007	
PASSIVO						
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-	
FUNDOS PATRIMONIAIS						
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	
Reservas	53 455	610 644	10 208	7 285	16 371	
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	951	3 665	126	159	1 178	
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	59 993	623 287	11 830	9 020	35 007	
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	59 993	623 287	11 830	9 020	35 007	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
		(euros)				
		Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS						
Fornecimentos e serviços externos	(12)	(586)	(12)	(4)	(12)	
Aumentos/Reduções de justo valor	675	3 671	110	140	280	
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(1 200)	(13 668)	(288)	(208)	-	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(537)	(10 583)	(190)	(72)	268	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(255)	-	-	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(537)	(10 838)	(190)	(72)	268	
Juros e rendimentos similares obtidos	1 508	14 661	318	232	916	
Juros e gastos similares suportados	(20)	(158)	(2)	(1)	(6)	
Resultado Líquido do Período	951	3 665	126	159	1 178	

Prémios

BALANÇO									(euros)
	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge	
ATIVO									
ATIVO NÃO CORRENTE									
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	11 347	25 591	79 059	61 300	73 316	-	90 462	89 666	
ATIVO CORRENTE									
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	1 638	5 342	11 326	4 399	6 303	2 861	62 441	6 327	
TOTAL DO ATIVO	12 985	30 932	90 385	65 699	79 619	2 861	152 903	95 993	
PASSIVO									
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	
FUNDOS PATRIMONIAIS									
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-	-
Reservas	10 605	18 346	73 012	38 772	38 528	-	16 561	9 400	
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	(751)	-	-	-	(4 271)	133 765	83 723	
Resultado líquido do período	385	868	2 409	1 987	2 783	(350)	2 577	2 870	
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	12 985	30 932	90 385	65 699	79 619	2 861	152 903	95 993	
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO	12 985	30 932	90 385	65 699	79 619	2 861	152 903	95 993	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge	(euros)
RENDIMENTOS E GASTOS									
Fornecimentos e serviços externos	(12)	(12)	(12)	(12)	(12)	-	(13)	(14)	
Aumentos/Reduções de justo valor	125	284	720	678	1 045	-	1 046	1 095	
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(64)	(168)	(583)	(308)	(257)	(362)	(1 258)	(506)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	49	104	125	358	776	(362)	(225)	575	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49	104	125	358	776	(362)	(225)	575	
Juros e rendimentos similares obtidos	339	769	2 302	1 650	2 028	12	2 833	2 336	
Juros e gastos similares suportados	(3)	(5)	(18)	(21)	(21)	-	(31)	(41)	
Resultado Líquido do Período	385	868	2 409	1 987	2 783	(350)	2 577	2 870	